

Diário Oficial



★ ANO LXXXV - 127º DA REPÚBLICA

Teresina(PI) - Quarta-feira, 24 de agosto de 2016 • Nº 159

LEIS E DECRETOS



DECRETO Nº 16.725 DE 24 DE Agosto DE 2016.



DECRETO Nº 16.716, DE 17 DE AGOSTO DE 2016

Dispõe sobre a renomeação e remanejamento de cargos em comissão dos órgãos que especifica para a Secretaria de Governo.

Abre crédito suplementar, no valor global de R\$ 90.000.000,00 em favor do órgão que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, I, VI e XIII, da Constituição Estadual, e o art. 65, IV, da Lei Complementar Estadual nº 028, de 09 de junho de 2003, e alterações posteriores, e considerando que a presente reestruturação não implicará em aumento de despesa nem criação ou extinção de cargos públicos,

O Governador do Estado do Piauí, no uso das atribuições que lhe confere o art.102, inciso XIII da Constituição Estadual, e diante do disposto do art.7º, parágrafo único da Lei nº. 6.752, de 29 de dezembro de 2015.

DECRETA:

DECRETA

Art. 1º Ficam renomeados e remanejados os cargos em comissão dos órgãos que especifica para a Secretaria de Governo:

I - 01 (um) cargo de Coordenador de Obras, símbolo DAS-2, da Secretaria das Cidades para 01 (um) cargo de Coordenador de Apoio Técnico, símbolo DAS-2, na Secretaria de Governo;

II - 01 (um) cargo de Coordenador de Programa Estratégico, símbolo DAS-3, da Secretaria de Planejamento para 01 (um) cargo de Gerente Técnico, símbolo DAS-3, na Secretaria de Governo;

III - 01 (um) cargo de Coordenador de Gerência Regional de Educação, símbolo DAS-2, da Secretaria de Educação para 01 (um) cargo de Coordenador de Apoio Técnico, símbolo DAS-2, na Secretaria de Governo.

IV - 01 (um) cargo de Coordenador do Complexo de Defesa da Cidadania de Picos, símbolo DAS-2, da Secretaria de Assistência Social e Cidadania para 01 (um) cargo de Coordenador de Apoio Técnico, símbolo DAS-2, na Secretaria de Governo;

Art.1º Fica aberto, no Orçamento Geral do Estado, crédito adicional suplementar em favor dos Encargos Gerais do Estado, no valor de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), destinado a atender a programação contida no anexo I deste Decreto.

Art.2º Os recursos necessários para a execução do disposto no art. 1º decorrerá do Excesso de Arrecadação da fonte 17 - Operação de Crédito Externa.

Art.3º As alterações promovidas no Orçamento Geral do Estado ficam incorporadas no Plano Plurianual 2016-2019, Lei nº. 6.751, de 29/12/2015.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2016.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina-PI, em 24 de Agosto de 2016

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 17 de Agosto de 2016.

GOVERNADOR DO ESTADO
SECRETÁRIO DE GOVERNO

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO

Republicado por incorreção – publicação anterior no DOE nº 154, de 17 de agosto de 2016

Diário Oficial

2



Teresina(PI) - Quarta-feira, 24 de agosto de 2016 • Nº 159

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

DECRETO Nº 16.725 de 24/08 2016, publicado no D.O.E. nº , de / /2016.

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	VALOR
24101.04122912.057	ENCARGOS COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS - FUNDO DE PREVIDÊNCIA	FO	4.5.91.41	17	90.000.000,00
TOTAL					90.000.000,00



DECRETO Nº 16.726 DE 24 DE Agosto DE 2016.

Abre crédito suplementar, no valor global de R\$ 1.932.650,00 em favor do órgão que especifica.

Art.2º Os recursos necessários para a execução do disposto no art. 1º decorrerão das anulações parciais de dotações orçamentárias indicadas no anexo II deste Decreto.

Art.3º As alterações promovidas no Orçamento Geral do Estado ficam incorporadas no Plano Plurianual 2016-2019, Lei nº. 6.751, de 29/12/2015.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

O Governador do Estado do Piauí, no uso das atribuições que lhe confere o art.102, inciso XIII da Constituição Estadual, e diante do disposto do art.7º, parágrafo único da Lei nº. 6.752, de 29 de dezembro de 2015

DECRETA

Art.1º Fica aberto, no Orçamento Geral do Estado, crédito adicional suplementar em favor da Assembleia Legislativa, no valor de R\$ 1.932.650,00 (um milhão, novecentos e trinta e dois mil, seiscentos e cinquenta reais), destinado a atender a programação contida no anexo I deste Decreto.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina-Piauí de 24 de Agosto de 2016

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

DECRETO Nº 16.726 de 24/08 2016, publicado no D.O.E. nº , de / /2016.

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	VALOR
01101.01031802.354	COORDENAÇÃO GERAL DA ALEPI	FO	3.1.91.13	00	1.932.650,00
TOTAL					1.932.650,00

ANULAÇÃO

ANEXO II

DECRETO Nº 16.726 de 24/08 2016, publicado no D.O.E. nº , de / /2016.

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	VALOR
01101.01031801.131	REVISÃO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PIAUÍ	FO	3.3.90.39	00	835.976,00
01101.01031801.149	AMPLIAÇÃO DA TV E RADIO ASSEMBLEIA	FO	3.3.90.39	00	1.096.674,00
TOTAL					1.932.650,00



DECRETO Nº 16.724 DE 24 DE Agosto DE 2016.

Abre crédito suplementar, no valor global de R\$ 18.575.021,00 em favor dos órgãos que especifica.

O Governador do Estado do Piauí, no uso das atribuições que lhe confere o art.102, inciso XIII da Constituição Estadual, e diante do disposto do art.7º, parágrafo único da Lei nº. 6.752, de 29 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art.1º Fica aberto, no Orçamento Geral do Estado, crédito adicional suplementar em favor da Secretaria de Governo, Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres, Coordenadoria de Fomento ao Saneamento Rural, Secretaria da Segurança Pública, Secretaria da Educação/Fundação Universidade Estadual do Piauí - FUESPI, Fundação dos Esportes do Piauí - FUNDESPI, Secretaria da Infraestrutura, Secretaria da Saúde/Hospital Regional Eustáquio Portela - Valença do Piauí, Secretaria da Administração e Previdência/Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí - ATI, Encargos Gerais do Estado, Secretaria da Assistência Social e Cidadania, Secretaria das Cidades, Secretaria dos Transportes, Secretaria de Defesa Civil e Secretaria da Cultura, no valor de R\$ 18.575.021,00 (dezoito milhões, quinhentos e

setenta e cinco mil, vinte e um reais), destinado a atender a programação contida no anexo I deste Decreto.

Art.2º Os recursos necessários para a execução do disposto no art. 1º decorrerão do Excesso de Arrecadação na fonte 17 - Operação de Crédito Externa e das anulações parciais de dotações orçamentárias indicadas no anexo II deste Decreto.

Art.3º As alterações promovidas no Orçamento Geral do Estado ficam incorporadas no Plano Plurianual 2016-2019, Lei nº. 6.751, de 29/12/2015.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina-PI, em 24 de Agosto de 2016

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

DECRETO Nº 16.724 de 24 de 08 de 2016, publicado no D.O.E. nº _____, de ____ / ____ / 2016.

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	VALOR
11110.04122902.183	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	3.3.90.49	00	75.500,00
11110.04122902.394	GESTÃO DA DESPESA COM PESSOAL	FO	3.1.90.11	00	3.000.000,00
11115.04122902.398	GESTÃO DA DESPESA COM PESSOAL	FO	3.1.90.11	00	50.000,00
11115.04122902.398	GESTÃO DA DESPESA COM PESSOAL	FO	3.1.90.13	00	21.000,00
11118.04122902.242	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	3.3.90.30	00	39.900,00
11118.04122902.242	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	3.3.90.37	00	200.000,00
11118.04122902.242	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	3.3.90.39	00	59.900,00
12101.06122902.269	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	3.3.90.92	00	266.436,00
14201.12364101.031	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA CAMPI E NÚCLEOS DA FUESPI	FO	4.4.90.51	00	100.000,00
14201.12364102.029	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E INCENTIVO À PRODUÇÃO ARTÍSTICO-CULTURAL	FO	3.3.90.18	00	238.000,00
14201.12364102.029	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E INCENTIVO À PRODUÇÃO ARTÍSTICO-CULTURAL	FO	3.3.90.36	00	144.000,00
14201.12364102.029	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E INCENTIVO À PRODUÇÃO ARTÍSTICO-CULTURAL	FO	3.3.90.38	00	80.000,00
14203.27811132.133	EVENTOS ESPORTIVOS	FO	3.3.50.41	00	311.000,00
16101.15451211.335	EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE OBRAS	FO	4.4.90.51	17	500.000,00
17101.10301032.132	FINANCIAMENTO ESTADUAL POR MEIO DO SISTEMA DE COFINANCIAMENTO DA SAÚDE PÚBLICO	SO	3.3.41.41	00	1.000.000,00
17125.10302032.091	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO HOSPITAL REGIONAL EUSTÁQUIO PORTELA - VALENÇA PIAUÍ	SO	3.3.90.39	13	15.000,00
21101.04122012.013	GESTÃO DE DOCUMENTOS	FO	3.3.90.39	00	1.320.000,00
21101.04122902.032	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	3.3.90.36	00	666.000,00
21101.04122902.032	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	3.3.90.37	00	2.740.000,00
21101.04122902.032	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	3.3.90.39	00	680.000,00
21101.04128012.024	CAPACITAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO - ESCOLA DE GOVERNO	FO	3.3.90.39	00	450.000,00
21204.19126011.233	AMPLIAÇÃO E GERENCIAMENTO DA REDE DO GOVERNO	FO	3.3.90.39	00	859.000,00
21204.19126021.315	EXPANSÃO DO PROJETO DE COMBATE A EXCLUSÃO DIGITAL	FO	4.4.90.52	17	523.000,00
24101.04123912.073	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL DE EMPRESAS ESTATAIS	FO	4.5.90.65	00	1.000.000,00
30102.08244042.194	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA TRABALHADORES DO SUAS, GESTORES E CONSELHEIROS	SO	3.3.90.93	00	100.000,00
45101.04122211.053	APOIO E INCENTIVO TÉCNICO E FINANCEIRO A ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS.	FO	3.3.50.41	00	700.000,00
45101.04122211.054	ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANAS E RURAL NOS MUNICÍPIOS	FO	3.3.90.39	17	300.000,00
46101.26783201.076	IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE TERESINA	FO	4.4.90.39	00	130.000,00
49101.06182211.193	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	FO	4.4.90.51	17	305.000,00
49101.06182211.195	OBRAS ESTRUTURANTES CONSTRUÍDAS OU RECUPERADAS	FO	4.4.90.51	17	500.000,00
49101.06182211.195	OBRAS ESTRUTURANTES CONSTRUÍDAS OU RECUPERADAS	FO	4.4.90.92	17	1.637.467,00
51101.13392012.526	MODERNIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DA SEDE E CASAS DE CULTURA DA SECULT	FO	4.4.90.51	17	563.818,00
TOTAL					18.575.021,00

Diário Oficial

4



Teresina(PI) - Quarta-feira, 24 de agosto de 2016 • Nº 159

ANULAÇÃO

ANEXO II

DECRETO Nº ~~16.727~~ de 24/08/2016, publicado no D.O.E. nº , de / /2016.

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	VALOR
11115.08244331.370	FORTELECIMENTO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	SO	3.3.90.39	00	41.000,00
11115.08244331.370	FORTELECIMENTO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	SO	3.3.90.92	00	30.000,00
11118.04122902.412	GESTÃO DA DESPESA COM PESSOAL	FO	3.1.90.11	00	200.000,00
11118.17511191.006	PROGRAMA DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO NA ÁREA RURAL DO PIAUÍ	FO	4.4.90.14	00	39.900,00
11118.17511191.006	PROGRAMA DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO NA ÁREA RURAL DO PIAUÍ	FO	4.4.90.39	00	59.900,00
14101.12122902.039	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	3.3.90.36	00	250.000,00
14101.12122902.039	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	3.3.90.37	00	300.000,00
14101.12122902.039	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	3.3.90.39	00	250.000,00
14101.12122902.039	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	3.3.90.92	00	200.000,00
14102.12361122.119	APOIO AO EDUCANDO - ENSINO FUNDAMENTAL	FO	3.3.90.39	00	1.000.000,00
14102.12362121.124	PROJETO POUPANÇA JOVEM DO PIAUÍ	FO	3.3.90.39	00	1.000.000,00
14102.12362121.124	PROJETO POUPANÇA JOVEM DO PIAUÍ	FO	3.3.90.92	00	500.500,00
14102.12362122.120	APOIO AO EDUCANDO - ENSINO MÉDIO	FO	3.3.90.30	00	3.000.000,00
14102.12362122.120	APOIO AO EDUCANDO - ENSINO MÉDIO	FO	3.3.90.39	00	2.000.000,00
14102.12363112.237	EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO	FO	3.3.90.39	00	216.436,00
14102.12363112.237	EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO	FO	4.4.90.51	00	50.000,00
14102.12368122.128	EXPANSÃO E MELHORIA DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL	FO	4.4.90.51	00	300.000,00
14102.12368122.128	EXPANSÃO E MELHORIA DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL	FO	4.4.90.52	00	275.000,00
14102.12368122.130	EXPANSÃO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA, INCLUSIVE COM A UTILIZAÇÃO DA MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA	FO	3.3.90.39	00	525.000,00
14102.12368122.130	EXPANSÃO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA, INCLUSIVE COM A UTILIZAÇÃO DA MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA	FO	4.4.90.52	00	525.000,00
14201.12122902.030	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	3.3.90.46	00	418.000,00
14203.04122902.422	GESTÃO DA DESPESA COM PESSOAL	FO	3.1.90.11	00	2.000,00
14203.04122902.422	GESTÃO DA DESPESA COM PESSOAL	FO	3.1.90.92	00	2.500,00
14203.04122902.422	GESTÃO DA DESPESA COM PESSOAL	FO	3.1.90.94	00	3.500,00
14203.04122902.422	GESTÃO DA DESPESA COM PESSOAL	FO	3.1.91.13	00	3.000,00
14203.27811131.120	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	FO	4.4.40.41	00	50.000,00
14203.27811132.133	EVENTOS ESPORTIVOS	FO	3.3.40.41	00	100.000,00
14203.27811132.165	REALIZAÇÃO DE CENTROS DE FORMAÇÃO, CONVÊNIO COM ENTIDADES ESPORTIVAS, CURSOS PARA MELHORIA DA GESTÃO DO SISTEMA ESPORTIVO ESTADUAL	FO	3.3.50.41	00	50.000,00
14203.27812132.153	MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS ESPORTIVOS COM A IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DOS PROGRAMAS, VIDA SAUDÁVEL E SEGUNDO TEMPO E REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO E DIAGNÓSTICO DA INFRAESTRUTURA DO ESTADO	FO	4.4.40.41	00	50.000,00
18101.15451211.336	CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA HIDRICA E ADUTORAS	FO	4.4.90.51	17	500.000,00
17125.10302032.091	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO HOSPITAL REGIONAL EUSTAQUIO PORTELA - VALENÇA PIAUÍ	SO	4.4.90.52	13	15.000,00
21204.19126021.329	MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESTADO DO PIAUÍ COM SUSTENTABILIDADE	FO	3.3.90.39	00	859.000,00
24101.28843912.088	AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL DE EMPRÉSTIMOS INTERNO	FO	4.6.90.71	00	1.000.000,00
30102.08244041.134	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DE ALTA COMPLEXIDADE : 03 CASAS LARES, 02 UNIDADES DE REPÚBLICAS E 01 UNIDADE DE CASA DE PASSAGEM	SO	3.3.40.41	00	100.000,00
45101.04122211.054	ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANAS E RURAL NOS MUNICÍPIOS	FO	4.4.50.41	00	30.000,00
45101.04122211.054	ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANAS E RURAL NOS MUNICÍPIOS	FO	4.4.90.36	00	40.000,00
45101.15451211.059	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO PARALELEPIEDO.	FO	4.4.90.51	00	100.000,00
45101.17512191.051	AMPLIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	FO	3.3.90.39	00	100.000,00
45101.17512191.051	AMPLIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	FO	4.4.90.51	00	50.000,00
45101.17512191.051	AMPLIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	FO	4.4.90.52	00	20.000,00
45101.17512191.051	AMPLIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	FO	4.4.90.92	00	20.000,00
45101.18543191.132	RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	FO	4.4.90.51	00	50.000,00
45101.18543191.132	RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	FO	4.4.90.52	00	50.000,00
45101.18544191.062	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS HIDRICAS	FO	4.4.90.92	00	50.000,00
45101.26782211.060	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA.	FO	4.4.40.41	00	100.000,00
45101.26782211.060	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA.	FO	4.4.90.51	00	50.000,00
45101.26782211.060	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA.	FO	4.4.90.51	17	300.000,00
46101.26782201.150	IMPLANTAÇÃO, PROJETO, RECUPERAÇÃO E REFORMA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS NO ESTADO DO PIAUÍ	FO	4.4.40.41	00	130.000,00
49101.06182091.191	POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL ORIENTADAS AOS TERRITÓRIOS COM MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO DE DESASTRE	FO	4.4.90.52	17	805.000,00
TOTAL					15.850.736,00

PORTARIAS E RESOLUÇÕES



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

PORTARIA da SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA Nº 209, de 10 de agosto de 2016.

O Secretário de Estado da Justiça, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o disposto no art. 58, III, da Lei federal nº 8.666/93, que confere à Administração Pública a prerrogativa de fiscalizar a execução dos contratos administrativos, bem como o que prescreve o art. 67 da mesma lei, no sentido de que os contratos devem ser acompanhados e fiscalizados por um representante da Administração especialmente designado,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 15.093, de 21 de fevereiro de 2013, que “estabelece procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais”

CONSIDERANDO, ainda, a celebração por este órgão do Contrato nº 52/2016, firmado com a empresa FUNDAÇÃO CAJUINA, cujo extrato foi publicado no DOE nº 135, no dia 19/07/2016, tendo como objeto a execução de todas as fases do concurso público para cadastro de reserva do cargo de Agentes Penitenciários.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados o servidor ADILSON FERREIRA COSTA, MATRÍCULA: 080526-2, CPF: 274.598.103-04, para exercer a função de Fiscal de Contrato;

Art. 2º Incumbe ao gestor do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013, especialmente as seguintes:

I - registrar o contrato administrativo nos termos do art. 60 da Lei n. 8.666/1993, ou zelar para que o servidor ou órgão competente o faça em tempo e modo legalmente previstos;

II - ter, devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo nº 52/2016, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - alertar o servidor ou órgão responsável para a aproximação do termo final do contrato administrativo nº 52/2016, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

IV - expedir relatório mensal destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes; Parágrafo único.: O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final.

Art. 3º As atribuições de Fiscal do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013, notadamente as seguintes:

I - fiscalizar a execução do Contrato nº 52/2016, informando o gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades verificados na execução por parte da contratada;

II - anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato que venha a conhecer durante a fiscalização;

III - verificar o cumprimento por parte da contratada dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

IV - atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados

Parágrafo único.: O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Cientifique-se
Publique-se
Cumpra-se.

Teresina, 10 de agosto de 2016.

DANIEL CARVALHO OLIVEIRA VALENTE
Secretário de Estado de Justiça do Piauí

PORTARIA da SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA Nº 213, de 18 de agosto de 2016.

O Secretário de Estado da Justiça, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o disposto no art. 58, III, da Lei federal nº 8.666/93, que confere à Administração Pública a prerrogativa de fiscalizar a execução dos contratos administrativos, bem como o que prescreve o art. 67 da mesma lei, no sentido de que os contratos devem ser acompanhados e fiscalizados por um representante da Administração especialmente designado,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 15.093, de 21 de fevereiro de 2013, que “estabelece procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais”

CONSIDERANDO, ainda, a celebração por este órgão do Termo Aditivo Nº.: 001 do contrato nº 006/2016, firmado com a empresa K.C.R.S COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP, cujo extrato foi publicado no DOE nº 150, no dia 09/Agosto/2016, tendo como objeto a aquisição de materiais permanentes com finalidade de promover o aparelhamento de 02 (duas) unidades de referência de saúde materno infantil do sistema prisional.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados o(a) servidor(a) NAILA JULIANA FERREIRA ARAÚJO, CPF nº 018.369.463-22, para exercer a função de Fiscal de Contrato.

Art. 2º Incumbe ao gestor do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013, especialmente as seguintes:

I - registrar o contrato administrativo nos termos do art. 60 da Lei n. 8.666/1993, ou zelar para que o servidor ou órgão competente o faça em tempo e modo legalmente previstos;

II - ter, devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo nº 006/2016, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - alertar o servidor ou órgão responsável para a aproximação do termo final do contrato administrativo nº 006/2016, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

IV - expedir relatório mensal destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes; Parágrafo único.: O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final.

Art. 3º As atribuições de Fiscal do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013, notadamente as seguintes:

I - fiscalizar a execução do Contrato nº 006/2016, informando o gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades verificados na execução por parte da contratada;



II - anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato que venha a conhecer durante a fiscalização;

III - verificar o cumprimento por parte da contratada dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

IV - atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados

Parágrafo único.: O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Cientifique-se
Publique-se
Cumpra-se.

Teresina, 18 de agosto de 2016.

DANIEL CARVALHO OLIVEIRA VALENTE
Secretário de Estado da Justiça

PORTARIA da SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA Nº 214, de 18 de agosto de 2016.

O Secretário de Estado da Justiça, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o disposto no art. 58, III, da Lei federal nº 8.666/93, que confere à Administração Pública a prerrogativa de fiscalizar a execução dos contratos administrativos, bem como o que prescreve o art. 67 da mesma lei, no sentido de que os contratos devem ser acompanhados e fiscalizados por um representante da Administração especialmente designado,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 15.093, de 21 de fevereiro de 2013, que “estabelece procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais”

CONSIDERANDO, ainda, a celebração por este órgão do Termo Aditivo Nº.: 001 do contrato nº 007/2016, firmado com a empresa JONVIC COMÉRCIO E SERVIÇOS, cujo extrato foi publicado no DOE nº 150, no dia 09/Agosto/2016, tendo como objeto a aquisição de materiais permanentes com finalidade de promover o aparelhamento de 02 (duas) unidades de referência de saúde materno infantil do sistema prisional.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados o(a) servidor(a) NAILAJULIANA FERREIRA ARAÚJO, CPF nº 018.369.463-22, para exercer a função de Fiscal de Contrato.

Art. 2º Incumbe ao gestor do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013, especialmente as seguintes:

I - registrar o contrato administrativo nos termos do art. 60 da Lei n. 8.666/1993, ou zelar para que o servidor ou órgão competente o faça em tempo e modo legalmente previstos;

II - ter, devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo nº 007/2016, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - alertar o servidor ou órgão responsável para a aproximação do termo final do contrato administrativo nº 007/2016, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

IV - expedir relatório mensal destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes; Parágrafo único.: O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final.

Art. 3º As atribuições de Fiscal do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013, notadamente as seguintes:

I - fiscalizar a execução do Contrato nº 007/2016, informando o gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades verificados na execução por parte da contratada;

II - anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato que venha a conhecer durante a fiscalização;

III - verificar o cumprimento por parte da contratada dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

IV - atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados

Parágrafo único.: O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Cientifique-se
Publique-se
Cumpra-se.

Teresina, 18 de agosto de 2016.

DANIEL CARVALHO OLIVEIRA VALENTE
Secretário de Estado da Justiça

PORTARIA da SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA Nº 215, de 18 de agosto de 2016.

O Secretário de Estado da Justiça, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o disposto no art. 58, III, da Lei federal nº 8.666/93, que confere à Administração Pública a prerrogativa de fiscalizar a execução dos contratos administrativos, bem como o que prescreve o art. 67 da mesma lei, no sentido de que os contratos devem ser acompanhados e fiscalizados por um representante da Administração especialmente designado,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 15.093, de 21 de fevereiro de 2013, que “estabelece procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais”

CONSIDERANDO, ainda, a celebração por este órgão do Termo Aditivo Nº.: 001 do contrato nº 007/2016, firmado com a empresa DIRCEU LONGO & CIALTDA, cujo extrato foi publicado no DOE nº 150, no dia 09/Agosto/2016, tendo como objeto a aquisição de materiais permanentes com finalidade de promover o aparelhamento de 02 (duas) unidades de referência de saúde materno infantil do sistema prisional.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados o(a) servidor(a) NAILAJULIANA FERREIRA ARAÚJO, CPF nº 018.369.463-22, para exercer a função de Fiscal de Contrato.

Art. 2º Incumbe ao gestor do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013, especialmente as seguintes:

I - registrar o contrato administrativo nos termos do art. 60 da Lei n. 8.666/1993, ou zelar para que o servidor ou órgão competente o faça em tempo e modo legalmente previstos;

II - ter, devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo nº 010/2016, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - alertar o servidor ou órgão responsável para a aproximação do termo final do contrato administrativo nº 010/2016, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

IV - expedir relatório mensal destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento

destes; Parágrafo único.: O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final.

Art. 3º As atribuições de Fiscal do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013, notadamente as seguintes:

I - fiscalizar a execução do Contrato nº 010/2016, informando o gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades verificados na execução por parte da contratada;

II - anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato que venha a conhecer durante a fiscalização;

III - verificar o cumprimento por parte da contratada dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

IV - atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados

Parágrafo único.: O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Cientifique-se
Publique-se
Cumpra-se.

Teresina, 18 de agosto de 2016.

DANIEL CARVALHO OLIVEIRA VALENTE

Secretário de Estado da Justiça

Of. 606



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA - SEINFRA

Portaria nº 16.04/2016-GS Teresina (PI), 27 de julho 2016.

A SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que os servidores públicos devem se afastar dos respectivos cargos para concorrer as eleições municipais, conforme Lei Complementar nº 64 de 18 de maio de 1990;

Considerando que os servidores públicos estaduais tem o direito a Licença para Atividade Política, nos termos dos artigos 89 e 90 da Lei Complementar estadual nº 13/1994, bem como seção I do Decreto nº 15.248 de 02 de Julho de 2013;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA ao servidor VALTER DA SILVA BARROS, engenheiro, matrícula nº 091715-0, lotado na Diretoria de Unidade de Engenharia, a partir **02 de julho de 2016**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 27 de julho de 2016.

JANAINNA PINTO MARQUES

Secretária de Estado da Infraestrutura do Piauí -SEINFRA

Of. 643



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE FAZENDA
GABINETE DO SECRETARIO

PORTARIA GSFNº 214/2016. Teresina (PI), 19 de agosto de 2016.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 109, II da Constituição do Estado do Piauí.

RESOLVE:

REMOVER, a pedido, o servidor JOSÉ ARCANGÉLO NOÉSIO BARBOSA SANTOS, Técnico da Fazenda Estadual, matrícula 040.861-1, do Posto Fiscal Tabuleta, para o Posto Fiscal Baixa do Cajueiro, ambos da Gerência de Controle de Mercadorias em Trânsito - GTRAN/UNITRAN.

Cientifique-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Rafael Tajra Fonteles
SECRETÁRIO DE FAZENDA

PORTARIA GSFNº 215/2016. Teresina (PI), 19 de agosto de 2016.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 109, II da Constituição do Estado do Piauí.

RESOLVE:

REMOVER, a pedido, o servidor JOSÉ FÉLIX RESENDE DA SILVA, Técnico da Fazenda Estadual, matrícula 037.725-2, da Agência de Atendimento de Barras, da Gerência Regional de Atendimento de Barras - 2º GERAT, para a Gerência de Controle de Mercadorias em Trânsito - GTRAN/UNITRAN.

Cientifique-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Rafael Tajra Fonteles
SECRETÁRIO DE FAZENDA

Of. 376



ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
GABINETE DO COMANDO GERAL



PORTARIA Nº 433, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

Dispensa Oficial da função de Subcomandante do 7º Batalhão de Polícia Militar do Piauí (7º BPM).

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o nº 1, da letra "b", do artigo 12, do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da PMPI, aprovado pelo Decreto nº 4.262, de 26 de março de 1981, **CONSIDERANDO** o constante no § 1º, do artigo 45-C, da Lei nº 5.378 de 10.02.2004, incluído pela Lei nº 5.755, de 08.05.2008, alterado pela Lei nº 6.199, de 27.03.12 e acrescido pela Lei nº 6.792, de 19.04.2016, **RESOLVE:**

Art. 1º - Dispensar da função de Subcomandante do 7º Batalhão de Polícia Militar do Piauí (7º BPM) o Major PM EVANDRO GOMES DE OLIVEIRA, RGPM 10.10288-92.

Art. 2º - Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CARLOS AUGUSTO GOMES DE SOUZA - Coronel PM
Comandante-Geral da PMPI

**PORTARIA Nº 434, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.**

Dispensa Oficial da função de Comandante da 2ª Companhia do 7º Batalhão de Polícia Militar (2ª Cia/7º BPM).

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o nº 1, da letra “b”, do artigo 12, do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da PMPI, aprovado pelo Decreto nº 4.262, de 26 de março de 1981 e **CONSIDERANDO** o constante no § 1º, do artigo 45-C, da Lei nº 5.378 de 10.02.2004, incluído pela Lei nº 5.755, de 08.05.2008, alterado pela Lei nº 6.199, de 27.03.12 e acrescido pela Lei nº 6.792, de 19.04.2016, **RESOLVE:**

Art. 1º - Dispensar da função de Comandante da 2ª Companhia do 7º Batalhão de Polícia Militar (2ª Cia/7º BPM), o 1º Tenente PM EDILSON SOUZA SALVIANO, RGPM 10.11951-94.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CARLOSAUGUSTO GOMES DE SOUZA - Coronel PM
Comandante-Geral da PMPI

PORTARIA Nº 436, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

Dispensa Oficial da função de Comandante da 2ª Companhia do 11º Batalhão de Polícia Militar (2ª Cia/11º BPM).

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o nº 1, da letra “b”, do artigo 12, do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da PMPI, aprovado pelo Decreto nº 4.262, de 26 de março de 1981 e **CONSIDERANDO** o constante no § 1º, do artigo 45-C, da Lei nº 5.378 de 10.02.2004, incluído pela Lei nº 5.755, de 08.05.2008, alterado pela Lei nº 6.199, de 27.03.12 e acrescido pela Lei nº 6.792, de 19.04.2016, **RESOLVE:**

Art. 1º - Dispensar da função de Comandante da 2ª Companhia do 11º Batalhão de Polícia Militar (2ª Cia/11º BPM), o 1º Tenente PM ANTONIO FERNANDO DE JESUS LIMA, RGPM 10.11521-94.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CARLOSAUGUSTO GOMES DE SOUZA - Coronel PM
Comandante-Geral da PMPI

PORTARIA Nº 437, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

Designa Oficial para a função de Comandante da 2ª Companhia do 11º Batalhão de Polícia Militar (2ª Cia/11º BPM).

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o nº 1, da letra “b”, do artigo 12, do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da PMPI, aprovado pelo Decreto nº 4.262, de 26 de março de 1981 e **CONSIDERANDO** o constante no § 1º, do artigo 45-C, da Lei nº 5.378 de 10.02.2004, incluído pela Lei nº 5.755, de 08.05.2008, alterado pela Lei nº 6.199, de 27.03.12 e acrescido pela Lei nº 6.792, de 19.04.2016, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar para a função de Comandante da 2ª Companhia do 11º Batalhão de Polícia Militar (2ª Cia/11º BPM), o 1º Tenente PM EDILSON SOUZA SALVIANO, RGPM 10.11951-94.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CARLOSAUGUSTO GOMES DE SOUZA - Coronel PM
Comandante-Geral da PMPI

PORTARIA Nº 439, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

Designa Oficial para a função de Comandante do 19º Batalhão de Polícia Militar do Piauí (19º BPM).

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o nº 1, da letra “b”, do artigo 12, do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da PMPI, aprovado pelo Decreto nº 4.262, de 26 de março de 1981, **CONSIDERANDO** o constante no § 1º, do artigo 45-C, da Lei nº 5.378 de 10.02.2004, incluído pela Lei nº 5.755, de 08.05.2008, alterado pela Lei nº 6.199, de 27.03.12 e acrescido pela Lei nº 6.792, de 19.04.2016, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar para a função de Comandante do 19º Batalhão de Polícia Militar do Piauí (19º BPM) o Major PM EVANDRO GOMES DE OLIVEIRA, RGPM 10.10288-92.

Art. 2º - Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CARLOSAUGUSTO GOMES DE SOUZA - Coronel PM
Comandante-Geral da PMPI

PORTARIA Nº 440, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

Designa Oficial para a função de Comandante do 19º Batalhão de Polícia Militar do Piauí (19º BPM).

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o nº 1, da letra “b”, do artigo 12, do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da PMPI, aprovado pelo Decreto nº 4.262, de 26 de março de 1981, **CONSIDERANDO** o constante no § 1º, do artigo 45-C, da Lei nº 5.378 de 10.02.2004, incluído pela Lei nº 5.755, de 08.05.2008, alterado pela Lei nº 6.199, de 27.03.12 e acrescido pela Lei nº 6.792, de 19.04.2016, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar para a função de Comandante do 19º Batalhão de Polícia Militar do Piauí (19º BPM) o Major PM EVANDRO GOMES DE OLIVEIRA, RGPM 10.10288-92.

Art. 2º - Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CARLOSAUGUSTO GOMES DE SOUZA - Coronel PM
Comandante-Geral da PMPI

Of. 249



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



PORTARIA Nº 097/2016 – GDG Teresina-PI, 22 de agosto de 2016.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO PIAUÍ - DETRAN/PI, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir a Comissão de Defesa Prévia composta pelos servidores abaixo, para sob a presidência do primeiro proceder a análise dos autos de infração em até 30 dias contados do recebimento dos mesmos:

CARLOS ALBERTO CORDEIRO (Presidente)
ANTÔNIO GUIMARÃES BEZERRA (Membro)
OSVALDO DE CARVALHO LIMA (Membro)
JURANDIMENDES TEIXEIRA (Membro)
DÉBORASEABRA DE OLIVEIRA ALVES (Secretária)

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Arão Martins do Rêgo Lobão
Diretor Geral – DETRAN/PI

PORTARIA Nº 098/2016 – GDG Teresina-PI, 22 de agosto de 2016.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO PIAUÍ - DETRAN/PI, no uso das atribuições legalmente conferidas, e,

CONSIDERANDO a necessidade de fiscalizar e acompanhar os contratos vigentes no Departamento Estadual de Trânsito do Piauí para melhorar o controle das atividades;

CONSIDERANDO as disposições contidas nos contratos firmados e as recomendações da Controladoria Geral do Estado do Piauí e do Tribunal de Contas do Estado do Piauí;

RESOLVE:

Art. 1º - **Designar** o servidor **LUCAS FEITOSA SOLANO NOGUEIRA**, para fiscalizar e acompanhar o contrato nº 018/2016 firmado com a Empresa **TIS SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA**.

Art. 2º - **Designar** o servidor **JOSÉ RIBAMAR COELHO JÚNIOR** como Gestor do contrato acima citado.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de julho de 2016.

Cientifique-se, Publique-se e Cumpra-se.

Arão Martins do Rêgo Lobão

Diretor Geral – DETRAN/PI

Of. 500



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

EXTRATO DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ-SESAPI.

O Secretário de Estado da Saúde do Piauí, no uso de suas prerrogativas legais, **RESOLVE:**

• **PORTARIA nº 1260/16, de 11 de agosto de 2016** - De acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 84 de 07.05.07, referente ao processo AA.900.1.019978/16-22, conceder 90 (noventa) dias de LICENÇA CAPACITAÇÃO do(a) servidor(a) **MARIA LUCINETE LIMA ROCHA**, Cargo: Atendente, Classe: III-E, Matrícula: 038313-9, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a): Hospital do Mocambinho – Teresina – Piauí, referente ao Quinquênio 19/06/2004 a 18/06/2009, a partir de 01/09/2016 a 29/11/2016.

• **PORTARIA nº 1261/16, de 11 de agosto de 2016** – De acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 84 de 07.05.07, referente ao processo AA.900.1.020823/16-20, conceder 90 (noventa) dias de LICENÇA CAPACITAÇÃO do(a) servidor(a) **GLÉIDINA ROCHA DE ARAUJO**, Cargo: Atendente, Classe: III-C, Matrícula: 036850-4, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a): Hospital Infantil Lucídio Portella – HILP – Teresina – Piauí, referente ao Quinquênio 01/04/2006 a 31/03/2011, a partir de 01/10/2016 a 29/12/2016.

• **PORTARIA nº 1262/16, de 11 de agosto de 2016** – De acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 13 de 03.01.94, referente ao processo AA.900.1.021113/16-74, conceder 90 (noventa) dias de LICENÇA PRÊMIO do(a) servidor(a) **MARIA JOSÉ ALVES BATISTA SILVA**, Cargo: Auxiliar de Enfermagem, Classe: III-E, Matrícula: 040804-2, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a): Hospital Local Aristides Saraiva de Almeida – Palmeirais – Piauí, referente ao Quinquênio 26/09/2000 a 25/09/2005, a partir de 03/08/2016 a 31/10/2016.

• **PORTARIA nº 1263/16, de 11 de agosto de 2016** – De acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 84 de 07.05.07, referente ao processo AA.900.1.021113/16-74, conceder 90 (noventa) dias de LICENÇA CAPACITAÇÃO do(a) servidor(a) **MARIA JOSÉ ALVES BATISTA SILVA**, Cargo: Auxiliar de Enfermagem, Classe: III-E, Matrícula: 040804-2, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a): Hospital Local Aristides Saraiva de Almeida – Palmeirais – Piauí, referente ao Quinquênio 26/09/2005 a 25/09/2010, a partir de 01/11/2016 a 29/01/2017.

• **PORTARIA nº 1264/16, de 11 de agosto de 2016** – De acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 13 de 03.01.94, referente ao processo AA.900.1.019756/16-28, conceder 90 (noventa) dias de LICENÇA PRÊMIO do(a) servidor(a) **MARIALINDALVA DE SOUSA SOARES**, Cargo: Auxiliar Técnico, Classe: III-A, Matrícula: 001293-9, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a): Diretoria de Unidade de Gestão de Pessoas – DUGP – Teresina – Piauí, referente ao Quinquênio 01/04/1988 a 31/03/1993, a partir de 18/07/2016 a 15/10/2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se

Gabinete do Secretário de Estado da Saúde do Piauí, em Teresina-PI, 11 de agosto de 2016.

Francisco de Assis de Oliveira Costa
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

• **PORTARIA nº 1265/16, de 11 de agosto de 2016** – De acordo com o Artigo 96, da Lei Complementar nº 13 de 03/01/1994, referente ao processo AA.900.1.015323/16-03, conceder 180 (cento e oitenta) dias de LICENÇA GESTANTE do(a) servidor(a) **ANGLYA SAMARA SILVA LEITE COUTINHO**, Cargo: Médico, Classe: I-A, Matrícula: 296835-5, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a): Hospital da Polícia Militar – HPM – Teresina – PI, a partir de 01/06/2016 a 27/11/2016.

• **PORTARIA nº 1266/16, de 11 de agosto de 2016** - De acordo com o Artigo 96, da Lei Complementar nº 13 de 03/01/1994, referente ao processo AA.900.1.020508/16-01, conceder 180 (cento e oitenta) dias de LICENÇA GESTANTE do(a) servidor(a) **GIORDANA PORTELA LIMA**, Cargo: Médico, Classe: I-A, Matrícula: 272142-2, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a): Hospital Infantil Lucídio Portella – HILP – Teresina – PI, a partir de 16/07/2016 a 11/01/2017.

• **PORTARIA nº 1267/16, de 11 de agosto de 2016** – De acordo com o Artigo 96, da Lei Complementar nº 13 de 03/01/1994, referente ao processo AA.900.1.021551/16-17, conceder 120 (cento e vinte) dias de LICENÇA GESTANTE do(a) servidor(a) em comissão **CLAUDILENE DE SOUSA SOARES LAVOR**, Cargo: Coordenador, Matrícula: 297303-X, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a): Diretoria de Unidade de Vigilância Sanitária – DIVISA – Teresina – PI, a partir de 02/08/2016 a 29/11/2016.

• **PORTARIA nº 1268/16, de 11 de agosto de 2016** – De acordo com o Artigo 96, da Lei Complementar nº 13 de 03/01/1994, referente ao processo AA.900.1.013954/16-05, conceder 180 (cento e oitenta) dias de LICENÇA GESTANTE do(a) servidor(a) **JULIANA FABRÍCIA PEREIRA VASCONCELOS**, Cargo: Técnico em Enfermagem, Classe: I-A, Matrícula: 281520-6, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a): Hospital Regional Chagas Rodrigues – Piri-piri – PI, a partir de 23/05/2016 a 18/11/2016.

• **PORTARIA nº 1269/16, de 11 de agosto de 2016** – De acordo com o Artigo 96, da Lei Complementar nº 13 de 03/01/1994, referente ao processo AA.900.1.018330/16-20, conceder 180 (cento e oitenta) dias de LICENÇA GESTANTE do(a) servidor(a) **ADRIANA ARAÚJO COSTA CAMELO DE CARVALHO**, Cargo: Técnico em Enfermagem, Classe: I-A, Matrícula: 231452-5, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a): Diretoria de Unidade de Vigilância e Atenção à Saúde – DUVAS – Teresina – PI, a partir de 25/06/2016 a 21/12/2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se

Gabinete do Secretário de Estado da Saúde do Piauí, em Teresina-PI, 11 de agosto de 2016.

Francisco de Assis de Oliveira Costa
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 2142



EXTRATO DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ-SESAPI.

O Secretário da Saúde do Estado do Piauí, no uso de suas prerrogativas legais, RESOLVE:

• **PORTARIA nº 1248/16 de 12 de Agosto de 2016** – resolve de acordo com o Artigo 65, da Lei Complementar nº. 13, de 03/01/94, referente ao processo nº 2016.04.1385P, conceder o Adicional inicial de 3% (três por cento) do (a) servidor (a) MARIA DE JESUS DE ALENCAR LISBOA, Cargo: DENTISTA, Classe: III-D, Matrícula: 041068-3, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestando serviços no (a): Unidade Mista de Saúde Carlyle Guerra Macedo - São Gonçalo do Piauí, e a elevação para 18% (dezoito por cento) a partir de 15/06/2002.

• **PORTARIA nº 1249/16 de 12 de Agosto de 2016** – resolve de acordo com o Artigo 65, da Lei Complementar nº. 13, de 03/01/94, referente ao processo nº 2016.04.1332P, conceder o Adicional inicial de 3% (três por cento) do (a) servidor (a) ALMIRALICE ALVES CALADO, Cargo: ASSISTENTE SOCIAL, Classe: III-E, Matrícula: 008422-X, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestando serviços no (a): Hospital Areolino de Abreu - HAA - Teresina - PI, e a elevação para 24% (vinte e quatro por cento) a partir de 02/04/2003.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Secretário da Saúde do Estado do Piauí, em Teresina-PI, 12 de Agosto de 2016.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA

Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 2135

EXTRATO DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ-SESAPI.

O Secretário da Saúde do Estado do Piauí, no uso de suas prerrogativas legais, RESOLVE:

• **PORTARIA nº 1276/16 de 12 de Agosto de 2016** – resolve de acordo com o Artigo 65, da Lei Complementar nº. 13, de 03/01/94, referente ao processo nº AA.900.1.012289/16-23, conceder o Adicional inicial de 3% (três por cento) do (a) servidor (a) MARIA ALZIRA CARVALHO, Cargo: PSICÓLOGO, Classe: III-E, Matrícula: 021588-X, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestando serviços no (a): Hospital Areolino de Abreu - HAA - Teresina- PI, e a elevação para 15% (quinze por cento) a partir de 28/04/2001.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Secretário da Saúde do Estado do Piauí, em Teresina-PI, 12 de Agosto de 2016.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA

Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 2171

LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Terceiro Aditivo ao Contrato de Financiamento nº 21/03791-4, de 07/08/2009, firmado entre o ESTADO DO PIAUÍ e o BANCO DO BRASIL S.A.

Objeto: alteração do prazo de utilização, de carência e de amortização até a data de 31/08/2016.

Signatários: José Wellington Barroso de Araújo Dias (pelo Governo do Estado do Piauí) e Célio Augusto Machado (pelo Banco do Brasil S.A.)

Of. 534



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Contrato N.º 0114.A/16

Processo nº AA.021.1.001302/16-71

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PIAUÍ – SECULT; CONTRATADO: MARCOS GONÇALVES VERAS DE ARAÚJO, CPF nº 840.082.453-91. OBJETO: disponibilização de recursos financeiros a título de custeio referente à apresentação musical, no Projeto Boca da Noite, que acontecerá no dia 15 de junho de 2016 em Teresina – PI. VALOR: R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), que deverá ser pago em parcela única, com depósito em conta corrente já indicada no processo; Unidade Orçamentária: 51101; Fonte de Recursos – 0100001001; Projeto Atividade: 2244; Elemento de Despesa: 3390.36. DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 15/06/2016; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93.

FÁBIO NÚÑEZ NOVO

Secretário de Estado de Cultura do Piauí

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Contrato N.º 118.A/16

Processo nº AA.021.1.001180/16-78

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PIAUÍ – SECULT; CONTRATADO: MOCHA PRODUÇÕES, CNPJ nº 19.232.901.0001-37. OBJETO: disponibilização de Apresentação de show musical que acontecerá dia 26 de junho de 2016, no Teatro 4 de Setembro, Teresina - PI; VALOR: R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais) que deverá ser pago em parcela única, com depósito em conta corrente já indicada no processo; Unidade Orçamentária: 51101; Fonte de Recursos – 0100001001; Projeto Atividade: 2244; Elemento de Despesa: 3390.39 DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 25/06/2016; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93.

FÁBIO NÚÑEZ NOVO

Secretário de Estado de Cultura do Piauí

ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 0151.A/16

Referente à publicação do dia 09 de agosto de 2016, página 30 ONDE SE LÊ: “OBJETO: disponibilização de recursos financeiros a título de custeio com atrações musicais para apresentações na Colônia de Férias do Servidor Público em Luís Correia.” LEIA-SE: “OBJETO: disponibilização de recursos financeiros a título de custeio referente às apresentações musicais dentro da programação do Festival do Peixe em Esperantina - PI 2016, no período de 28 a 31 de julho de 2016”.

FÁBIO NÚÑEZ NOVO

Secretário de Estado de Cultura do Piauí

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Contrato N.º 0152.A/16

Processo n.º AA.021.1.001757/16-82

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PIAUI – SECULT; **CONTRATADO:** WEYDILANE ANDRADE DOS SANTOS ABREU, CPF nº 048.974.883-03. **OBJETO:** disponibilização de recursos financeiros a título de custeio referente à apresentação cultural do grupo Raízes da Umbanda, no Projeto Cultura Negra Estaiada, que acontecerá no dia 20 de agosto de 2016 em Teresina - PI. **VALOR:** R\$ 1.000,00 (Mil Reais), que deverá ser pago em parcela única, com depósito em conta corrente já indicada no processo; Unidade Orçamentária: 51101; Fonte de Recursos – 0100001001; Projeto Atividade: 2244; Elemento de Despesa: 3390.36. **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 02/08/2016; **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93.

FÁBIO NÚÑEZ NOVO

Secretário de Estado de Cultura do Piauí

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Contrato N.º 161.A/2016

Processo n.º AA.021.1.001847/16-79

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PIAUI – SECULT; **CONTRATADO:** MAKETE PUBLICIDADE EIRELI - ME, CNPJ nº 21.972.536/0001-49 **OBJETO:** disponibilização de Apresentação Musical para a realização dos Festejos do município de Bertolínia – PI, que acontecerá nos dias 12, 13 e 14 de Agosto do corrente ano; **VALOR:** R\$ 140.000,00 (Cento e Quarenta Mil Reais) que deverá ser pago em parcela única, com depósito em conta corrente já indicada no processo; Unidade Orçamentária: 51101; Fonte de Recursos – 0100001001; Projeto Atividade: 2244; Elemento de Despesa: 3390.39 **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 11/08/2016; **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93.

FÁBIO NÚÑEZ NOVO

Secretário de Estado de Cultura do Piauí

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Contrato N.º 166/2016

Processo n.º AA.021.1.001977/16-61

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PIAUI – SECULT; **CONTRATADO:** MAGNÓLIA EVENTOS E SERVIÇOS, CNPJ nº 22.565.799/0001-04 **OBJETO:** disponibilização de Atrações Musicais para a realização da Semana Cultural de Alvorada, no município de Alvorada do Gurguéia – PI, no período de 26 à 28 de agosto do corrente ano.; **VALOR:** R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais) que deverá ser pago em parcela única, com depósito em conta corrente já indicada no processo; Unidade Orçamentária: 51101; Fonte de Recursos – 0100001001; Projeto Atividade: 2244; Elemento de Despesa: 3390.39 **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 24/08/2016; **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93.

FÁBIO NÚÑEZ NOVO

Secretário de Estado de Cultura do Piauí

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Contrato N.º 167/2016

Processo n.º AA.021.1.001977/16-61

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PIAUI – SECULT; **CONTRATADO:** MAGNÓLIA EVENTOS E SERVIÇOS, CNPJ nº 22.565.799/0001-04 **OBJETO:** disponibilização de Atrações Musicais para a realização da Semana Cultural de Caracol, no município de Caracol do Piauí - PI, no período de 26 à 28 de agosto do corrente ano. **VALOR:** R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais) que deverá ser pago em parcela única, com depósito em conta corrente já indicada no processo; Unidade Orçamentária: 51101; Fonte de Recursos – 0100001001; Projeto Atividade: 2244; Elemento de Despesa: 3390.39. **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 24/08/2016; **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93.

FÁBIO NÚÑEZ NOVO

Secretário de Estado de Cultura do Piauí

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Contrato N.º 0168/16

Processo n.º AA.021.1.001838/16-82

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PIAUI – SECULT; **CONTRATADA:** MISAEL LIMA ALVES - ME, CNPJ nº 14.194.227/0001-20. **OBJETO:** disponibilização de recursos financeiros a título de Emenda Parlamentar do Excelentíssimo Senhor Deputado Georgiano Neto com o valor de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), referente à apresentação musical no Festejo de São Raimundo Nonato em Miguel Leão- PI, no dia 29 de agosto de 2016. **VALOR:** R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), que deverá ser pago em parcela única, com depósito em conta corrente já indicada no processo; Unidade Orçamentária: 51101; Fonte de Recursos – 0100661001; Projeto Atividade: 1483; Elemento de Despesa: 3390.39. **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 24/08/2016; **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93.

FÁBIO NÚÑEZ NOVO

Secretário de Estado de Cultura do Piauí

EXTRATO DE TERMO DE CONCESSÃO

Contrato N.º 061/16

Processo n.º AA.021.1.001169/16-54

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PIAUI – SECULT; **CONTRATADO:** ANTONIA ALMIRENE SILVA SOARES, CPF nº 023.788.363-50. **OBJETO:** concessão de apoio financeiro para ajudar no custeio com a produção da Quadrilha Junina Babaçu Iluminar no município de São João do Arraial.; **VALOR:** R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais) que deverá ser pago em parcela única, com depósito em conta corrente já indicada no processo; Unidade Orçamentária: 51101; Fonte de Recursos – 0100001001; Projeto Atividade: 2244; Elemento de Despesa: 3390.48 **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 17/06/2016; **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93.

FÁBIO NÚÑEZ NOVO

Secretário de Estado de Cultura do Piauí

EXTRATO DE TERMO DE CONCESSÃO

TERMO N.º 092/16

CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PIAUI – SECULT; **PROPONENTE:** ANDREA BARBOSA DE MIRANDA, CPF nº 729.262.953-91. **OBJETO:** a concessão de apoio financeiro para ajudar no custeio de despesas com a produção do show “Pra não dizer Adeus”. **Valor:** R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais). Unidade Orçamentária: 51101; **Fonte de Recurso:** 0100001001; Projeto Atividade: 2244; **Elemento de Despesa:** 3390.48. **DATA DE ASSINATURA:** 01/08/2016.

FÁBIO NÚÑEZ NOVO

Secretário de Estado de Cultura do Piauí

EXTRATO DE TERMO DE CONCESSÃO

TERMO N.º 098/16

PROCESSO N.º AA.021.1.001476/16-04

CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PIAUI – SECULT; **PROPONENTE:** ANTONIA MARIA DO NASCIMENTO, CPF nº 815.830.283-15. **OBJETO:** concessão de apoio financeiro para ajudar no custeio de despesas com a aquisição de equipamentos que serão utilizados para melhor desenvolver o trabalho de resgate das origens indígenas da comunidade de Nazaré em Lagoa de São Francisco - PI. **Valor:** R\$ 7.500,00 (Sete Mil e Quinhentos Reais). Unidade Orçamentária: 51101; Fonte de Recurso: 0100001001; Projeto Atividade: 2244; Elemento de Despesa: 3390.48. **DATA DE ASSINATURA:** 19/08/2016.

FÁBIO NÚÑEZ NOVO

Secretário de Estado de Cultura do Piauí



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SECULT
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**PROCESSO Nº 023/2016
PROCEDIMENTO Nº 001/2016
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016**

**RESULTADO DA REGULARIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE
HABILITAÇÃO**

Findo o prazo para as empresas apresentarem documentação para regularização de sua documentação na Tomada de Preço nº 001/2016, com base no art. 43, § 3º, da lei 8.666/93, a empresas **SM CONSTRUTORA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA – ME** protocolou os referidos documentos, a empresa **TWY CONSTRUTORA & CIA LTDA – ME** já havia se regularizado na fase de recursos.

Analisada a documentação apresentada pela empresa **SM CONSTRUTORA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA – ME** constatou-se que a mesma apresentou todas as documentações para a regularização corretamente, estando habilitada.

Portanto, após a análise de todos os recursos e do prazo para a regularização de documentação, com base no art. 43, § 3º, da lei 8.666/93, as empresas **SM CONSTRUTORA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA – ME** e **TWY CONSTRUTORA & CIA LTDA – ME** se habilitaram, devendo comparecer à sessão de abertura dos envelopes de proposta de preços que se realizará no dia 29 de agosto de 2016, às 10:00 horas.

Teresina – PI, 23 de agosto de 2016.

DEPUTADO FÁBIO NUÑEZ NOVO
Secretário da SECULT

**PROCESSO Nº 024/2016
PROCEDIMENTO Nº 004/2016
TOMADA DE PREÇO Nº 004/2016**

**RESULTADO DA REGULARIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE
HABILITAÇÃO**

Findo o prazo para as empresas apresentarem documentação para regularização de sua documentação na Tomada de Preço nº 004/2016, com base no art. 43, § 3º, da lei 8.666/93, apenas as empresas **SM CONSTRUTORA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA – ME** e **CONSTRUSERVICE SERVIÇOS GERAIS LTDA – ME** protocolaram os referidos documentos.

Analisada a documentação apresentada pela empresa **SM CONSTRUTORA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA – ME** constatou-se que a mesma não cumpriu o exigido no Item 4.3., alínea “b” do edital, não apresentando a Certidão de Acervo Técnico – CAT compatível com o objeto do referido processo licitatório que é Bem Tombado, estando, portanto desabilitada. Na análise feita na documentação da empresa **CONSTRUSERVICE SERVIÇOS GERAIS LTDA – ME** constatou-se que a mesma apresentou todas as documentações para a regularização corretamente, estando habilitada.

Portanto, após a análise de todos os recursos e do prazo para a regularização de documentação, com base no art. 43, § 3º, da lei 8.666/93, apenas a empresa **CONSTRUSERVICE SERVIÇOS GERAIS LTDA – ME** se habilitou, devendo comparecer à sessão de abertura dos envelopes de proposta de preços que se realizará no dia 29 de agosto de 2016, às 11:00 horas.

Teresina – PI, 23 de agosto de 2016.

DEPUTADO FÁBIO NUÑEZ NOVO
Secretário da SECULT

Of. 019

**ADITIVO DE CONTRATO Nº 031/2015/CPL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE
VEÍCULOS**

Pelo presente instrumento, a **SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SECULT**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do MF sob o nº 05.782.352/0001-60, com sede à Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 816, Teresina - PI, e de outro lado a empresa **SHALOM TURISMO (JJ E SILVA – EPP)**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 69.607.729/0001-27, com sede e foro na cidade de Teresina, Estado do Piauí, estabelecida na Av. Henry Wall de Carvalho, nº 4578, Parque São João, CEP 64.020-720, doravante chamada abreviadamente **CONTRATADA**, firmam este contrato, que se regerá pelas regras da lei 8.666/93 e ainda pelas cláusulas e condições seguintes:

1. As partes acima qualificadas firmaram em 28.08.2015 o instrumento particular Nº 031/2015, no qual ajustaram a objeto contratação de empresa para prestação de serviço de locação de veículos.

2. Considerando ter havido interesse recíproco, entre os contratantes, de alterar a cláusula segunda (vigência contratual), que passa a ser:

“O presente aditivo de contrato terá início no dia 29.08.2016 e vigorará até 28.08 2017.”

3. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do instrumento particular ora alterado.

E por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Teresina - PI, em 26 de agosto de 2016.

DEPUTADO FÁBIO NUÑEZ NOVO
Secretário da SECULT

SHALOM TURISMO (JJ E SILVA – EPP)
CNPJ: 69.607.729/0001-27

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

**ADITIVO DE CONTRATO Nº 032/2015/CPL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO
DE QUENTINHAS EXECUTIVAS E COQUETEIS**

Pelo presente instrumento, a **SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SECULT**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do MF sob o nº 05.782.352/0001-60, com sede à Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 816, Teresina - PI, e de outro lado a empresa **G. M. DE MOURA BARROS - EPP**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 04.453.760/0001-05, inscrição estadual nº 19.448.374-6, com sede e foro na cidade de Teresina, Estado do Piauí, estabelecida na Rua Paisandu, nº 1488, Bairro Centro, CEP 64.001-120, doravante chamada abreviadamente **CONTRATADA**, firmam este contrato, que se regerá pelas regras da lei 8.666/93 e ainda pelas cláusulas e condições seguintes:

1. As partes acima qualificadas firmaram em 26.10.2015 o instrumento particular Nº 032/2015/CPL, no qual ajustaram a objeto contratação de empresa para fornecimento de quentinhas executivas e coquetéis para a SECULT.

2. Considerando ter havido interesse recíproco, entre os contratantes, de alterar a cláusula décima primeira (alteração contratual), aditivando-o em 25%, passa, a partir desta data, a prevalecer o seguinte:

“O valor aditivado é de R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), que será pago mediante a prestação do serviço, além do encaminhamento de recibo e nota fiscal para o setor financeiro da SECULT, por conta do Projeto/atividade: 2243/2244, FR: 0100001001 e elemento de despesa: 3390.39, com depósito em Conta Bancária a ser detalhada no processo de solicitação”.

3. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do instrumento particular ora alterado.

E por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Teresina - PI, em 01 de julho de 2016.

DEPUTADO FÁBIO NUÑEZ NOVO
Secretário da SECULT

G.M.DE MOURA BARROS - EPP
CNPJ: 04.453.760/0001-05

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Of. 017



ERRATA DE EXTRATO DE HABILITAÇÃO DO SISTEMA DE INCENTIVO ESTADUAL À CULTURA-SIEC, PUBLICADO EM 17/08/16.

ONDE SE LÊ:

25. Robert Gleydson Barbosa Garcia: PIAUÍ SAMBA, UM MUSICAL COM TEATRO, MÚSICA E DANÇA – R\$ 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil Reais);

LEIA-SE:

25. Robert Gleydson Barbosa Garcia: PIAUÍ SAMBA, UM MUSICAL COM TEATRO, MÚSICA E DANÇA – R\$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais);

Teresina, 24 de Agosto de 2016.

Fábio Núñez Novo
PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO SIEC.

Of. 017



ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DO ESTADO DO PIAUÍ - SEED

ESPÉCIE: Termo de Cooperação nº 022/2016, de liberação de professores que entre si celebram o Estado do Piauí, através da Secretaria de Estado da Educação/SEED e a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Ilha Grande/PI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0053213/2015

OBJETO: O presente Acordo de Cooperação tem como objeto a liberação de 03 (três) servidores abaixo relacionados, visando estabelecer regime de cooperação técnico-pedagógica com a assistência educacional às pessoas com deficiência prestada pela CONVENENTE.

SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGA HORARIA
1. Claudiana Carvalho da Costa	304.288-0	13h
2. Marta Regina Inocêncio dos Santos	304.289-8	13h
3. Missilene Vieira Nery	302.452-x	26h

VIGÊNCIA: da assinatura até 31 de dezembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 01 de junho 2016.

SIGNATÁRIO: Rejane Ribeiro Sousa Dias - Secretária Estadual de Educação - Maria do Amparo da Silva Santos - Presidente da APAE DE Ilha Grande-PI.

ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DO ESTADO DO PIAUÍ - SEED

ESPÉCIE: Extrato do Termo de Cooperação nº 0024/2016, celebrado entre SEED/PI e APAE DE BERTOLÍNIA/PI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0007933/2016

OBJETO: O presente Acordo de Cooperação tem como objeto a liberação de 4 (quatro) servidores abaixo relacionados, visando estabelecer regime de cooperação técnico-pedagógica com a assistência educacional às pessoas com deficiência prestada pela CONVENENTE

SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGA HORARIA
1. JOSELIA FRANCISCA DE SOUSA	045600-4	40h
2. CICERA LOPES DA C. SILVA	077049-3	40h
3. EVANEIDE VIEIRA M. FEITOSA	088148-1	40h
4. IVANETE PEREIRA VELOSO	081.154-8	40h

VIGÊNCIA: Da data de assinatura a 31 de dezembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 01 de junho de 2016.

SIGNATÁRIO: Rejane Ribeiro Sousa Dias - Secretária Estadual de Educação - Josiran de Almeida Souza - Presidente da APAE de Bertolândia-PI.

Extrato do Contrato Nº 112/2016

ESPÉCIE: Contrato Nº 112/2016 celebrado entre a SEED/PI e a empresa Lojão dos Pneus LTDA-ME, CNPJ Nº 08.698.259/0001-60.

PROCESSO SEED/PI: 008693/2016.

OBJETO DO CONTRATO: O objeto do presente Termo é a contratação de empresa especializada no fornecimento de pneus, destinados aos veículos pertencentes à frota da Secretaria de Educação do Estado do Piauí, conforme especificações constantes no edital do Pregão Eletrônico 004/2014.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: O valor do presente Contrato é de **R\$ 127.352,36 (cento e vinte e sete mil e trezentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos)**

VIGÊNCIA: 12 (doze meses) a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 17 de junho de 2016.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 14102; Plano de Trabalho: 12368122130; Elemento de Despesa: 3.3.90.30 e Fonte de Recurso: 00

SIGNATÁRIOS: Rejane Ribeiro Sousa Dias - Secretária de Estado da Educação do Piauí; Raimundo Nonato Saraiva - Lojão dos Pneus LTDA-ME.

Of. 229

EXTRATO DO CONTRATO Nº 095/2016

ESPÉCIE: Contrato celebrado entre Estado do Piauí (SEED/PI) e a empresa Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A, CNPJ nº 08.602.745/0001-32.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em Seguros contra Acidentes Pessoais e Coletivos para 2.500,00 (dois mil e quinhentos) alunos de Educação Profissional.

Processo Administrativo Nº 0015283/2015.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2016.

VALOR GLOBAL: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 14102; Plano de Trabalho: 12363112234; Elemento de Despesa 3.3.90.39; Fonte de Recursos: TESOURO

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

Nº DE PARCELAS: ÚNICA

DATA DA ASSINATURA: 12 de julho de 2016

SIGNATÁRIOS: Rejane Ribeiro Sousa Dias - Secretária da Educação do Estado. Rafael Graça do Amaral e Laerte Tavares Lacerda - Responsáveis pela Empresa.

Of. 571



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA - SEADPREV

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2011

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS: Processos AA.002.1.008126/16-72, AA.002.1.003600/15-36, AA.002.1.006343/15-30 e AA.002.1.004150/16-96.
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA - SEADPREV.

CONTRATADA: CONSORCIO INFOVIA II

INTERVENIENTE: AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ

OBJETO: ACORDAM OS PRESENTES PACTUANTES PELO REAJUSTE NO VALOR ORIGINAL DO CONTRATO Nº 05/2011, COM BASE NO ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR - INPC, RESULTANDO NO VALOR DE R\$ 1.131.921,92 (UM MILHÃO E CENTO E TRINTA E UM MIL E NOVECENTOS E UM REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS) AO MÊS.

DATA DA ASSINATURA: 04/08/2016

ASSINATURAS: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA - SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, AVELINO MEDEIROS DA SILVA FILHO - AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PAULO ROBERTO DE SOUSA MARTINS VIEIRA - EXECUTIVO DE NEGÓCIOS DA CONTRATADA e MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO MONTEIRO - EXECUTIVA DE NEGÓCIOS DA CONTRATADA.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO: AA.002.1.010383/15-13

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA - SEADPREV.

CO - CONTRATANTE: GABINETE MILITAR DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - GAMIL

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HAAG S.A

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 31/2015, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO INCLUINDO ABASTECIMENTO E SERVIÇOS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO EM REDE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO CONTRATO E SEUS ANEXOS, ACORDAM OS PRESENTES PACTUANTES PELA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 31/2015, POR IGUAL PERÍODO, CONTADOS DA DATA DE 20/08/2016.

AÇÃO PROGRAMÁTICA: 2012

NATUREZA DA DESPESA: 339030

FONTE DO RECURSO: 00

DATA DA ASSINATURA: 17/08/2016

ASSINATURAS: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA (CONTRATANTE), CORONEL JOSÉ DENILSON DO RÊGO MARQUES (CO - CONTRATANTE) e MORGAN MELLO DOS SANTOS (CONTRATADA).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 42/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO: AA.002.1.010383/15-13

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA - SEADPREV.

CO - CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO PIAUÍ - FAPEPI

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HAAG S.A

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 42/2015, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO INCLUINDO ABASTECIMENTO E SERVIÇOS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO EM REDE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO CONTRATO E SEUS ANEXOS, ACORDAM OS PRESENTES PACTUANTES PELA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, POR IGUAL PERÍODO, CONTADOS DA DATA DE 21/08/2016.

AÇÃO PROGRAMÁTICA: 2297

NATUREZA DA DESPESA: 339030

FONTE DO RECURSO: 00

DATA DA ASSINATURA: 17/08/2016

ASSINATURAS: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA (CONTRATANTE), FRANCISCO GUEDES ALCOFORADO FILHO (CO - CONTRATANTE) e MORGAN MELLO DOS SANTOS (CONTRATADA).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 43/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO: AA.002.1.010383/15-13

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA - SEADPREV.

CO - CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE MINERAÇÃO, PETRÓLEO E ENERGIAS RENOVÁVEIS - SEMINPER.

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HAAG S.A

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 43/2015, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO INCLUINDO ABASTECIMENTO E SERVIÇOS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO EM REDE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO CONTRATO E SEUS ANEXOS, ACORDAM OS PRESENTES PACTUANTES PELA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 43/2015, POR IGUAL PERÍODO, CONTADOS DA DATA DE 21/08/2016.

AÇÃO PROGRAMÁTICA: 2048

NATUREZA DA DESPESA: 339030

FONTE DO RECURSO: 00

DATA DA ASSINATURA: 12/08/2016

ASSINATURAS: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA (CONTRATANTE), LUIS COELHO DA LUZ FILHO (CO - CONTRATANTE) e MORGAN MELLO DOS SANTOS (CONTRATADA).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 060/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO: AA.002.1.010383/15-13

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA - SEADPREV.

CO - CONTRATANTE: COORDENADORIA DE ENFRENTAMENTO A DROGAS - CEDROGAS

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HAAG S.A

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 060/2015, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO INCLUINDO ABASTECIMENTO E SERVIÇOS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO EM REDE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO CONTRATO E SEUS ANEXOS, ACORDAM OS PRESENTES PACTUANTES PELA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 060/2015, POR IGUAL PERÍODO, CONTADOS DA DATA DE 21/08/2016.

AÇÃO PROGRAMÁTICA: 2035

NATUREZA DA DESPESA: 339030

FONTE DO RECURSO: 00

DATA DA ASSINATURA: 12/08/2016

ASSINATURAS: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA (CONTRATANTE), SÂMIO FALCÃO MENDES (CO - CONTRATANTE) e MORGAN MELLO DOS SANTOS (CONTRATADA).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 67/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO: AA.002.1.010383/15-13

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA - SEADPREV.

CO - CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ - CEPRO

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HAAG S.A

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 67/2015, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO INCLUINDO ABASTECIMENTO E SERVIÇOS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO EM REDE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO CONTRATO E SEUS ANEXOS, ACORDAM OS PRESENTES PACTUANTES PELA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 67/2015, POR IGUAL PERÍODO, CONTADOS DA DATA DE 01/09/2016.

AÇÃO PROGRAMÁTICA: 2011

NATUREZA DA DESPESA: 339030

FONTE DO RECURSO: 00

DATA DA ASSINATURA: 19/08/2016

ASSINATURAS: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA (CONTRATANTE), ANTONIO JOSÉ CASTELO BRANCO MEDEIROS (CO - CONTRATANTE) e MORGAN MELLO DOS SANTOS (CONTRATADA).

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO: AA.002.1.010383/15-13
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA – SEADPREV.
CO – CONTRATANTE: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ - JUCEPI
CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HAAG S.A
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 71/2015, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO INCLUINDO ABASTECIMENTO E SERVIÇOS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO EM REDE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO CONTRATO E SEUS ANEXOS. ACORDAM OS PRESENTES PACTUANTES PELA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 71/2015, POR IGUAL PERÍODO, CONTADOS DA DATA DE 21/08/2016.
AÇÃO PROGRAMÁTICA: 2290
NATUREZA DA DESPESA: 339030
FONTE DO RECURSO: 00
DATA DA ASSINATURA: 18/08/2016
ASSINATURAS: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA (CONTRATANTE), MARIA ALZENIR PORTO DA COSTA (CO – CONTRATANTE) e MORGAN MELLO DOS SANTOS (CONTRATADA)

Of. 2972

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA - SEADPREV

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO: AA.002.1.010383/15-13
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA – SEADPREV.
CO – CONTRATANTE: DEFESA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HAAG S.A
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 32/2015, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO INCLUINDO ABASTECIMENTO E SERVIÇOS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO EM REDE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO CONTRATO E SEUS ANEXOS. ACORDAM OS PRESENTES PACTUANTES PELA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 32/2015, POR IGUAL PERÍODO, CONTADOS DA DATA DE 21/08/2016.
AÇÃO PROGRAMÁTICA: 2083
NATUREZA DA DESPESA: 339030
FONTE DO RECURSO: 00
DATA DA ASSINATURA: 08/08/2016
ASSINATURAS: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA (CONTRATANTE), HÉLIO ISAIAS DA SILVA MORGAN (CO – CONTRATANTE) e MORGAN MELLO DOS SANTOS (CONTRATADA).

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO: AA.002.1.010383/15-13
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA – SEADPREV.
CO – CONTRATANTE: CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO - CGE, GABINETE DA VICE GVERNADORIA - GABVICE E SECRETARIA ESTADUAL DE GOVERNO - SEGOV
CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HAAG S.A
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 35/2015, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO INCLUINDO ABASTECIMENTO E SERVIÇOS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO EM REDE DE SERVIÇOS

ESPECIALIZADA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO CONTRATO E SEUS ANEXOS. ACORDAM OS PRESENTES PACTUANTES PELA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, POR IGUAL PERÍODO, CONTADOS DA DATA DE 20/08/2016.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA – SEADPREV:
AÇÃO PROGRAMÁTICA: 2032
NATUREZA DA DESPESA: 339030
FONTE DO RECURSO: 00

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO - CGE:
AÇÃO PROGRAMÁTICA: 2044
NATUREZA DA DESPESA: 339030
FONTE DO RECURSO: 00

GABINETE DA VICE GVERNADORIA - GABVICE:
AÇÃO PROGRAMÁTICA: 2135
NATUREZA DA DESPESA: 339030
FONTE DO RECURSO: 00

SECRETARIA ESTADUAL DE GOVERNO - SEGOV:
AÇÃO PROGRAMÁTICA: 2183
NATUREZA DA DESPESA: 339030
FONTE DO RECURSO: 00

DATA DA ASSINATURA: 08/08/2016
ASSINATURAS: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA (CONTRATANTE), NUNO KAUÊ DOS SANTOS BERNARDES BEZERRA, MARGARETE DE CASTRO COELHO E MERLONG SOLANO NOGUEIRA (CO – CONTRATANTES) e MORGAN MELLO DOS SANTOS (CONTRATADA).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO: AA.002.1.010383/15-13
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA – SEADPREV.
CO – CONTRATANTE: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO - SEDET
CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HAAG S.A
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 36/2015, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO INCLUINDO ABASTECIMENTO E SERVIÇOS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO EM REDE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO CONTRATO E SEUS ANEXOS. ACORDAM OS PRESENTES PACTUANTES PELA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 36/2015, POR IGUAL PERÍODO, CONTADOS DA DATA DE 21/08/2016.
AÇÃO PROGRAMÁTICA: 2260
NATUREZA DA DESPESA: 339030
FONTE DO RECURSO: 00
DATA DA ASSINATURA: 08/08/2016
ASSINATURAS: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA (CONTRATANTE), JOSÉ ICMAR LAVÔR NÉRI (CO – CONTRATANTE) e MORGAN MELLO DOS SANTOS (CONTRATADA).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 41/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO: AA.002.1.010383/15-13
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA – SEADPREV.
CO – CONTRATANTE: SECRETARIA ESTADUAL DAS CIDADES – SECID
CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HAAG S.A
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 41/2015, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO INCLUINDO ABASTECIMENTO E SERVIÇOS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, COM A UTILIZAÇÃO



DE CARTÃO MAGNÉTICO EM REDE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO CONTRATO E SEUS ANEXOS. ACORDAM OS PRESENTES PACTUANTES PELA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 41/2015, POR IGUAL PERÍODO, CONTADOS DA DATA DE 21/08/2016.

AÇÃO PROGRAMÁTICA: 2141

NATUREZA DA DESPESA: 339030

FONTE DO RECURSO: 00

DATA DA ASSINATURA: 08/08/2016

ASSINATURAS: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA (CONTRATANTE), FABIO HENRIQUE MENDONÇA XAVIER DE OLIVEIRA (CO – CONTRATANTE) e MORGAN MELLO DOS SANTOS (CONTRATADA).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 44/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO: AA.002.1.010383/15-13

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA – SEADPREV.

CO – CONTRATANTE: AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PIAUÍ – ADAPI

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HAAG S.A

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 44/2015, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO INCLUINDO ABASTECIMENTO E SERVIÇOS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO EM REDE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO CONTRATO E SEUS ANEXOS. ACORDAM OS PRESENTES PACTUANTES PELA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 44/2015, POR IGUAL PERÍODO, CONTADOS DA DATA DE 21/08/2016.

AÇÃO PROGRAMÁTICA: 2225

NATUREZA DA DESPESA: 339030

FONTE DO RECURSO: 00

DATA DA ASSINATURA: 08/08/2016

ASSINATURAS: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA (CONTRATANTE), ANTONIEL DE SOUSA SILVA (CO – CONTRATANTE) e MORGAN MELLO DOS SANTOS (CONTRATADA).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 46/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO: AA.002.1.010383/15-13

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA – SEADPREV.

CO – CONTRATANTE: AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO PIAUÍ – ADH

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HAAG S.A

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 46/2015, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO INCLUINDO ABASTECIMENTO E SERVIÇOS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO EM REDE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO CONTRATO E SEUS ANEXOS. ACORDAM OS PRESENTES PACTUANTES PELA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 46/2015, POR IGUAL PERÍODO, CONTADOS DA DATA DE 20/08/2016.

AÇÃO PROGRAMÁTICA: 2033

NATUREZA DA DESPESA: 339030

FONTE DO RECURSO: 00

DATA DA ASSINATURA: 08/08/2016

ASSINATURAS: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA (CONTRATANTE), GILVANA NOBRE RODRIGUES GAYOSO FREITAS (CO – CONTRATANTE) e MORGAN MELLO DOS SANTOS (CONTRATADA).

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 48/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO: AA.002.1.010383/15-13

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA – SEADPREV.

CO – CONTRATANTE: SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HAAG S.A

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 48/2015, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO INCLUINDO ABASTECIMENTO E SERVIÇOS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO EM REDE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO CONTRATO E SEUS ANEXOS. ACORDAM OS PRESENTES PACTUANTES PELA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 48/2015, POR IGUAL PERÍODO, CONTADOS DA DATA DE 24/08/2016.

AÇÃO PROGRAMÁTICA: 2000

NATUREZA DA DESPESA: 339030

FONTE DO RECURSO: 00

DATA DA ASSINATURA: 08/08/2016

ASSINATURAS: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA (CONTRATANTE), ANTONIO RODRIGUES DE SOUSA NETO (CO – CONTRATANTE) e MORGAN MELLO DOS SANTOS (CONTRATADA).

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 55/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO: AA.002.1.010383/15-13

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA – SEADPREV.

CO – CONTRATANTE: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PIAUÍ – EMATER

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HAAG S.A

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 55/2015, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO INCLUINDO ABASTECIMENTO E SERVIÇOS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO EM REDE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO CONTRATO E SEUS ANEXOS. ACORDAM OS PRESENTES PACTUANTES PELA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 55/2015, POR IGUAL PERÍODO, CONTADOS DA DATA DE 20/08/2016.

AÇÃO PROGRAMÁTICA: 2203

NATUREZA DA DESPESA: 339030

FONTE DO RECURSO: 00

DATA DA ASSINATURA: 08/08/2016

ASSINATURAS: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA (CONTRATANTE), MARCOS VINICIUS DO AMARAL OLIVEIRA (CO – CONTRATANTE) e MORGAN MELLO DOS SANTOS (CONTRATADA).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 58/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO: AA.002.1.010383/15-13

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA – SEADPREV.

CO – CONTRATANTE: COORDENADORIA DA JUVENTUDE

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HAAG S.A

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 58/2015, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO INCLUINDO ABASTECIMENTO E SERVIÇOS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO EM REDE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO CONTRATO E SEUS ANEXOS. ACORDAM OS PRESENTES PACTUANTES PELA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, POR IGUAL PERÍODO, CONTADOS DA DATA DE 21/08/2016.

AÇÃO PROGRAMÁTICA: 2174

NATUREZA DA DESPESA: 339030

FONTE DO RECURSO: 00

DATA DA ASSINATURA: 08/08/2016

ASSINATURAS: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA (CONTRATANTE), DEOLINDO MOURA NETO (CO – CONTRATANTE) e MORGAN MELLO DOS SANTOS (CONTRATADA).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO: AA.002.1.010383/15-13

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA – SEADPREV.

CO – CONTRATANTE: INSTITUTO DE METROLOGIA DO PIAUÍ-IMEPI

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HAAG S.A

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 64/2015, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO INCLUINDO ABASTECIMENTO E SERVIÇOS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO EM REDE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO CONTRATO E SEUS ANEXOS. ACORDAM OS PRESENTES PACTUANTES PELA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, POR IGUAL PERÍODO, CONTADOS DA DATA DE 21/08/2016.

AÇÃO PROGRAMÁTICA: 2201

NATUREZA DA DESPESA: 339030

FONTE DO RECURSO: 00

DATA DA ASSINATURA: 08/08/2016

ASSINATURAS: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA (CONTRATANTE), MAYCON DANY LOARAUJO MONTEIRO (CO – CONTRATANTE) e MORGAN MELLO DOS SANTOS (CONTRATADA).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 66/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO: AA.002.1.010383/15-13

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA – SEADPREV.

CO – CONTRATANTE: COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ELAZER

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HAAG S.A

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 66/2015, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO INCLUINDO ABASTECIMENTO E SERVIÇOS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO EM REDE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO CONTRATO E SEUS ANEXOS. ACORDAM OS PRESENTES PACTUANTES PELA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, POR IGUAL PERÍODO, CONTADOS DA DATA DE 10/09/2016.

AÇÃO PROGRAMÁTICA: 2240

NATUREZA DA DESPESA: 339030

FONTE DO RECURSO: 00

DATA DA ASSINATURA: 08/08/2016

ASSINATURAS: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA (CONTRATANTE), SIMONE PEREIRA DE FARIAS ARAÚJO (CO – CONTRATANTE) e MORGAN MELLO DOS SANTOS (CONTRATADA).

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 70/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO: AA.002.1.010383/15-13

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA – SEADPREV.

CO – CONTRATANTE: SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO-SETRE

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HAAG S.A

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 70/2015, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DO

SERVIÇO DE GERENCIAMENTO INCLUINDO ABASTECIMENTO E SERVIÇOS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO EM REDE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO CONTRATO E SEUS ANEXOS. ACORDAM OS PRESENTES PACTUANTES PELA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, POR IGUAL PERÍODO, CONTADOS DA DATA DE 21/08/2016.

AÇÃO PROGRAMÁTICA: 2310

NATUREZA DA DESPESA: 339030

FONTE DO RECURSO: 00

DATA DA ASSINATURA: 08/08/2016

ASSINATURAS: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA (CONTRATANTE), GESSIVALDO ISAÍAS DE CARVALHO SILVA (CO – CONTRATANTE) e MORGAN MELLO DOS SANTOS (CONTRATADA).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 72/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO: AA.002.1.010383/15-13

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA – SEADPREV.

CO – CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES- SETRANS

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HAAG S.A

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 72/2015, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO INCLUINDO ABASTECIMENTO E SERVIÇOS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO EM REDE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO CONTRATO E SEUS ANEXOS. ACORDAM OS PRESENTES PACTUANTES PELA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, POR IGUAL PERÍODO, CONTADOS DA DATA DE 22/09/2016.

AÇÃO PROGRAMÁTICA: 2055

NATUREZA DA DESPESA: 339030

FONTE DO RECURSO: 00

DATA DA ASSINATURA: 08/08/2016

ASSINATURAS: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA (CONTRATANTE), GUILHERMANO PIRES FERREIRA CORREA (CO – CONTRATANTE) e MORGAN MELLO DOS SANTOS (CONTRATADA).

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 86/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO: AA.002.1.010383/15-13

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA – SEADPREV.

CO – CONTRATANTE: COORDENADORIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES-CEPM

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HAAG S.A

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 86/2015, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO INCLUINDO ABASTECIMENTO E SERVIÇOS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO EM REDE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO CONTRATO E SEUS ANEXOS. ACORDAM OS PRESENTES PACTUANTES PELA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, POR IGUAL PERÍODO, CONTADOS DA DATA DE 31/08/2016.

AÇÃO PROGRAMÁTICA: 2353

NATUREZA DA DESPESA: 339030

FONTE DO RECURSO: 00

DATA DA ASSINATURA: 08/08/2016

ASSINATURAS: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA (CONTRATANTE), HALDACI REGINA DA SILVA (CO – CONTRATANTE) e MORGAN MELLO DOS SANTOS (CONTRATADA)



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - SETRANS

EXTRATO DE ADITIVO

ATO: TERMO ADITIVO Nº 06 AO CONTRATO Nº 03/2014.

CONTRATANTE: Secretaria de Estado dos Transportes do Piauí – SETRANS/PI – CNPJ nº 08.809.355/0001-38.

CONTRATADA: Construtora Hidros Ltda – CNPJ nº 12.066.346/0001-71.

OBJETO CONTRATUAL: Implantação e pavimentação asfáltica em Tratamento Superficial Duplo com Banho Diluído na Rodovia PI-219, Trecho: Entr. BR-343 (Povoado Santa Fé / Canaveira, com 49,883 km de extensão, neste Estado.

OBJETO DO ADITAMENTO: Retificar a “CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA”, para incluir a Fonte de Recursos 17 (empréstimo junto ao Banco Mundial).

DATA DE ASSINATURA: 09.08.16.

ASSINAM: Guilherme Pires Ferreira Corrêa (pela Contratante) e Paulo Marcelino Macedo Tavares (pela Contratada).

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

ATO: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 12/2016

CONTRATANTE: Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes – SETRANS – CNPJ nº 08.809.355/0001-38.

CONTRATADA: Prefeitura Municipal de Campo Maior – PI – CNPJ nº 06.718.880/0001-83.

OBJETO: O estabelecimento de mútua cooperação entre os partícipes, com vistas à contratação de empresa especializada objetivando a execução dos serviços de pavimentação em paralelepípedo na zona urbana do Município de Campo Maior – PI.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 ano, contado da data da assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, na forma da lei.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Arts. 23, 30, V e 241 da CRFB; art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93; arts. 15, 22, V e 262 da Constituição Estadual; art. 3º, III e art. 41, da LC Estadual nº 28/2003; Decreto Estadual nº 12.440/2006; Decreto Estadual nº 16.013/2015; Decreto Estadual nº 13.860/2009 e Instrução Normativa SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 001/2009.

DATA DE ASSINATURA: 11.06.2016.

ASSINAM: Guilherme Pires Ferreira Corrêa, pela Secretaria de Estado dos Transportes do Piauí – SETRANS/PI e Paulo Cesar de Sousa Martins, pela Prefeitura Municipal de Campo Maior – PI.

Of. 619



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ UESPI
GABINETE DA REITORIA



RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO

Conforme publicação do Edital de Homologação, para Concurso Público de Professor Efetivo da Universidade Estadual do Piauí – UESPI – Editais de nºs I a VII/2011 de 19 de março de 2012, publicado no DOE nº 53, pag. 38, do dia 19 de março de 2012.

ONDE SE LÊ Área: Fisioterapia Pediátrica

Nº Inscrição	Nome Do a) Candidato(a)	CPF	Resultado	Classe - Nível
283	LUANA DE MOURA MONTEIRO	95603751304	Classificada	Assistente I

LEIA-SE: Área: Fisioterapia Pediátrica

Nº Inscrição	Nome Do a) Candidato(a)	CPF	Resultado	Classe - Nível
283	LUANA DE MOURA MONTEIRO	95603751304	Classificada	Auxiliar I

Of. 696

HOSPITAL INFANTIL
LUCÍDIO PORTELLA



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



2º CHAMADA AVISO DE LICITAÇÃO Carta Convite Nº 10/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE IMAGEM

Data de abertura: Dia 31/08/2016 às 08h30h.

Licitação Tipo: menor preço, e Adjudicação por LOTE

Valor previsto: R\$ 79.120,00.

EDITAL E INFORMAÇÕES

Hospital Infantil Lucídio Portella

Rua Gov. Rdo. Arthur de Vasconcelos, 220-Sala-CPL

De 07h às 13h – Tel: (86) 3222-1257

Teresina, 23 de Agosto de 2016.

Ângelo Borges Pessoa Rios
Presidente da CPL

2º CHAMADA AVISO DE LICITAÇÃO Carta Convite Nº 14/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES ANATOMOPATOLÓGICOS.

Data de abertura: Dia 31/08/2016 às 10:00h.

Licitação Tipo: menor preço, e Adjudicação por LOTE.

Valor previsto: R\$32.853,00.

EDITAL E INFORMAÇÕES

Hospital Infantil Lucídio Portella

Rua Gov. Rdo. Arthur de Vasconcelos, 220-Sala-CPL

De 07h às 13h – Tel: (86) 3222-1257

Teresina, 23 de Agosto de 2016.

Ângelo Borges Pessoa Rios
Presidente da CPL

Of. 014



ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
QUARTEL DO COMANDO GERAL



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº AA.028.1.007275/16 PMPI.

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2016 - CPL/PMPI.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA ADMISSÃO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE CABOS DA PMPI.

FUNDAMENTAÇÃO: CF/88, 37, XXI; ARTIGOS 24, XIII E 26, II, III DA LEI NACIONAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARECER Nº PGE/PLC 1272/2016

DESPACHO

Justifica a Comissão Permanente de Licitação da PMPI, reafirmando a possibilidade de contratação direta, por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93, da **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MANDACARU - FEMAN**, CNPJ Nº 24.117.329/0001-03, no valor de **R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**, referente à **REALIZAÇÃO DA 1ª FASE DE PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA O INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE CABOS/2016 DA PMPI**, pois o feito se encontra dentro do permissivo *legis*, bem assim encontram-se satisfeitas às imposições do artigo 26, parágrafo único.

Ao final, opinou, ainda, que os autos fossem devolvidos à Procuradoria Geral do Estado, a quem compete a análise prévia do procedimento, como assevera o Parágrafo único do art. 38, da Lei 8.666/93.

Diante do exposto e dada a urgência para a realização do processo seletivo, vistos que já existe um cronograma a ser cumprido, **RATIFICO**, em parte, a justificativa da Comissão de Licitação, determinando a contratação mediada da referida fundação.

Publique-se este despacho no diário Oficial do Estado, para que produza os efeitos necessários.

Teresina-PI, 23 de agosto de 2016.

CARLOS AUGUSTO GOMES DE SOUZA - CELPM.
Comandante Geral da PMPI

Of. 259



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E LAZER

AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº.01/2016

A Comissão Permanente de Licitação da Coordenadoria de Desenvolvimento Social e Lazer-CDSOL, designada pela Portaria nº. 001/2016, através de sua presidente, torna público para conhecimento dos interessados que, em sessão realizada em 10/08/2016, após análise da documentação de habilitação apresentada pelas licitantes participantes do certame, foi proferido o julgamento, cujo resultado é o que se segue, empresas habilitadas: CONSTRUTORA SANTA INÊS LTDA e CONSTRUSERVICE EMPREENDIMENTOS E CONST.LTDA, por atenderem no todo as exigências do Edital.Fica assegurado o prazo para cumprimento da Lei nº. 8.666/93. Informamos que a abertura dos envelopes contendo as propostas de valor será realizada no dia 24 de Agosto de 2016, às 9:00h na sede da CDSOL.

Teresina, 19 de Agosto de 2016
Caroline Lacerda Marques
Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº.04/2016

A Comissão Permanente de Licitação da Coordenadoria de Desenvolvimento Social e Lazer-CDSOL, designada pela Portaria nº. 001/2016, através de sua presidente, torna público para conhecimento dos interessados que, em sessão realizada em 08/08/2016, após análise da documentação de habilitação apresentada pela licitante participante do certame, foi proferido o julgamento, cujo resultado é o que se segue, empresa habilitada: HERTZ EMPREENDIMENTOS ELETRICOS LTDA, por atenderem no todo as exigências do Edital.Fica assegurado o prazo para cumprimento da Lei nº. 8.666/93. Informamos que a abertura dos envelopes contendo as propostas de valor será realizada no dia 24 de Agosto de 2016, às 9:00h na sede da CDSOL.

Teresina, 19 de Agosto de 2016
Caroline Lacerda Marques
Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº. 01/2016

OBJETO: Constitui objeto deste termo estabelecer a mutua cooperação entre os partícipes visando a recuperação de estrada vicinal que liga o Povoado Santa Rosa, no município de Porto Alegre do Piauí ao Município de Guadalupe-PI.
PARTICIPES:: Coordenadoria de Desenvolvimento Social e Lazer-CDSOLPI E O MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE DO PIAUÍ
VIGÊNCIA: O prazo de vigência será até o dia 15 de agosto de 2017.
DATA DE ASSINATURA: 15/08/2016
DOS RECURSOS FINANCEIROS: O presente acordo não envolve a transferência de recursos financeiros.
SIGNATÁRIOS: Simone Pereira de Farias Araújo –Coordenadora da Coordenadoria de Desenvolvimento e Lazer e Manoel Tunda da Silva- Prefeito Municipal.

Of. 176

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2016

Através do presente termo, fica adjudicado a empresa IR ENGENHARIA LTDA, com o valor cotado equivalente a um total de R\$ 281.541,91 (**Duzentos e oitenta e um mil, quinhentos e quarenta e um reais e noventa centavos**), o objeto constante de processo de licitação Tomada de Preços nº. 03/2016, consoante ata de abertura, habilitação e julgamento.

Teresina, 22 de Agosto de 2016.

SIMONE PEREIRA DE FARIAS ARAÚJO
Coordenadora Estadual de Desenvolvimento Social e Lazer

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2016

Tendo em vista decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através de Portaria nº. 001/2016, HOMOLOGO, nesta data, a referida decisão constante da ata anexa considerando vencedor da licitação, objeto do processo licitatório TOMADA DE PREÇOS nº. 02/2016, a licitante IR ENGENHARIA LTDA., com o valor cotado equivalente

a um total de R\$ R\$ 281.541,91 (**Duzentos e oitenta e um mil, quinhentos e quarenta e um reais e noventa centavos**).

Teresina, 22 de Agosto de 2016.

SIMONE PEREIRA DE FARIAS ARAÚJO
Coordenadora Estadual de Desenvolvimento Social e Lazer

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 03/2016

Através do presente termo, fica adjudicado a empresa CONSTRUTORA VR2 LTDA, com o valor cotado equivalente a um total de R\$ **490.471,69 (Quatrocentos e noventa mil, quatrocentos e setenta e um mil reais e sessenta e nove centavos)**, o objeto constante de processo de licitação Tomada de Preços nº. 03/2016, consoante ata de abertura, habilitação e julgamento.

Teresina, 22 de Agosto de 2016.

SIMONE PEREIRA DE FARIAS ARAÚJO
Coordenadora Estadual de Desenvolvimento Social e Lazer

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 03/2016

Tendo em vista decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através de Portaria nº. 001/2016, HOMOLOGO, nesta data, a referida decisão constante da ata anexa considerando vencedor da licitação, objeto do processo licitatório TOMADA DE PREÇOS nº. 03/2016, a licitante CONSTRUTORA VR2 LTDA, com o valor cotado equivalente a um total de R\$ **490.471,69 (Quatrocentos e noventa mil, quatrocentos e setenta e um mil reais e sessenta e nove centavos)**

Teresina, 22 de Agosto de 2016.

SIMONE PEREIRA DE FARIAS ARAÚJO
Coordenadora Estadual de Desenvolvimento Social e Lazer

Of. 171



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DO ESTADO DO PIAUÍ



EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 016/2016.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Olho D'água do Piauí.
CONTRATADA: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí/ ATI.

OBJETO: Prestação pela contratada à contratante de serviços de registro, publicação, suporte e manutenção de domínio para o endereço do site olhodaguadopiaui.pi.gov.br.

VALOR: O valor de R\$ 30,00 (trinta) reais, em parcela única, pelo registro do domínio, e R\$ 99,99 (noventa e nove reais e noventa e nove centavos) mensais pelo suporte e manutenção do domínio.

FONTE DE RECURSOS: Exercício: 2016; Ente: Prefeitura Municipal de Olho D'Água do Piauí; Unidade Gestora: 0201-Secretaria de Administração; Natureza da Despesa: 339039.15 – manutenção dos serviços de administração geral.

DATA DA ASSINATURA: 03.08.2016.

PRAZO DE VIGÊNCIA: até 31 (trinta e um) de dezembro de 2016, contados da data de sua assinatura.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 030/2016.

CONTRATANTE: Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A.
CONTRATADA: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí/ ATI.

OBJETO: Permissão de acesso pela contratada a contratante ao sistema SISCOSSIGNET, para implantação de códigos consignados na folha de pagamento dos servidores públicos do Estado do Piauí.

VALOR: R\$ 2,23 (dois reais e vinte e três centavos), por linha impressa no contracheque de cada servidor, conforme tabela da Instrução Normativa 010/2015.

DATA DA ASSINATURA: 10.08.2016.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano, contados da data de sua assinatura.

Of. 765



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO DE SEGURANÇA

EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO N.º 009/SSP-PI/2016

PROCESSO N.º AA.027.1.000504/16-60
CONTRATANTE: ESTADO DO PIAUÍ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.
CONTRATADA(S): R. F. C. CARVALHO - ME (CNPJ/MF sob n.º 13.912.374/0001-25).
OBJETO: serviços de locação de veículos automotores para atividades diárias da contratante (09 veículos tipo Pick Up, diesel).
FUNDAMENTO PARA CONTRATAÇÃO: Liberação n.º 0071/2016 – DL/SEADPREV/PI (Processo n.º AA.027.1.001399/16), referente ao Pregão Presencial n.º 001/2015 PM/PI – Ata de Registro de Preços Setorial n.º 002/2015 PM/PI.
VALOR: R\$ 41.184,00 (quarenta e um mil, cento e oitenta e quatro reais) por mês.
FUNTE DE RECURSO: 00.
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39. CLASSIFICAÇÃO PROGRAMÁTICA: 12.101.06.122.90.2.269.
VIGÊNCIA: até 31.12.2016.
DATA DA ASSINATURA: 06/04/2016.

Fabio Abreu Costa
Secretario de Segurança do Piauí

Of. 057

EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO N.º 008/SSP-PI/2016

PROCESSO: AA.027.1.000504/16-60
CONTRATANTE: ESTADO DO PIAUÍ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PIAUÍ.
CONTRATADA(S): R. F. C. CARVALHO – ME (CNPJ/MF sob n.º 13.912.374/0001-25).
OBJETO: serviços de locação de veículos automotores para emprego em atividades diversas da SSP-PI (24 veículos tipo popular).
FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO: Liberação n.º 0071/2016 – DL/SEADPREV/PI (Processo n.º AA.027.1.001399/16), referente ao Pregão Presencial n.º 001/2015 PM/PI - Ata de Registro de Preços Setorial n.º 002/2015 PM/PI.
VALOR: R\$ 52.128,00 (cinquenta e dois mil e cento e vinte e oito reais) por mês.
FUNTE DE RECURSO: 00.
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39. CLASSIFICAÇÃO PROGRAMÁTICA: 12.101.06.122.90.2.269.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 31.12.2016
DATA DA ASSINATURA: 06/04/2016.

Fabio Abreu Costa
Secretario de Segurança do Piauí

Of. 056



AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DO SRP N.º 16/16 - CPL

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DESTINADO AO GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO FEITO PELA AGESPISA, COM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES, JUNTAMENTE COM EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS DO SISTEMA E MANUTENÇÃO, de acordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo VI) do Edital. Acha-se aberto na AGESPISA – Águas e Esgotos do Piauí S/A, no setor de Licitações, sito à Avenida Marechal Castelo Branco, n.º 101-N - Cabral, 5º andar, Bloco “C”, o Edital do SRP N.º 16/2016 - CPL, com abertura dos envelopes, no dia 05 de setembro de 2016, às 09:00 horas, no endereço acima. O Edital em seu inteiro teor será entregue aos interessados diariamente, de segunda à sexta-feira, das 7:30 às 13:30 horas. O valor do Edital é de **R\$ 30,00 (trinta reais)**, para cobrir despesas com reprografia. Maiores informações pelo telefone (86) 3198-0170..

Teresina, 23 de agosto de 2016

ANALÚCIA DOS SANTOS DOURADO
Pregoeira

RAIMUNDO NONATO FARIAS TRIGO
Diretor Presidente

Of. 861



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo N.º 0066.000.01162/2016-5.
Ratificação /Inexigibilidade N.º 06/2016.
Contratado: INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS – IBET, CNPJ N.º 63.104.475/0001-48.
Valor total estimado: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
Objeto: Inscrição de 20 (vinte) servidores no Curso de Extensão em ICMS: Teoria e Prática.
Fundamentação Legal: Art. 25, II c/c Art. 13, VI da Lei n.º 8.666/93.
Fonte de Recurso: BID.

Teresina, 22 de agosto de 2016.

Publique-se.

Rafael Tajra Fonteles
Secretário da Fazenda

Of. 381

AVISO DE FINALIZAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 14/2016 – SEFAZ/PI

A Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público o Resultado Final do Pregão Eletrônico n.º 14.2016, cujo objeto é a aquisição de cones de sinalização de tráfego para os Postos Fiscais da SEFAZ/PI, que teve como vencedor do lote 1 o fornecedor **AUTOLUK COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E PEÇAS LTDA EPP**, CNPJ n.º 20.063.556/0001-34, no valor total de **R\$ 9.399,85** (nove mil, trezentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos).

Teresina (PI), 23 de agosto de 2016.

Lya Karoline Feitosa Gonçalves
Pregoeira CPL/SEFAZ

Visto:

Rafael Tajra Fonteles
Secretário da Fazenda

Of. 382



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º 256/16

PROCESSO: AA.900.1.018632/16-11. **ESPÉCIE:** Primeiro Termo Aditivo ao Contrato N.º 272/2015 celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e a Empresa CONSTRUTORA BRASILEIRA LTDA., CNPJ N.º 07.413.690/0001-50. **OBJETO:** O presente instrumento tem a finalidade de introduzir alterações no Contrato N.º 50/2015, cujo objeto é a EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DA CASA DA GESTANTE, BEBÊ E PUÉRPERA DO HOSPITAL REGIONAL TIBÉRIO NUNES, NO MUNICÍPIO DE FLORIANO-PI. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 150 (cento e cinquenta) dias, vigorando até 29.01.2017.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão Orçamentário: 17; Unidade Orçamentária: 139; Função: 10; Sub função: 302; Programa: 0003; Ação (Proj/ Ativ/Op.Especial.): 2248; Natureza da Despesa: 449051; Sub elemento: 14; Fonte de Recurso: 113. **DATA DA ASSINATURA:** 22.08.2016. **SIGNATÁRIOS:** FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA - Secretário de Estado da Saúde do Piauí; IRANTE VITALINO DE OLIVEIRA – Pela contratada.

Of. 2247



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA JUSTIÇA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 060/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº AA.095.1.002680/15-11.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto limpeza de fossas séptica e de caixa d'água.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 001/2015-EMATER/PI, Liberação nº 0344/2016-DL/SEADPREV/PI.

CONTRATANTE: Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Piauí.

CONTRATADA: CYNTHIA CAVALCANTE DE SOUSA-ME.

CNPJ DA CONTRATADA Nº 20.336.008/0001-30.

VALOR: R\$ 38.050,00 (trinta e oito mil e cinquenta reais).

FONTE DE RECURSO: 00.

NATUREZA DE DESPESA: 339039.

VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação.

DATA DA ASSINATURA: 09/08/2016.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 061/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº AA.095.1.002680/15-11.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto limpeza de caixa d'água.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 001/2015-EMATER/PI, Liberação nº 0344/2016-DL/SEADPREV/PI.

CONTRATANTE: Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Piauí.

CONTRATADA: MANUTENSERV OBRAS E CONTROLE DE PRAGAS LTDA.

CNPJ DA CONTRATADA Nº 12.669.336/0001-20.

VALOR: R\$ 23.750,00 (vinte e três mil setecentos e cinquenta reais).

FONTE DE RECURSO: 00.

NATUREZA DE DESPESA: 339039.

VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação.

DATA DA ASSINATURA: 08/08/2016.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 062/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº AA.095.1.002680/15-11.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto limpeza de fossa séptica.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 001/2015-EMATER/PI, Liberação nº 0344/2016-DL/SEADPREV/PI.

CONTRATANTE: Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Piauí.

CONTRATADA: SANESER SANEAMENTO E SERVIÇOS LTDA-ME.

CNPJ DA CONTRATADA Nº 01.602.049/0001-87.

VALOR: R\$ 106.080,00 (cento e seis mil e oitenta reais).

FONTE DE RECURSO: 00.

NATUREZA DE DESPESA: 339039.

VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação.

DATA DA ASSINATURA: 02/08/2016.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 063/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº AA.095.1.002680/15-11.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto limpeza de fossa séptica e caixa d'água.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 001/2015-EMATER/PI, Liberação nº 0344/2016-DL/SEADPREV/PI.

CONTRATANTE: Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Piauí.

CONTRATADA: CONTROLE SAÚDE AMBIENTAL LTDA.

CNPJ DA CONTRATADA Nº 02.454.614/0001-79.

VALOR: R\$ 70.240,00 (setenta mil duzentos e quarenta reais).

FONTE DE RECURSO: 00.

NATUREZA DE DESPESA: 339039.

VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação.

DATA DA ASSINATURA: 12/08/2016.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 064/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº AA.095.1.002680/15-11.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto limpeza de fossa séptica.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 001/2015-EMATER/PI, Liberação nº 0344/2016-DL/SEADPREV/PI.

CONTRATANTE: Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Piauí.

CONTRATADA: LETICIA DE SOUSA PIRES SERVIÇOS-ME.

CNPJ DA CONTRATADA Nº 21.464.754/0001-72.

VALOR: R\$ 39.690,00 (trinta e nove mil seiscentos e noventa reais).

FONTE DE RECURSO: 00.

NATUREZA DE DESPESA: 339039.

VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação.

DATA DA ASSINATURA: 17/08/2016.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 065/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº AA.095.1.002680/15-11.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto limpeza de caixa d'água.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 001/2015-EMATER/PI, Liberação nº 0344/2016-DL/SEADPREV/PI.

CONTRATANTE: Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Piauí.

CONTRATADA: CARLOS ALBERTO DA SILVA SERVIÇOS-ME.

CNPJ DA CONTRATADA Nº 05.104.194/0001-99.

VALOR: R\$ 72.750,00 (setenta e dois mil setecentos e cinquenta reais).

FONTE DE RECURSO: 00.

NATUREZA DE DESPESA: 339039.

VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação.

DATA DA ASSINATURA: 11/08/2016.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 066/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº AA.095.1.002680/15-11.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto limpeza de caixa d'água.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 001/2015-EMATER/PI, Liberação nº 0344/2016-DL/SEADPREV/PI.

CONTRATANTE: Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Piauí.

CONTRATADA: THAIS MARIA CAVALCANTE-ME.

CNPJ DA CONTRATADA Nº 02.203.652/0001-59.

VALOR: R\$ 61.500,00 (sessenta e um mil e quinhentos reais).

FONTE DE RECURSO: 00.

NATUREZA DE DESPESA: 339039.

VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação.

DATA DA ASSINATURA: 05/08/2016.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 068/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº AA.095.1.002680/15-11.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto limpeza de fossa séptica e caixa d'água.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 001/2015-EMATER/PI, Liberação nº 0344/2016-DL/SEADPREV/PI.

CONTRATANTE: Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Piauí.

CONTRATADA: I.S. FURTADO & CIA LTDA.

CNPJ DA CONTRATADA Nº 21.203.836/0001-63.

VALOR: R\$ 32.750,00 (trinta e dois mil setecentos e cinquenta reais).

FONTE DE RECURSO: 00.

NATUREZA DE DESPESA: 339039.

VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação.

DATA DA ASSINATURA: 12/08/2016.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 073/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº AA.095.1.002680/15-11.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto limpeza de fossa séptica e caixa d'água.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 001/2015-EMATER/PI, Liberação nº 0344/2016-DL/SEADPREV/PI.

CONTRATANTE: Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Piauí.

CONTRATADA: D&J SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA-ME.

CNPJ DA CONTRATADA Nº 14.654.783/0001-31.

VALOR: R\$ 66.870,00 (sessenta e seis mil oitocentos e setenta reais).

FONTE DE RECURSO: 00.

NATUREZA DE DESPESA: 339039.

VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação.

DATA DA ASSINATURA: 19/08/2016.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO ESTADO DO PIAUÍ-IASPI

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO

PROCESSO: AA.040.1.005883/16-91
CONTRATO: 9912356590/2014
CONTRATANTE: Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado do Piauí - IASPI
CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.
OBJETO: Prorrogação do Contrato.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 01.08.2016
REPRESENTANTES: Pelo IASPI - Daniele Amorim Aita, pela EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. - José Cristino de Sousa e Ana Célia da Silva.

Of. 350



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR

EXTRATO DO CONTRATO 35/2015

CONTRATO: Nº 35/2015
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO PIAUÍ
CONTRATADA: VTJ CONSTRUTORA LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA 2ª ETAPA DA URBANIZAÇÃO DA ORLA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRO GONÇALVES-PI (ZONA URBANA)
VALOR: R\$ 284.363,41 (Duzentos e oitenta e quatro mil, trezentos e sessenta e três reais e quarenta e um centavos)
PRAZO DE EXECUÇÃO: 120 (cento e vinte) dias contados a partir da data de recebimento pela CONTRATADA, da Ordem de Serviços, emitida pela SETUR.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 225 (duzentos e vinte e cinco) dias da data da sua assinatura.
ASSINATURAS: Flávio Rodrigues Nogueira Júnior, pela SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO PIAUÍ – SETUR e Vicente de Paulo da Costa Tourinho, pela empresa VTJ CONSTRUTORA LTDA.

Roselyne Barros Morais da Silva
Diretora de Projetos Especiais

Of. 115

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO Nº 002/2016/SETUR.

PROCESSO Nº: AA.153.1.000803/16-85
CONCEDENTE: Secretaria de Turismo do Piauí CNPJ 08.783.132/0001-49,
CONVENIENTE: Associação Agropecuária de Pequenos Prod. de Baraúna CNPJ 35.127.224/0001-43
OBJETO: Festa do Vaqueiro de Pio IX, PI.
VALOR: R\$20.000,00 (Vinte Mil Reais)
DADOS ORÇAMENTÁRIOS:
PROGRAMA: 2369516
PROJETO/ATIVIDADE: 1.127
NATUREZA DE DESPESA: 3350.41
FONTE: 00
DATA DE ASSINATURA: 23/08/2016
VIGÊNCIA: 120 Dias
SIGNATÁRIOS Flávio Rodrigues Nogueira Júnior – Concedente: Miguel Josias de Sousa - Conveniente

Of. 626



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2016

Retificação do Aviso de Licitação na Modalidade Tomada de Preços Nº 009/2016
Extrato publicação no Diário Oficial do Estado do Piauí do dia 19 de agosto de 2016.

Onde se lê: “abertura às 10:00 hs do dia 02 de agosto de 2016”.

Leia-se: “abertura às 10:00 hs do dia 12 de agosto de 2016”

FRANCISCO DAS CHAGAS LIMMA
Secretário do Desenvolvimento Rural

Of. 1093



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
QUARTEL DO COMANDO GERAL



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ
LIBERAÇÃO Nº 0249/2016/DL/SEADPREV/PI
CONTRATO Nº 011/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.
EMPRESA CONTRATADA: R. B. PORTELAR. E CIA LTDA.
VALOR DO CONTRATO: Valor Total: R\$ 175.227,30 (Cento e setenta e cinco mil, duzentos e vinte e sete reais e trinta centavos).
FONTE DE RECURSOS: 0100001001 (Governo do Estado).
SIGNATÁRIOS: Cel. QOBM/Comb. Carlos Frederico Macêdo Mendes e Sr. Alex Oliveira Gonçalves.
DATA DA ASSINATURA: 05 de julho de 2016.
FUNDAMENTAÇÃO: Lei 8666/93 e Pregão eletrônico nº 001/2014/DLCA/SEADPREV/PI.
Maiores Informações: Comissão Permanente de Licitação do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí – End: Av. Miguel Rosa nº 3515, Piçarra Teresina - PI, Tel: (86) 3216-1264, e-mail: cbm@cbm.pi.gov.br

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2016/CPL/CBMEPI
CONTRATO Nº 012/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FARDAMENTO (Uniforme de instrução e Serviços 4º A e 5º A).
EMPRESA CONTRATADA: GAMA COMÉRCIO SERVIÇOS EQUIPAMENTOS E INFORMÁTICA LTDA.
VALOR DO CONTRATO: Valor Total: R\$ 515.400,00 (Quinhentos e quinze mil e quatrocentos reais).
FONTE DE RECURSOS: 0100001001 (Governo do Estado) e 0110002000 (convênio).
SIGNATÁRIOS: Cel. QOBM/Comb. Carlos Frederico Macêdo Mendes e Sra. Hércia Mendes Teixeira.
DATA DA ASSINATURA: 29 de julho de 2016.
FUNDAMENTAÇÃO: Lei 8666/93 e Pregão eletrônico nº 001/2016/CPL/CBMEPI.
Maiores Informações: Comissão Permanente de Licitação do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí – End: Av. Miguel Rosa nº 3515, Piçarra Teresina - PI, Tel: (86) 3216-1264, e-mail: cbm@cbm.pi.gov.br

Of. 029

OUTROS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – NEAD



CONVOCAÇÃO Nº 002/2016
REFERENTE AO EDITAL NEAD/UESPI/UAB Nº 003/2016

A Universidade Estadual do Piauí – UESPI, por intermédio da Coordenação de Projetos e Documentação do Núcleo de Educação a Distância – NEAD da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado para **Tutor de Apoio Presencial**, Edital NEAD/UESPI/UAB Nº 003/2016 para a função acima citada, resolve CONVOCAR a candidata aprovada, abaixo relacionada, no referido Processo Seletivo para comparecer, no período de 24 de agosto a 01 de setembro de 2016, das 08h às 13h, no Núcleo de Educação a Distância – NEAD (Rua João Cabral, nº 2231, bairro Pirajá, Teresina-PI) ou no Polo de Piri-piri (Avenida Marechal Castelo Branco, nº 180 – bairro Petecas, Piri-piri-PI), munido de cópias e originais dos seguintes documentos: RG, CPF, Diploma de graduação, Diploma da última titulação, Comprovante de Endereço (que contenha bairro e CEP), Estado civil (caso seja casado(a), o nome do cônjuge), Extrato bancário do Banco do Brasil, Número de dois telefones, Endereço de e-mail, Comprovante de experiência: 1) 1 ano no ensino básico ou superior; e/ou 2) Formação de nível superior e vínculo a programa de pós-graduação; e/ou 3) Formação de nível superior e Formação pós-graduada.

CURSO: LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA
FUNÇÃO: TUTOR DE APOIO PRESENCIAL

POLO: PIRIPIRI	
ORDEM	CANDIDATO
01	PAULO TIAGO FONTENELE CARDOSO

Atenciosamente,

Carlos Daniel Carvalho de Freitas
COORDENAÇÃO DE PROJETOS E DOCUMENTAÇÕES – COPDOC

CONVOCAÇÃO Nº 004/2016
REFERENTE AO EDITAL NEAD/UESPI/UAB Nº 002/2016

A Universidade Estadual do Piauí – UESPI, por intermédio da Coordenação de Projetos e Documentação do Núcleo de Educação a Distância – NEAD da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado para **Professor Formador**, Edital NEAD/UESPI/UAB Nº 002/2016 para a função acima citada, resolve CONVOCAR as candidatas aprovadas, abaixo relacionadas, no referido Processo Seletivo para comparecer, no período de 24 de agosto a 01 de setembro de 2016, das 08h às 13h, no Núcleo de Educação a Distância – NEAD (Rua João Cabral, nº 2231, bairro Pirajá, Teresina-PI), munido de cópias e originais dos seguintes documentos: RG, CPF, Diploma de graduação, Diploma da última titulação, Comprovante de Endereço (que contenha bairro e CEP), Estado civil (caso seja casado(a), o nome do cônjuge), Extrato bancário do Banco do Brasil, Número de dois telefones, Endereço de e-mail, Comprovante de experiência: 1) 1 ano no ensino superior; e/ou mestrado e/ou vínculo com programa de mestrado ou doutorado = bolsa de R\$ 1.100,00 ou 2) a partir de 3 anos no ensino superior = bolsa de R\$ 1.300,00.

CURSO: LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

FUNÇÃO: PROFESSOR FORMADOR -DISCIPLINA: DIDÁTICA

ORDEM	CANDIDATO
02	ANA MARIA GOMES DE SOUSA MARTINS

FUNÇÃO: PROFESSOR FORMADOR -DISCIPLINA: PRÁTICA PEDAGÓGICA IV

ORDEM	CANDIDATO
02	IRLEN JOYCE MOREIRA DE MATOS

Atenciosamente,

Carlos Daniel Carvalho de Freitas
COORDENAÇÃO DE PROJETOS E DOCUMENTAÇÕES – COPDOC

Of. 044



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA - SUPREC

COMUNICADO SEFAZ/SUPREC Nº 002/2016

Comunica aos contribuintes do ICMS inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado do Piauí – CAGEP sobre a **MVA (margem de valor agregado) aplicável aos produtos sujeitos a substituição tributária de que trata o ANEXO V-A**, do Decreto nº 13.500, de 23 de dezembro de 2.008.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí informa aos contribuintes do ICMS inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado do Piauí – CAGEP que a **margem de valor agregado (MVA)** para efeito de substituição tributária dos produtos de que trata o **ANEXO V-A**, do Decreto nº 13.500, de 23 de dezembro de 2.008, conforme disposto no inciso III, do art. 2º do Decreto nº 16.543, de 26 de abril de 2.016 (DOE nº 79, de 28 de abril de 2016), **são as mesmas estabelecidas no ANEXO V** do referido Regulamento do ICMS (Decreto nº 13.500) e explicitado na respectiva coluna destacada ao Anexo Único a este comunicado.

Fica desconsiderado o **COMUNICADO SEFAZ/**

SUPREC Nº 001/2016, de 12 de maio de 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA – SEFAZ/SUPREC, em Teresina (PI), 11 de agosto de 2016.

ANTÔNIO LUIZ SOARES SANTOS
Superintendente da Receita



COMUNICADO SEFAZ/SUPREC Nº 002/2016

ANEXO ÚNICO "ANEXO V-A (Art. 1.140 do RICMS)

1.0 - LÂMPADAS:

ITEM	CEST	NCM/HM	DESCRIÇÃO	% lucro bruto cfe. Anexo V (RICMS).
I	09.005.00	8543.70.99	Lâmpadas de LED (Diodos Emissores de Luz)	50% (Item 56.6)

2.0 - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONGÊNERES

ITEM	CEST	NCM/HM	DESCRIÇÃO	% lucro bruto cfe. Anexo V (RICMS).
I	10.030.00	6907 6908	Ladrilhos e placas de cerâmica, exclusivamente para pavimentação ou revestimento	50% (Item 54.1)
II	10.036.00	7007.19.00	Vidros temperados	28% (Item 59)
III	10.037.00	7007.29.00	Vidros laminados	28% (Item 59)
IV	10.038.00	7008	Vidros isolantes de paredes múltiplas	28% (Item 59)

3.0 - MATERIAIS ELÉTRICOS

ITEM	CEST	NCM/HM	DESCRIÇÃO	% lucro bruto cfe. Anexo V (RICMS).
I	12.006.00	7413.00.00	Cabos, tranças e semelhantes, de cobre, não isolados para usos elétricos, exceto os de uso automotivo	50% (Item 56.6)
II	12.007.00	8544 7605 7614	Fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros condutores, isolados ou não, para usos elétricos (incluídos os de cobre ou alumínio, envernizados ou oxidados anodicamente), mesmo com peças de conexão, inclusive fios e cabos elétricos, para tensão não superior a 1000V, para uso na construção; fios e cabos telefônicos e para transmissão de dados; cabos de fibras ópticas, constituídos de fibras embainhadas individualmente, mesmo com condutores elétricos ou munidos de peças de conexão; cordas, cabos, tranças e semelhantes, de alumínio, não isolados para uso elétricos; exceto os de uso automotivo	50% (Item 56.6)

4.0 - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS:

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO	% lucro bruto cfe. Anexo V (RICMS).
I	17.012.00	0402.1 0402.2 0402.9	Leite em pó, blocos ou grânulos, exceto creme de leite	15% op. internas 30% op. interestaduais (Item 9.10)
II	17.014.00	1901.10.10	Leite modificado para alimentação de crianças	15% op. internas 30% op. interestaduais (Item 9.10)

III	17.016.00	0401.10.10 0401.20.10	Leite "longa vida" (UHT - "Ultra High Temperature"), em recipiente de conteúdo inferior ou igual a 2 litros	15% op. internas 30% op. interestaduais (Item 9.10)
IV	17.016.01	0401.10.10 0401.20.10	Leite "longa vida" (UHT - "Ultra High Temperature"), em recipiente de conteúdo superior a 2 litros e inferior ou igual a 5 litros	15% op. internas 30% op. interestaduais (Item 9.10)
V	17.017.00	0401.40.10 0401.50.10	Leite em recipiente de conteúdo inferior ou igual a 1 litro	15% op. internas 30% op. interestaduais (Item 9.10)
VI	17.017.01	0401.40.10 0401.50.10	Leite em recipiente de conteúdo superior a 1 litro e inferior ou igual a 5 litros	15% op. internas 30% op. interestaduais (Item 9.10)
VII	17.018.00	0401.40.10 0401.50.10	Leite do tipo pasteurizado em recipiente de conteúdo inferior ou igual a 1 litro	15% op. internas 30% op. interestaduais (Item 9.10)
VIII	17.018.01	0401.40.10 0401.50.10	Leite do tipo pasteurizado em recipiente de conteúdo superior a 1 litro e inferior ou igual a 5 litros	15% op. internas 30% op. interestaduais (Item 9.10)
IX	17.019.00	0401.40.2 0402.21.30 0402.29.30 0402.9	Creme de leite, em recipiente de conteúdo inferior ou igual a 1 kg	30% op. internas 40% op. interestaduais (Item 9.21)
X	17.019.01	0401.40.2 0402.21.30 0402.29.30 0402.9	Creme de leite, em recipiente de conteúdo superior a 1 kg	30% op. internas 40% op. interestaduais (Item 9.21)
XI	17.019.012	0401.10 0401.20 0401.50 0402.10 0402.29.20	Outros cremes de leite, em recipiente de conteúdo inferior ou igual a 1kg	30% op. internas 40% op. interestaduais (Item 9.21)
XII	17.020.00	0402-9	Leite condensado, em recipiente de conteúdo inferior ou igual a 1 kg	30% op. internas 40% op. interestaduais (Item 9.21)
XIII	17.020.01	0402-9	Leite condensado, em recipiente de conteúdo superior a 1 kg	30% op. internas 40% op. interestaduais (Item 9.21)
XIV	17.065.00	1507.90.11	Óleo de soja refinado, em recipientes com capacidade inferior ou igual a 5 litros, exceto as embalagens individuais de conteúdo inferior ou igual a 15 mililitros	15% (Item 9.7)
XV	17.066.00	1508	Óleo de amendoim refinado, em recipientes com capacidade inferior ou igual a 5 litros, exceto as embalagens individuais de conteúdo inferior ou igual a 15 mililitros	15% (Item 9.7)

XVI	17.068.00	1510.00.00	Outros óleos e respectivas frações, obtidos exclusivamente a partir de azeitonas, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados, e misturas desses óleos ou frações com óleos ou frações da posição 15.09, em recipientes com capacidade inferior ou igual a 5 litros, exceto as embalagens individuais de conteúdo inferior ou igual a 15 mililitros	30% (Item 10)
XVII	17.069.00	1512.19.11 1512.29.10	Óleo de girassol ou de algodão refinado, em recipientes com capacidade inferior ou igual a 5 litros, exceto as embalagens individuais de conteúdo inferior ou igual a 15 mililitros	15% (Item 9.7)
XVIII	17.070.00	1514.1	Óleo de canola, em recipientes com capacidade inferior ou igual a 5 litros, exceto as embalagens individuais de conteúdo inferior ou igual a 15 mililitros	15% (Item 9.7)
XIX	17.071.00	1515.19.00	Óleo de linhaça refinado, em recipientes com capacidade inferior ou igual a 5 litros, exceto as embalagens individuais de conteúdo inferior ou igual a 15 mililitros	15% (Item 9.7)
XX	17.072.00	1515.29.10	Óleo de milho refinado, em recipientes com capacidade inferior ou igual a 5 litros, exceto as embalagens individuais de conteúdo inferior ou igual a 15 mililitros	15% (Item 9.7)
XXI	17.073.00	1512.29.90	Outros óleos refinados, em recipientes com capacidade inferior ou igual a 5 litros, exceto as embalagens individuais de conteúdo inferior ou igual a 15 mililitros	15% (Item 9.7)
XXII	17.074.00	1517.90.10	Misturas de óleos refinados, para consumo humano, em recipientes com capacidade inferior ou igual a 5 litros, exceto as embalagens individuais de conteúdo inferior ou igual a 15 mililitros	15% (Item 9.7)
XXIII	17.075.00	1511 1513 1514 1515 1516 1518	Outros óleos vegetais comestíveis não especificados anteriormente	15% (Item 9.7)

XIV	17.083.00	0206 0210.20.00 0210.99.00 1502	Carne de gado bovino, ovino e bufalino e demais produtos comestíveis resultantes da matança desse gado frescos, refrigerados ou congelados	15% (Item 12)
XXV	17.084.00	0201 0202 0204	Carne de gado bovino, ovino e bufalino e demais produtos comestíveis resultantes da matança desse gado frescos, refrigerados ou congelados	15% (Item 12)
XXVI	17.085.00	0204	Carnes de animais das espécies caprina, frescas, refrigeradas ou congeladas	15% (Item 12)
XXVII	17.086.00	0210.99.00 1502.10.19 1502.90.00	Carnes e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados ou salmourados resultantes do abate de caprinos	15% (Item 12)
XXVIII	17.087.00	0203 0206 0207 0209 0210.1 0210.99.00 1501	Carnes e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, em salmoura, simplesmente temperados, secos ou defumados, resultantes do abate de aves e de suínos	15% (Item 12)
XXIX	17.096.00	0901	Café torrado e moído, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 2 kg	15% (Item 9.9)
XXX	17.096.01	0901	Café torrado e moído, em embalagens de conteúdo superior a 2 kg	15% (Item 9.9)
XXXI	17.109.00	1901.90.90 2101.11.90 2101.12.00	Preparações em pó para cappuccino e similares, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 500 g	30% (Item 10)

5.0 - PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL E COSMÉTICOS

ITEM	CEST	NCM/HM	DESCRIÇÃO	% lucro bruto cfe. Anexo V (RICMS).
I	20.048.00	9619.00.00	Fraldas	30% (Item 100)
II	20.049.00	9619.00.00	Tampões higiênicos	30% (Item 100)
III	20.050.00	9619.00.00	Absorventes higiênicos externos	30% (Item 100)
IV	20.040.00	3924.90.00 3926.90.40 3926.90.90	Chupetas e bicos para mamadeiras e para chupetas, de silicone	30% (Item 100)
V	20.063.00	3923.30.00 3924.90.00 7010.20.00	Mamadeiras	30% (Item 100)



POSTO PIRIPIRI LTDA torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Defesa Civil – SEMAD, a **LICENÇA OPERACIONAL**, para- Comercio varejista de combustíveis para veículos automotores. **RAZÃO SOCIAL: POSTO PIRIPIRI LTDA, NOME FANTASIA: POSTO PIRIPIRI, CNPJ: 14.577.380/0001-36**, localizada à Av. Aderson Ferreira, nº 2390, Bairro **Russinha**, na cidade de Piripiri - PI, CEP: 64.260-000.

Foi determinado estudo de impacto ambiental

P. P. 21035

Francisco Djalma Arcângelo da Silva, CPF: 861.022.143-15, torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMAR, a Renovação da Licença de Operação (LO) número D001174/12, processo 6395/12 para um empreendimento de extração de areia no Rio Piracuruca, no local Saco/Data Columiquara, numa área de 3,46 hectares, município de Brasileira-PI.

P. P. 21036

A Prefeitura Municipal de Novo Oriente do Piauí, Estado do Piauí, CNPJ 06.554.836/0001-14, situado à Rua 7 de setembro nº 480, Centro, CEP. 64.530-000, torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR - PI, a Declaração de Baixo Impacto Ambiental (DBIA) para Construção de 01 (uma) ponte em concreto armado com 20,80m de comprimento por 6,00m de largura a ser executada na localidade Soin, zona rural do município de Novo Oriente do Piauí, estado do Piauí.

P. P. 21037

Zona Franca Combustíveis LTDA, CNPJ: 03.984.947/0001-72 (POSTO ZONA FRANCA), R. Francisco Maia, 215, C. Matias Olimpio-PI, requereu à SEMAR, a Licença de Operação para Regularização – LOR, de seu PRC. Teresina, 22/08/2016

P. P. 21038

A Prefeitura Municipal de Corrente torna público que solicitou à SEMAR a expedição de **Autorização e Outorga Preventiva**, para perfuração de poço tubular na localidade **Barra da Vereda-I**, Sub-bacia Rio Gurguéia, Aquífero Fissural (Fraturado), no município de Corrente - PI, Coordenadas (S) 10° 30' 58,1" e (W) 45° 01' 59,2" para reservar 9.581,25 m³/ano para uso no abastecimento humano.

A Prefeitura Municipal de Corrente torna público que solicitou à SEMAR a expedição de **Autorização e Outorga Preventiva**, para perfuração de poço tubular na localidade **Barra da Vereda-II**, Sub-bacia Rio Gurguéia, Aquífero Fissural (Fraturado), no município de Corrente - PI, Coordenadas (S) 10° 32' 58,3" e (W) 45° 01' 56,7" para reservar 13.271,40 m³/ano para uso no abastecimento humano.

A Prefeitura Municipal de Corrente torna público que solicitou à SEMAR a expedição de **Autorização e Outorga Preventiva**, para perfuração de poço tubular na localidade **Buriti Grande**, Sub-bacia Rio Gurguéia, Aquífero Areado-Urucuia (Poroso), no município de Corrente - PI, Coordenadas (S) 10° 32' 59,1" e (W) 45° 18' 09,3" para reservar 9.402,40 m³/ano para uso no abastecimento humano.

A Prefeitura Municipal de Corrente torna público que solicitou à SEMAR a expedição de **Autorização e Outorga Preventiva**, para perfuração de poço tubular na localidade **Calumbi-I**, Sub-bacia Rio Gurguéia, Aquífero Fissural (Fraturado), no município de Corrente - PI, Coordenadas (S) 10° 30' 37,5" e (W) 45° 04' 21,1" para reservar 10.074,0 m³/ano para uso no abastecimento humano.

A Prefeitura Municipal de Corrente torna público que solicitou à SEMAR a expedição de **Autorização e Outorga Preventiva**, para perfuração de poço tubular na localidade **Calumbi-II**, Sub-bacia Rio Gurguéia, Aquífero Fissural (Fraturado), no município de Corrente -

PI, Coordenadas (S) 10° 29' 44,3" e (W) 45° 04' 49,1" para reservar 11.059,50 m³/ano para uso no abastecimento humano.

A Prefeitura Municipal de Corrente torna público que solicitou à SEMAR a expedição de **Autorização e Outorga Preventiva**, para perfuração de poço tubular na localidade **Canto do Barreiro**, Sub-bacia Rio Gurguéia, Aquífero Areado-Urucuia (Poroso), no município de Corrente - PI, Coordenadas (S) 10° 24' 47,1" e (E) 45° 07' 25,1" para reservar 4.909,25 m³/ano para uso no abastecimento humano.

A Prefeitura Municipal de Corrente torna público que solicitou à SEMAR a expedição de **Autorização e Outorga Preventiva**, para perfuração de poço tubular na localidade **Guanabara**, Sub-bacia Rio Gurguéia, Aquífero Fissural (Fraturado), no município de Corrente - PI, Coordenadas (S) 10° 31' 39,2" e (W) 44° 59' 12,4" para reservar 6.142,95 m³/ano para uso no abastecimento humano.

A Prefeitura Municipal de Corrente torna público que solicitou à SEMAR a expedição de **Autorização e Outorga Preventiva**, para perfuração de poço tubular na localidade **Jatobá**, Sub-bacia Rio Gurguéia, Aquífero Areado-Urucuia (Poroso), no município de Corrente - PI, Coordenadas (S) 10° 21' 57,0" e (W) 44° 58' 53,9" para reservar 8.847,60 m³/ano para uso no abastecimento humano.

A Prefeitura Municipal de Corrente torna público que solicitou à SEMAR a expedição de **Autorização e Outorga Preventiva**, para perfuração de poço tubular na localidade **Pau Pelado**, Sub-bacia Rio Gurguéia, Aquífero Fissural (Fraturado), no município de Corrente - PI, Coordenadas (S) 10° 29' 58,7" e (W) 45° 03' 45,6" para reservar 14.005,05 m³/ano para uso no abastecimento humano.

A Prefeitura Municipal de Corrente torna público que solicitou à SEMAR a expedição de **Autorização e Outorga Preventiva**, para perfuração de poço tubular na localidade **Pindaíba-II**, Sub-bacia Rio Gurguéia, Aquífero Fissural (Fraturado), no município de Corrente - PI, Coordenadas (S) 10° 32' 04,5" e (W) 45° 15' 25,3" para reservar 3.931,05 m³/ano para us no abastecimento humano.

A Prefeitura Municipal de Corrente torna público que solicitou à SEMAR a expedição de **Autorização e Outorga Preventiva**, para perfuração de poço tubular na localidade **Riacho do Meio**, Sub-bacia Rio Gurguéia, Aquífero Fissural (Fraturado), no município de Corrente - PI, Coordenadas (S) 10° 25' 05,0" e (W) 44° 49' 33,6" para reservar 3.931,05 m³/ano para uso no abastecimento humano.

A Prefeitura Municipal de Corrente torna público que solicitou à SEMAR a expedição de **Autorização e Outorga Preventiva**, para perfuração de poço tubular na localidade **Varzinha**, Sub-bacia Rio Gurguéia, Aquífero Areado-Urucuia (Poroso), no município de Corrente - PI, Coordenadas (S) 10° 22' 24,5" e (W) 45° 08' 08,3" para reservar 4.905,60 m³/ano para uso no abastecimento humano

P. P. 21039

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO CNPJ 06.553.606/0001-30, torna público que requereu junto à SEMAR- Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, o pedido de AUTORIZAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO E OUTORGA DE USO de 09(nove) poços tubulares nas localidades/cordenadas UTM: 1-Terra Dura/9496455N-746707E; 2-Santa Rosa/9505916N-755420E; 3-Corrente/9506740N-753269E 4-Bananal/ 9481427N-740127E; 5-Zundão dos Moreiras/9483999N-739410E; 6-Barragem do Raiz/9493272N-739113E; 7-Novo Marajá/9484808 N-742801E; 8-Serra Verde/9513657N-757293E e 9-Santa Helena/9515681N-727433E município União-Pi, para reservar 5.474m³/h p/cada um. Bacia Parnaíba, Sub-Bacia Difusa Baixo Parnaíba; para consumo humano e animal.

P. P. 21040



OFÍCIO Nº 564 / 2016

Teresina, 23 de agosto de 2016.

Senhor Célio Augusto Machado
Gerente Geral da Agência Setor Público Teresina
Banco do Brasil

Informamos que a movimentação financeira das contas correntes vinculadas ao CNPJ 06.718.282/0001-43 do Instituto de Terras do Piauí – INTERPI, existentes em qualquer agência do Banco do Brasil S/A e as que venham a ser abertas, serão movimentadas conforme abaixo , sendo necessárias, sempre, duas assinaturas:

TITULARES:

REGINA LOURDES C DE A .COSTA
CPF:153.034.973-72

FUNÇÃO

Diretora Geral de Reforma e Regularização Fundiária – INTERPI.

LUIS EUGÊNIO SOARES NUNES
CPF. 396.543.383-00

Diretor Adm. e Financeiro-INTERPI

JAILTON FERREIRA CHAVES
CPF.338.466.263-63

Diretor de Unidade de Operações -DIOPI

PODERES:

- .Abrir conta de depósito;
- . Receber / passar recibo e dar quitação;
- .Solicitar Saldos , extratos e comprovantes;
- .Efetuar Transferências / Pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- .Efetuar resgates / aplicações financeiras;
- .Cadastrar, alterar e desbloquear senha;
- .Solicitar saldos e extratos investimento

Atenciosamente ,

Regina Lourdes C. de Araújo Costa
Diretora Geral de Reforma e
Regularização Fundiária – INTERPI

LUIS EUGÊNIO SOARES NUNES
Diretor Adm. e Financeiro - INTERPI

Of. 567



OFÍCIO GAB. Nº00214/2016

Teresina, 22 de agosto de 2016.

TERMO DE RESPONSABILIDADE E AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES.

Senhor Gerente,

Autorizamos o Banco do Brasil a conceder acesso a Antônio Augusto de Sá Cardoso, CPF. 099.486.273-34, aos poderes: solicitar saldos, extratos e comprovantes, solicitar saldos/extratos de investimentos para todas as contas vinculadas ao CNPJ. 06.553.564.0107-96 do Instituto de Doenças Tropicais Natan Portella.

Declaramos-nos cientes de que o fornecimento das informações pelo Banco do Brasil poderá ser efetuado por intermédio de qualquer meio de atendimento disponibilizado pelo Banco para esse fim, inclusive meios de atendimento eletrônico, tais como terminais de autoatendimento, microcomputador ou telefone.

Obrigamos-nos a comunicar, por escrito, ao Banco do Brasil, qualquer alteração com relação às autorizações concedidas neste instrumento, isentando o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade pela ausência de sua tempestiva realização.

Atenciosamente

Maria das Dores Rocha Rodrigues
Diretora Geral

Marciano Antônio de Oliveira Nunes
Diretor Administrativo Financeiro

Ilustríssimo Senhor
Célio Augusto Machado
Gerente Geral do Banco do Brasil
Agência Setor Público Teresina
N/Capital.

Of. 215



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Diretor Geral do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Piauí – DETRAN/PI, **NOTIFICA PELO PRESENTE EDITAL**, todos interessados, em particular os proprietários agentes financeiros, arrendatários, entidades credoras ou aqueles que tenham se sub-rogadas nos direitos, dos veículos automotores (automóveis, motocicletas e outros) abaixo relacionado, a comparecerem na VIP LEILÃO, localizado na av. Doutor Josué Moura Santos ,1111 Bairro Pedra Mole em Teresina/PI, VIP LEILÕES, localizada na BR 343, km 18, na cidade de Parnaíba-Pi no horário de **7:30** às **13:00** horas, no prazo de até e 30 dias, a contar da data desta notificação, para tratarem da retirada de seus veículo apreendidos, sob pena de tê-los leiloados conforme preconiza a legislação vigente (CTB, art. 328, Resolução do CONTRAN Nº 331/2009). Antes, porém, deverão quitar os débitos existentes, sejam eles de IPVA, Multas, Taxas de Licenciamento, despesas de remoção, depósito e Seguro Obrigatório.

PLACAS - VEÍCULOS - PROPRIETÁRIOS - AGENETE FINANCEIRO

PARNAIBA

PLACA	UF	MARCA	ANO	CHASSI	NOME	AGENTE FINANCEIRO
		YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2012/2013	9C6KE1520D0127534		
		HONDA/CG 125 FAN KS	2010/2010	9C2JC4110AR061474		ADM CONS NAC HONDA LTDA
		HONDA/CG 125 FAN KS	2011/2011	9C2JC4110BR502921		ADMINISTRADORA DE CONS NAC HONDA LTDA
		YAMAHA/YBR125 FACTOR K1	2013/2014	9C6KE1950E0013486		BANCO YAMAHA MOTOR DO BRASIL S/A
		YAMAHA/YS150 FAZER ED	2013/2014	9C6KG0660E0001907		BCO YAMAHA MOTOR BR SA
		YAMAHA/XTZ 125E	2006/2006	9C6KE093060006945		
		YAMAHA/T115 CRYPTON K	2013/2013	9C6KE1560D0021805		
LVN4823	PI	VW/FUSCA 1300	1979/1979	BJ882753	ERISON DOUGLAS SILVA LIMA	
NHV2028	PI	GM/PRISMA JOY	2007/2008	9BGRJ69808G153517	JOAQUIM GONCALVES NETO	BV FINANCEIRA S/A-CFI
		HONDA/XLR 125	2001/2001	9C2JD17101R017608		
		HONDA/CG 125 TITAN ES	2002/2003	9C2JC30203R016259		
		IROS/ONE 125	2011/2011	96ZNE3125BM001000		
		HONDA/CG 125 TITAN	1999/2000	9C2JC2500YR095211		
		HONDA/CG 125 FAN KS	2012/2012	9C2JC4110CR549336		
LWA0811	PI	FORD/FIESTA	1998/1999	9BFZZZFHWB252670	ANTONIO EDMILSON SOUZA COUTINHO	
HOL0882	PI	FIAT	1989/1989	9BD14600K8065868	ANTONIO NASCIMENTO DOS SANTOS	
HVW0730	PI	FORD/ESCORT L	1989/1989	9BFBXXLBKBP00301	ANTONIO CARVALHO NETO	
LW00978	PI	VW/SAVEIRO CL 1.8	1995/1995	9BWZZZ30ZSP057751	CESARIO FRANCISCO DE ASSIS	
JDQ1136	PI	VW/PARATI LS	1986/1986	9BWZZZ30ZGT078517	RAIMUNDA ALVES VASCONCELOS	
TERESINA						
PN489	PI	HONDA/CG 125	1985/1985	CG125BR1457476	GILVAN CELESTINO MONTEIRO	
NHW3502	PI	YAMAHA/YBR 125E	2008/2008	9C6KE091080053926	JOSÉ FRANCISCO BORGES	
		KASINSKI/MIRAGE 150 50	2012/2013	93FMRCJCDM011566		BANCO PANAMERICANO S A
		HONDA/CG 150 FAN ESI	2011/2011	9C2KC1670BR536306		BANCO PANAMERICANO S/A
		HONDA/CG 125 CARGO ES	2010/2010	9C2JC4140AR001811		
		HONDA/CG 125 FAN KS	2012/2012	9C2JC4110CR566081		ADMINISTRADORA DE CONS NAC HONDA LTDA
OEI0630	PI	HONDA/NXR150 BROS ES	2011/2012	9C2KD0550CR001519	ANTONIO FERREIRA DA SILVA	ADMINISTRADORA DE CONS NAC HONDA LTDA
		HONDA/CG 150 TITAN KS	2004/2004	9C2KC08104R072924		CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
		JTA/SUZUKI KATANA 125	1998/1998	9CDNF41BJWM011268		
		HONDA/CG 125 TODAY	1999/2000	9C2JC1801LR532868		
		DAFRA/SPEED 150	2010/2011	95VCA4J8ABM006504		BANCO ITAUCARD SA
FL125	PI	HONDA/CG 125	1988/1988	9C2JC1801JR127667		
		HONDA/BIZ 125 ES	2010/2010	9C2JC4220AR321716		ADMINISTRADORA DE CONS NAC HONDA LTDA
		HONDA/CG 125 FAN	2007/2008	9C2JC30708R101680		ADMINISTRADORA DE CONS NAC HONDA LTDA

Diário Oficial

Teresina(PI) - Quarta-feira, 24 de agosto de 2016 • Nº 159

29

		TRAXX/JL50 Q2	2011/2011	951BXKBB0BB010165		
LJ5367	PI	HONDA/CG 125 CARGO	1998/1998	9C2JA010WWR007077	JOSE DE RIBAMAR ALCANTARA VIANA	
LWN1283	PI	HONDA/CG 125 TITAN	1996/1996	9C2JC250TTR030752	JUCELINO GONCALVES DE SOUSA	
NHY4664	PI	HONDA/CG 125 FAN	2008/2008	9C2JC30708R584525	TERCIO LIMA E SILVA	
		HONDA/CG 150 FAN ESI	2013/2013	9C2KC1670DR022451		ADMINISTRADORA DE CONS NAC HONDA LTDA
		HONDA/POP100	2012/2012	9C2HB0210CR489692		ADMINISTRADORA DE CONS NAC HONDA LTDA
		HONDA/CG 125 FAN KS	2012/2012	9C2JC4110CR506622		
		JTA/SUZUKI INTRUDER 125	2005/2005	9CDNF41AJ5M014354		CONS NACIONAL SUZUKI MOTOS LTDA
		DAFRA/TVS APACHE RTR 150	2012/2013	95VGF4B2CDM000682		BANCO PAN S/A
NIV7584	PI	I/SHINERAY XY 50 Q	2010/2011	LXYXBL07B0252455	RAIMUNDO RIBEIRO PAZ SILVA	
ODX7971	PI	YAMAHA/YBR125 FACTOR K1	2013/2014	9C6KE1950E0018033	HELIO PEREIRA MATOS	BANCO YAMAHA MOTOR DO BRASIL S/A
LWL2101	PI	HONDA/CG 125	1986/1986	CG125BR1508096		
OEH5002	PI	YAMAHA/YBR125 FACTOR K1	2013/2014	9C6KE1950E0025251	MANOEL MESSIAS GASPAR	BANCO YAMAHA MOTOR DO BRASIL S/A
OEH5753	PI	I/SHINERAY XY50Q PHOENIX	2012/2012	LXYXBL03C0318467	ANTONIO RODRIGUES DE SOUSA	
		YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2009/2010	9C6KE1220A0114936		BANCO YAMAHA MOTOR DO BRASIL S/A
LWC3838	PI	HONDA/CG 125 TITAN ES	2003/2003	9C2JC30203R159739	FRANCISCO CARLOS NUNES FREIRE	CIFRA S.A.FINANC. E INVESTIMENTO
LWM0216		HONDA/CG 125 FAN	2006/2006	9C2JC30706R902972	LUCIA SOARES DA SILVA	
AC592		HONDA/CG 125	1984/1984	CG125BR3103784	MARTINHO FILHO MENDES PEREIRA	
BE412	PI	YAMAHA/RX 125	1981/1981	2H4007788	CRISTOVAM PEREIRA MENDES	
NIP6163	PI	HONDA/CG 125 FAN KS	2010/2010	9C2JC4110AR054861	JONAS MANOEL NASCIMENTO	
NHU8311	PI	JTA/SUZUKI EN125 YES	2007/2008	9CDNF41LJ8M134156	MARIA HELENA ALVES DA CONCEICAO	
NIT5131	PI	HONDA/POP100	2012/2012	9C2HB0210CR439676	MARCILIO MATOS DA SILVA MOREIRA	BV FINANCEIRA S/A-CFI
NIB2016	PI	HONDA/CG 125 FAN	2008/2008	9C2JC30708R645134	SAMUEL LIMA DOS SANTOS	BANCO HONDA S.A
LVN1223	PI	FIAT/UNO S	1988/1988	9BD146000J3381909	ANTONIO DE LIMA ROSA	
NIC2756	PI	HONDA/CG 125 FAN KS	2009/2009	9C2JC41109R512354	REJANE PEREIRA LIMA	ADMINISTRADORA DE CONS NAC HONDA LTDA
OEE4336	PI	HONDA/CG 125 FAN ES	2012/2012	9C2JC4120CR581389	ANTONIO JORGE DOS SANTOS OLIVEIRA	ADMINISTRADORA DE CONS NAC HONDA LTDA
LWI5476	PI	HONDA/C100 BIZ	2005/2005	9C2HA07005R815382	VALDETE BATISTA MARQUES	
PII1901	PI	HONDA/CG150 START	2015/2015	9C2KC1670FR503292	JESSICA PEREIRA FURTADO	ADMINISTRADORA DE CONS NAC HONDA LTDA
OAA4943	PI	HONDA/CG 150 FAN ESI	2013/2013	9C2KC1670DR467470	WELTON WALTER LIMA ASSUNCAO	ADMINISTRADORA DE CONS NAC HONDA LTDA
LVP0892	PI	HONDA/CG 125	1983/1983	CG125BR1222920	GERALDO VICENTE SOARES	
NIC1904	PI	I/SHINERAY XY 150 GY	2008/2009	LXYJCM0590296370	LIDIANA ALVES MACEDO	
LWK9605	PI	HONDA/CBX 200 STRADA	1997/1997	9C2MC270VVR014522	VALDERI REIS PEREIRA LIMA	
BD494	PI	HONDA/CG 125	1981/1981	CG125BR1117425	ANTONIO EDMILSON BEZERRA	
NHV7450	PI	YAMAHA/YBR125 FACTOR K1	2013/2014	9C6KE1950E0015355	IRENO SILVA ALVES	BANCO PAN S/A
OEE2732	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2012/2013	9C6KE1520D0127494	BRUNO RAFAEL PEREIRA DA SILVA	BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A
LWJ7650	PI	HONDA/CG 125 TITAN KS	2001/2002	9C2JC30102R115193	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	
ODY1220	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2011/2012	9C6KE1520C0079029	LUIZ PEREIRA DOS SANTOS	BANCO PAN S/A
LWC9248	PI	HONDA/C100 BIZ ES	2003/2003	9C2HA07103R079432	LUCIANO SABOIA FREIRE	
LWG7668	PI	HONDA/XLR 125	1999/2000	9C2JD1700YR000295	JOSE ERISVALDO IBIAPINA COELHO	
NIC7344	PI	HONDA/XR 250 TORNADO	2008/2008	9C2MD34008R037901	RAIMUNDA NONATA PAZ RODRIGUES	
OUB3987	PI	FLASH/MV CITY 150	2011/2012	93FCTACLB0001920	FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA	
NHW6467	PI	HONDA/POP100	2008/2008	9C2HB02108R038423	JOSE MILTON MENDES DA SILVA	
NHU1697	PI	HONDA/CG 125 FAN	2007/2007	9C2JC30707R207721	ADONIAS PIRES DOS REIS	
LWC0657	PI	HONDA/CG 125 FAN	2005/2005	9C2JC30705R084879	JORGE TARSO DE SOUSA	
LWU4352	PI	JTA/SUZUKI EN125 YES	2006/2006	9CDNF41LJ6M025363	FRANCISCO DAS CHAGAS VIEIRA DE ALMEIDA	
NIH0212	PI	HONDA/CG 125 FAN ES	2010/2010	9C2JC4120AR061695	CICERO CEZAR DE ANDRADE PINHO	
LVK7172	PI	HONDA/CG 125 CARGO	1989/1989	9C2JA0101KR107871	FERNANDO LUIS GOMES DE SOUSA	
NHY1282	PI	HONDA/CG 150 TITAN KS	2009/2009	9C2KC15109R016824	VALDEMIR DA SILVA BRITO	
LVF4323	PI	HONDA/CG 125 CARGO	1994/1994	9C2JA0101RRR00233	EDIMAR PASSOS DE ARAUJO	
OEE9903	PI	HONDA/CG 125 FAN KS	2012/2012	9C2JC4110CR587459	ANTONIO FRANCISCO COSTA SILVA	
LVR6909	PI	YAMAHA/YBR 125ED	2003/2003	9C6KE042030015929	LUIS FELIPE ARAUJO ALVES	

Diário Oficial

30



Teresina(PI) - Quarta-feira, 24 de agosto de 2016 • Nº 159

LVQ3599	PI	HONDA/CBX 250 TWISTER	2003/2004	9C2MC35004R001305	ALDENIRA BARBOSA DE ARAUJO SILVA	
NIF0788	PI	HONDA/NXR150 BROS ES	2009/2009	9C2KD04209R031177	CLEYCIO OLIMPIO DOS SANTOS	
LWV5947	PI	HONDA/CG 125 FAN	2005/2005	9C2JC30705R074108	GERCIANE OLIVEIRA SILVA	
LVL6197	PI	HONDA/CG 125 FAN	2006/2007	9C2JC30707R048351	FLAVIA MARIA DE SOUSA DA SILVA NASCIMENTO	
HPE8347	PI	HONDA/CG 125 TITAN	1999/1999	9C2JC2500XR188840	EVALDO MENDES RODRIGUES	
ODX7535	PI	HONDA/CG 150 FAN ESI	2011/2011	9C2KC1670BR577394	FRANCISCO SILVA ARAUJO	
LWV2685	PI	HONDA/CG 125 TITAN KS	2003/2003	9C2JC30103R261728	JORGE LUIZ DA COSTA	
LVI9035	PI	HONDA/C100 BIZ	1998/1998	9C2HA070WWR004381	ADALMIR FAGUNDES DA SILVA	
OEE9895	PI	HONDA/CG 150 FAN ESI	2012/2012	9C2KC1670CR553748	EVALDO FERREIRA DOS SANTOS JUNIOR	
LWE3895	PI	HONDA/CG 150 TITAN KS	2005/2005	9C2KC08105R859018	AURISE MARIA DE OLIVEIRA FIGUEREDO	
LVQ6234	PI	HONDA/CBX 200 STRADA	1998/1998	9C2MC270WWR009233	ANSELMO TEIXEIRA DE OLIVEIRA	
LWD3154	PI	HONDA/CG 150 JOB	2005/2005	9C2KC08305R801759	CONTROLE SAUDE AMBIENTAL LTDA	
LWG5984	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2012/2013	9C6KE1520D0132314	MARCOS DOUGLAS FELIX DA SILVA	
LVO5943	PI	HONDA/CG 125	1986/1987	9C2JC1801HR109659	LICINDO PORTELA RIBEIRO	
NHV0743	PI	HONDA/CG 125 FAN	2008/2008	9C2JC30708R560786	LUIS CARLOS FERREIRA DOS SANTOS	
NHV6272	PI	KASINSKI/SETA 125	2008/2008	93FST12588M003496	SEBASTIAO JUSTINO PEREIRA	
LVF7792	PI	HONDA/CG 125 CARGO	1995/1995	9C2JA0101SR580462	EDNA MARIA GOMES DA SILVA	
LVZ7642	PI	HONDA/CG 125 TITAN KS	2003/2003	9C2JC30103R191992	MIGUEL PEREIRA DA SILVA	
LVP7831	PI	HONDA/CG 125 TODAY	1993/1994	9C2JC1801PRR07872	TOMAZ FERREIRA MARTINS	
NIH7524	PI	SUNDOWN/WEB 100	2009/2010	94J1XFB9AM086991	LEONARDO GAMA BARBOSA	
NHV8583	PI	HONDA/BIZ 125 KS	2008/2008	9C2JA04108R037893	MAYARA RIANNE DE SILVA OLIVEIRA	
NIX1661	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2012/2013	9C6KE1520D0132754	ANTONIO FRANCISCO DOS SANTOS SILVA	BANCO PAN S/A
OEC7272	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2012/2013	9C6KE1520D0133271	FRANCISCO MICHAEL ANDRE SANTOS	BANCO PAN S/A
NIQ1473	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2010/2010	9C6KE1220A0135415	WELISON FREIRE OLIVEIRA	BANCO PAN S/A
OEC3805	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2010/2010	9C6KE1220A0128985	MARIA DO SOCORRO SILVA	BANCO PAN S/A
NIJ2134	PI	HONDA/POP100	2010/2010	9C2HB0210AR523132	ALEXANDRE FRANCISCO DE SOUSA	BV FINANCEIRA S/A-CFI
NHX7644	PI	HONDA/CG 125 FAN	2008/2008	9C2JC30708R163697	JULIO CESAR DA SILVA FERNANDES	BANCO PAN S/A
NIV4908	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2011/2012	9C6KE1520C0079986	MARGARIDA MARIA DE ARAUJO OLIVEIRA	
OEE3697	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2011/2011	9C6KE1520B0064494	MANOEL FRANCISCO DA SILVA FILHO	BANCO PAN S/A
NIQ6217	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2010/2011	9C6KE1520B0013165	JOSE RIBAMAR PEREIRA DA SILVA SOUSA	BV FINANCEIRA S/A-CFI
NIA8014	PI	HONDA/POP100	2009/2009	9C2HB02109R024657	ANTONIO RODRIGUES CLARO	
NIX3614	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2011/2011	9C6KE1520B0041535	FRANCISCO CAVALCANTE DE OLIVEIRA	BANCO PAN S/A
NIM0580	PI	FIAT/STRADA ADVENT FLEX	2008/2009	9BD27804D97115901	JOSE AFONSO ANDRADE DE CASTRO	
OEA6182	PI	HONDA/CG 125 FAN KS	2012/2012	9C2JC4110CR509991	MARCELIANO BRITO DA SILVA	BANCO PAN S/A
NIJ3127	PI	HONDA/CG 125 FAN KS	2009/2009	9C2JC41109R536851	MARIA DO SOCORRO CARDIAL MATOS	
NIT3251	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2011/2012	9C6KE1520C0087365	MARIA DE FATIMA DE ANDRADE LIMA	BANCO PAN S/A
		HONDA/CG 125	1989/1989	9C2JC1801KR200164		
LVP8417	PI	FIAT/PALIO EX	1999/1999	9BD178096X0891048	IRANILDES DA SILVA DE SOUSA DOS SANTOS	
NIO2304	PI	GARINNI/GR125 Z	2008/2008	952GR125Z8M000624	ANTONIO EVANGELISTA NORONHA FILHO	
LVR1098	PI	FIAT/PALIO FIRE FLEX	2006/2007	9BD17164G72859141	ANTONIO FRANCISCO ALVES DOS SANTOS	
LVU6265	PI	RENAULT/CLIO EXP 10 16VH	2006/2006	93YBB8B156J744853	INACIO DE OLIVEIRA SILVA	
HXM4560	PI	VW/GOL 16V PLUS	2000/2001	9BWCA05X91P045016	DANIEL IALLE DE CARVALHO SOUSA	
NIS4035	PI	YAMAHA/T115 CRYPTON K	2010/2010	9C6KE1440A0004966	MARCOS LUSTOSA DA SILVA	
LVU8012	PI	HONDA/CBX 250 TWISTER	2006/2006	9C2MC35006R030442	JOSE RIBAMAR CELESTINO NOBRE	
LVX6047	PI	YAMAHA/YBR 125K	2004/2004	9C6KE044040067450	MARIA DE LOURDES DE CARVALHO ELOY	
LWJ8722	PI	JTA/SUZUKI EN125 YES	2006/2006	9CDNF411J6M023258	LEONEL LOPES DOS SANTOS	
LVV4062	PI	YAMAHA/YBR 125K	2006/2006	9C6KE092060045074	MAURO CARLOS GOUVEIA	
NIO4323	PI	I/SHINERAY XY 50 Q 2	2009/2010	LXYXCL05A0236088	RAIMUNDO NONATO DE SOUSA	
OEB1905	PI	HONDA/NXR150 BROS ES	2011/2011	9C2KD0550BR015156	FABIO SOARES DOS SANTOS	
LVU6795	PI	YAMAHA/XTZ 125E	2006/2006	9C6KE093060003537	JUVENAL AVELINO SOARES	
NIQ3855	PI	HONDA/CG 125 FAN KS	2010/2010	9C2JC4110AR716383	ANTONIO LUIZ CARDOSO DE ARAUJO	
NHW7075	PI	DAFRA/SPEED 150	2008/2008	95VCA1B288M003348	MARCIO STANLEY SOUSA COSTA	
OUE4965	PI	HONDA/CG 125 FAN KS	2012/2012	9C2JC4110CR324202	MARIA DE JESUS OLIVEIRA MIGUEL	
OYL1777	PI	HONDA/NXR150 BROS ES	2014/2014	9C2KD0550ER328668	LUIS FIRMINO DE SOUSA FILHO	
NIP7537	PI	HONDA/BIZ 125 KS	2009/2009	9C2JC42109R102817	AROLD DE SOUZA ABREU	ADMINISTRADORA DE CONS NAC HONDA LTDA
LWN7693	PI	HONDA/POP100	2014/2014	9C2HB0210ER433284	VENILSON MACHADO DE ARAUJO	ADMINISTRADORA DE CONS NAC HONDA LTDA
OVY6445	PI	HONDA/CG 150 FAN ESI	2013/2014	9C2KC1670DR402676	FRANCO BERGUE DA SILVA	ADMINISTRADORA DE CONS NAC HONDA LTDA
OVX2972	PI	HONDA/CG150 FAN ESDI	2014/2014	9C2KC1680ER551868	JOSE RENAN PEREIRA DE MOURA BARROSO	ADMINISTRADORA DE CONS NAC HONDA LTDA
NIV7851	PI	HONDA/NXR125 BROS KS	2012/2013	9C2JD2310DR000804	FABIO DA CONCEICAO DA SILVA	BANCO HONDA S.A

Teresina (PI) 24 de agosto de 2016

Of. 503

Canto do Buriti Bioeletricidade S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014

*Canto do Buriti Bioeletricidade S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014*

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas do
Canto do Buriti Bioeletricidade S.A.
Canto do Buriti - Piauí

Examinamos as demonstrações financeiras do Canto do Buriti Bioeletricidade S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erros.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidencia de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Canto do Buriti Bioeletricidade S.A em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Continuidade operacional

Nós chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras que indicam que a Companhia protocolou pedido de revogação de outorga junto à ANEEL. Essa condição, conforme descrito na citada nota explicativa, indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade da Companhia de continuar operando. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Rio de Janeiro, 01 de junho de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Canto do Buriti Bioeletricidade S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.429	27.265
Certificado de Crédito Rural - partes relacionadas	6	8.067	5.440
Impostos a recuperar		1	210
Outros ativos		9	311
		<u>17.506</u>	<u>33.226</u>
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	30.164	26.633
Imobilizado		65	-
		<u>30.229</u>	<u>26.633</u>
Total do ativo		<u><u>47.735</u></u>	<u><u>59.859</u></u>
Passivo circulante			
Fornecedores	7	45	107
Debêntures a pagar	8	-	29.660
Obrigações sociais		27	24
Impostos a Recolher		80	22
Mútuos a pagar	6	66	66
Provisão para contingencia	9	23.470	-
		<u>23.688</u>	<u>29.879</u>
Patrimônio líquido	10		
Capital social		49.876	34.010
Reserva de capital		-	112
Prejuízos acumulados		(25.829)	(4.142)
		<u>24.047</u>	<u>29.980</u>
Total do passivo e patrimonio líquido		<u><u>47.735</u></u>	<u><u>59.859</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Canto do Buriti Bioeletricidade S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	(2.640)	(2.719)
Depreciação		(8)	-
Despesas com constituição de provisão	9	(23.470)	-
Recuperação de despesas		22	-
		<u>(26.096)</u>	<u>(2.719)</u>
Resultado financeiro líquido			
Despesas Financeiras	13	(550)	(1.190)
Receitas Financeiras		5.433	2.307
		4.883	1.117
Resultado operacional antes dos impostos			
Imposto de Renda	11	(425)	-
Contribuição Social	11	(161)	-
		<u>(586)</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u>(21.799)</u>	<u>(1.602)</u>
Quantidade de ações		50.000	50.000
Prejuízo por ação		(0,4360)	(0,0320)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Canto do Buriti Bioeletricidade S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo do exercício	(21.799)	(1.602)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>(21.799)</u>	<u>(1.602)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Canto do Buriti Bioeletricidade S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Capital Social a Integralizar	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	49.991	(46.408)	-	(2.540)	1.043
Ágio na emissão de ações	-	-	112	-	112
Custo incorrido na integralização de capital	(115)	-	-	-	(115)
Integralização de capital social	-	30.542	-	-	30.542
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.602)	(1.602)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>49.876</u>	<u>(15.866)</u>	<u>112</u>	<u>(4.142)</u>	<u>29.980</u>
Integralização de capital social	-	15.866	-	-	15.866
Absorção reserva de capital	-	-	(112)	112	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(21.799)	(21.799)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>49.876</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(25.829)</u>	<u>24.047</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Canto do Buriti Bioeletricidade S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos	(21.799)	(1.602)
Depreciações e amortizações	8	-
Juros provisionados debenture	217	-
Juros sobre de aplicacao financeira	(3.531)	-
Provisão para contingências	23.470	-
Prejuízo ajustado	<u>(1.635)</u>	<u>(1.602)</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Impostos a recuperar	209	(209)
Outros ativos	302	(298)
Aumento (redução) nos ativos operacionais	(62)	24
Fornecedores	3	19
Obrigações sociais	58	21
Impostos a Recolher	-	-
Caixa gerado (usado) nas atividades operacionais	<u>(1.125)</u>	<u>(2.045)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures a pagar	(14.011)	29.660
Pagamento de mútuo - partes relacionadas	-	(5)
Aumento de capital social	-	30.426
Ágio na emissão de ações	-	112
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de financiamento	<u>(14.011)</u>	<u>60.193</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de Certificado de Crédito Rural - CPR	(2.627)	(5.440)
Aquisição de aplicações financeiras	-	(26.633)
Aquisição de imobilizado	(73)	-
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de investimento	<u>(2.700)</u>	<u>(32.073)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		
	(17.836)	26.075
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.265	1.190
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.429	27.265
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(17.836)</u>	<u>26.075</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Canto do Buriti Bioeletricidade S.A. ("Companhia" ou "Canto do Buriti") é uma sociedade por ações, que foi constituída em 19 de dezembro de 2011 e está situada na Fazenda Canto do Buriti Piauí, 141 km, nº 22, Zona Rural, município Canto do Buriti, estado do Piauí, cujo objeto social exclusivo é a geração e o suprimento ou comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração da usina termelétrica denominada UTE Canto do Buriti.

A Companhia participou e saiu vencedora do Leilão nº 06/2013 ("Leilão A-5") - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), realizado em 29 de agosto de 2013, tendo ofertado lance de R\$ 136,69 por MWh, para 1.191 lotes de energia. Em uma primeira etapa, pré-leilão, a Companhia ofereceu Garantia de Participação no valor aproximado de R\$ 4,7 milhões em favor da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Tal garantia foi, após o Leilão, substituída pela Garantia de Fiel Cumprimento, no valor aproximado de R\$ 23,4 milhões. Ambos os valores foram reconhecidos e reportados em seus respectivos exercícios.

Em 20 de fevereiro de 2013, foi publicado no Diário Oficial a autorização do Canto do Buriti pelo Ministério do Estado de Minas e Energia (MME) a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Canto do Buriti, totalizando 150.000kW de capacidade instalada e 119.100kW médios de garantia física de energia, utilizando cavaco/resíduo de madeira como combustível.

No processo 48500.006663/2014-37, a Companhia requereu por meio de correspondência de 04/12/2014: (i) concessão de prazo adicional de quatro meses para a celebração dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs); (ii) prorrogação proporcional dos marcos constantes do cronograma de implantação da usina; e (iii) e prorrogação da data de início de suprimento por sete meses. O requerimento foi analisado pela SRM/ANEEL (Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado) por meio da Nota Técnica NT - nº 028/2015- SRM/ANEEL, que concluiu não haver motivos que justificassem o pedido de excludente de responsabilidade, consequentemente, recomendando o indeferimento do pedido.

Em 09/03/2015, o processo nº 48500.006663/2014-37 foi distribuído ao Diretor da ANEEL para análise dos requerimentos de concessão de prazo adicional para a assinatura dos CCEARs e alteração de cronograma de implantação da UTE Canto do Buriti. No dia 26/03/2015, por deliberação de seu Conselho, os representantes da Companhia foram recebidos pelo Diretor da ANEEL para reunião na sede da ANEEL, oportunidade em que expuseram as dificuldades ora enfrentadas pelo projeto. Foi solicitada a formalização das questões trazidas para análise aprofundada pela relatoria, o que ocorreu em 30/04/2015.

Paralelamente no dia 04/05/2015, no Processo 48500.005655/2013-92, a Companhia apresentou à SCG (Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração) pedido de revogação de outorga da UTE Canto do Buriti. Na petição inicial, elaborada pelo escritório Baggio, Costa Filho, a Companhia pleiteava o excludente de responsabilidade, a liberação da Garantia de Fiel Cumprimento e oferecia o valor correspondente à Garantia de Participação como penalidade, por entender que os CCEARs nunca haviam sido assinados, ao passo que informava que, dadas as circunstâncias, a assinatura de fato não ocorreria.

Em face da solicitação de revogação da outorga, foi considerada a perda de objeto do requerimento apresentado no Processo nº 48500.006663/2014-371, permanecendo somente a questão da revogação da outorga sendo tratada no Processo nº 48500.005655/2013-92, conduzido pela SCG. Por meio da NT nº 149/2015-SRM/ANEEL, de 13/08/2015, a SRM prestou subsídios à SCG, concluindo pela necessidade de execução do valor integral da Garantia de Fiel Cumprimento, além da aplicação de penalidade de 10% do investimento declarado, prevista no item 16.1.2 do Edital, e da suspensão por dois anos do direito de contratar ou participar de licitações promovidas pela ANEEL, conforme previsto no item 16.1.3 do Edital. A SRT (Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão) também contribuiu com a SCG, informando por meio do Memorando Nº 118/2015-SRT/ANEEL, de 04/09/2015, que o empreendimento não possuía Parecer de Acesso nem, tampouco, Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão, conforme informação do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

Em 18/09/2015, a SCG analisou o assunto na Nota Técnica Nº 713/2015-SCG/ANEEL, concluindo pelo não reconhecimento dos excludentes de responsabilidade pleiteados, pela revogação da outorga da UTE Canto do Buriti e pela abertura de procedimento administrativo visando a execução integral da garantia de fiel cumprimento. Conforme relatado em sua NT, a SCG diverge da SRM quanto à possibilidade de aplicação das penalidades previstas no Edital do Leilão nº 06/2013 (A-5 de 2013).

Em 19/10/2015, o Processo nº 48500.005655/2013-92, foi distribuído, por conexão, ao Diretor da ANEEL, com vistas à apreciação do pedido de revogação da autorização da Usina Termelétrica - UTE Canto do Buriti. Desde o protocolo da petição inicial, a Companhia mantém um monitoramento próximo do Processo, seja através de seus advogados Baggio, Costa Filho, seja através de reuniões presenciais com o Diretor Relator do Processo na ANEEL e o Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração da ANEEL.

Dada a deliberação do Conselho da Companhia, baseada na Nota Técnica Nº 713/2015-SCG/ANEEL, supracitada, onde a SCG, superintendência responsável por conduzir o processo de revogação da outorga da UTE Canto do Buriti, recomenda a execução integral da Garantia de Fiel Cumprimento, e seguindo a orientação do advogado da Companhia, escritório Baggio, Costa Filho, a Diretoria da Companhia determinou a constituição de provisão para perdas no valor equivalente à Garantia de Fiel Cumprimento, ou seja, R\$ 23.470 mil para o exercício corrente. Além do processo em aberto junto a ANEEL da revogação da outorga, supracitada, Companhia está realizando o programa de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal de clones de eucalipto e espécies nativas destinados à silvicultura e à produção de biomassa, com objetivo de identificar as variedades que mais se adaptem às regiões, além da definição das melhores técnicas de nutrição e manutenção de florestas a fim de obter os melhores resultados nas fazendas. Atualmente, o programa conta com aproximadamente 85 ha plantados, sendo 50 ha plantados em 2013/14, 2 ha em 2014/15 e 33 ha em 15/16. Portanto, a idade dos experimentos varia entre 2 a 3 anos.

2 Base de preparação para as demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. Estas demonstrações financeiras e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram preparadas com práticas contábeis consistentes. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 01 de junho de 2016.

Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

a. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, recuperabilidade dos ativos e valor justo dos instrumentos financeiros. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas e premissas trimestralmente ou anualmente.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.



3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de partes relacionadas. São classificados como empréstimos e recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e com partes relacionadas e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

c. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

d. Provisão por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Em 2015 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda ao valor recuperável.

e. Provisões

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é registrada no resultado, líquida de qualquer reembolso.

A provisão para contingências é constituída para as discussões judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 2015 a Companhia determinou a constituição de provisão para perdas no valor equivalente à Garantia de Fiel Cumprimento, ou seja, R\$ 23.470 mil referente ao processo de revogação da outorga junto a ANEEL, ainda que tal processo não constitua uma discussão jurídica, mas sim corra em âmbito administrativo na ANEEL.

f. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

g. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

h. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa	39	111
Aplicação financeira	9.390	27.154
Total	9.429	27.265

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em certificados de depósitos bancários- CDB com rendimento de 98% do CDI e operações compromissadas com rendimento de 101,5% do CDI.

As aplicações financeiras são resgatáveis a qualquer momento, sem perda do rendimento auferido, de acordo com a necessidade de caixa da Companhia e são efetuadas com bancos de primeira linha.

5 Títulos e valores mobiliários

Essas aplicações estão aportadas como garantia de fiel cumprimento em benefício da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) como parte das obrigações assumidas no leilão A-5 2013.

Tais aplicações, bem como os rendimentos provenientes das mesmas, deverão ser mantidas em conta vinculada até o resultado do processo de revogação da outorga junto à ANEEL.

Referem-se a Letras Financeiras do Tesouro Nacional, com as seguintes características:

Título: LFT 210100

Emissor: Secretaria do Tesouro Nacional MF

Emissão: 18/07/2014

6 Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 existiam as seguintes operações com sociedades ligadas e outras partes relacionadas:

	Ativo		Passivo	
	Certificado de Produção Rural		Mútuo com controladores	
	2015	2014	2015	2014
SGE - Sociedade Gestora de Energia SA.	-	-	28	28
AEP Agrícola S.A.	8.067	5.440	-	-
AgroEnergia Piauí S.A.	-	-	38	38
	<u>8.067</u>	<u>5.440</u>	<u>66</u>	<u>66</u>

O Conselho de Administração, em 22 de agosto de 2014, considerou interessante a oportunidade de investir o caixa excedente aquele necessário a manutenção de suas operações em um ativo emitido por empresa coligada, com lastro em ativo real (soja) e garantias reais (terra).

Essa operação venceu em maio de 2015 e a Companhia está em fase de renovação da operação.

Não existem transações com partes relacionadas na pessoa física dos sócios.

7 Fornecedores

Referem-se, principalmente, a serviços prestados e despesas relacionadas às atividades de pesquisa e desenvolvimento relacionadas ao projeto Canto do Buriti, estando assim composta:

	2015	2014
Fornecedores no país	<u>45</u>	<u>107</u>
	<u>45</u>	<u>107</u>

8 Debêntures a pagar

	2015	2014
Debêntures	-	28.749
Juros sobre debêntures	-	911
	<u>-</u>	<u>29.660</u>

Em AGE realizada em 30/06/2014 foi deliberada aprovação da 1ª emissão de debêntures particular conversíveis da Companhia, com as seguintes características:

Emissor: Canto do Buriti Bioeletricidade S.A.

Valor da emissão: R\$28.748.612,00

Valor nominal unitário: R\$1,00

Quantidade: 28.748.612

Data da emissão: 29/07/14

Prazo e data de vencimento: 29/07/15, devendo, à escolha da debenturista, ser alternativamente (i) conversíveis em ações; ou (ii) integralmente amortizadas

Espécie: quirografia

Remuneração: 100% da variação do CDI.

Ao longo de 2015 a Companhia quitou todos os compromissos referentes ao contrato das debêntures. O valor de R\$14.011 mil (principal+juros) foi amortizado e o valor de R\$15.865 convertido em ações.

9 Provisão para contingência

A Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração (SCG), superintendência responsável por conduzir o processo de revogação da outorga da UTE Canto do Buriti, recomenda a execução integral da Garantia de Fiel Cumprimento, e seguindo a orientação do advogado da Companhia, escritório Baggio, Costa Filho, a Diretoria da Companhia determinou a constituição de provisão para perdas no valor equivalente à Garantia de Fiel Cumprimento, ou seja, R\$ 23.470 mil

	2015	2014
Provisão para Contingências	23.470	-
Total	<u>23.470</u>	<u>-</u>

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$50.000mil, dividido em 50.000 mil ações, no valor nominal de R\$1,00 cada uma, estando assim distribuído:

	2015	2014
	Número de ações	Número de ações
AgroEnergia Piauí S.A.	800	800
Triscorp Ativos Florestais Fundo de Investimentos	49.200	49.200
	<u>50.000</u>	<u>50.000</u>

Cada ação ordinária concede o direito a um voto nas deliberações da assembleia geral.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 23 de outubro de 2013 foi deliberado aumento de capital no valor de R\$ 47.600 mil (quarenta e sete milhões, seiscentos mil reais), mediante a emissão de 47.600 mil novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de mesma classe das ações existentes, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real), observado que: (i) a acionista STEAG GmbH subscreveu 31.735 mil novas ações correspondentes a 2/3 do aumento do capital aprovado, tendo a acionista Agro Energia Piauí S.A. renunciado ao direito que lhe é conferido pelo artigo 171 da Lei 6.404/76; (ii) a Agro Energia Piauí S.A. subscreveu 15.865 mil novas ações, correspondentes a 1/3 do aumento do capital apurado posteriormente cedeu este compromisso para o Fundo Triscorp Ativos Florestais; (iii) a SGE - Sociedade Gestora de Energia S.A. manifestou sua renúncia expressa ao direito que lhe é conferido pelo artigo 171 da Lei 6.404/76.

No mês de julho de 2014, foi realizada a integralização de capital pela acionista Steag GmbH no valor de R\$30.542 mil que posteriormente transferiu suas ações para a Triscorp Ativos Florestais Fundo de Investimentos conforme 1º Aditivo do instrumento de transações e outras avenças.

No mês de janeiro de 2015 foi realizada a integralização de capital pelo acionista Triscorp Ativos Florestais no valor de R\$15.865 convertido em ações, referente ao contrato das debêntures.



11 Imposto de renda e contribuição social

Resultado de imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas nominais e efetivas para os exercícios de 2015 e 2014 são apresentados a seguir:

	2014	2013
	34%	34%
Prejuízo antes dos impostos	(21.213)	(1.602)
Adições e exclusões ao cálculo do imposto de renda e da contribuição social		
(+) Despesas não dedutíveis	23.776	-
(-) Outras deduções	(769)	-
Lucro Real e base de cálculo de IR e CSLL	<u>1.794</u>	-
Imposto de renda à alíquota de 15%	269	-
Imposto de renda à alíquota adicional de 10%	156	-
Contribuição social à alíquota de 9%	161	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	586	-
Alíquota efetiva sobre o resultado antes dos impostos	0%	0%

12 Despesas gerais e administrativas

Em 30 de maio de 2013, a Companhia assinou um contrato com a Agro Energia do Piauí S.A. ("AEP"), parte coligada, no valor de R\$8.921 mil anuais, referentes ao arrendamento rural das terras da AEP no cluster de Canto do Buriti. Este contrato foi encerrado e um termo de compromisso foi assinado em janeiro de 2015 contemplando os seguintes compromissos: (i) garantir o pagamento das despesas necessárias à realização das operações previstas no programa P&D; e (ii) garantir os investimentos necessários para viabilizar o programa.

	2015	2014
Despesas com P&D	(581)	-
Serviços de terceiros (a)	(405)	-
Despesas com Viagem	(54)	-
Insumos e fretes (b)	(122)	-
Despesas com Fazenda	(833)	-
Serviços de terceiros (c)	(420)	-
Salários e encargos sociais (d)	(84)	-
Despesas c/ veículos e maquinários	(91)	-
Energia, Internet e Telefone	(41)	-
Material de uso e consumo e gastos c/ infraestrutura	(43)	-
Licenças e Taxas	(68)	-
Outros gastos	(86)	-
Despesas Gerais e Administrativas	(1.226)	-
Salários e encargos sociais	(108)	(203)
Serviços de terceiros (e)	(719)	(2.349)
Impostos, Taxas e Contribuições (f)	(169)	-
Viagens e estadias	(73)	(120)
Outros gastos	(157)	(47)
	<u>(2.640)</u>	<u>(2.719)</u>

- (a) Refere-se aos gastos com consultorias florestais e contratação de serviços para realização do plantio de 35 hectares em 2015.
- (b) Insumos utilizados no plantio de 35 hectares.
- (c) Funcionários da AEP que foram alocados para o programa.
- (d) Contratação do Gerente Florestal para supervisionar os experimentos.
- (e) Refere-se a serviços contábeis, auditoria, advogados, engenharia e assessoria financeira.
- (f) Em setembro de 2015 a Companhia não tinha mais créditos referentes a prejuízos de exercícios anteriores. Como a Companhia passou a ter lucro devido aos rendimentos das aplicações financeiras, a partir de outubro de 2015 passou a pagar PIS/COFINS/IR e CS.

13 Resultado financeiro, líquido

	2015	2014
Receitas financeiras		
Desconto obtido	-	36
Receita de aplicações financeiras	<u>5.433</u>	<u>2.271</u>
	5.433	2.307
Despesas financeiras		
Juros passivos	(230)	(911)
Outras despesas financeiras	<u>(320)</u>	<u>(279)</u>
	(550)	(1.190)
	<u>4.883</u>	<u>1.117</u>

14 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

	2015		2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	9.429	9.429	27.265	27.265
Títulos e valores mobiliários	30.164	30.164	26.633	26.633
Certificado de Produção Rural - CPR	8.067	8.067	5.440	5.440
	<u>47.660</u>	<u>47.660</u>	<u>59.338</u>	<u>59.338</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores	45	45	107	107
Debentures a pagar	-	-	29.660	29.660
	<u>45</u>	<u>45</u>	<u>29.767</u>	<u>29.767</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

a. Considerações gerais

A Companhia não possui contratos a termo, opções, swaps com opção de arrendamento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos". A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósito de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação a suas obrigações, seja para a sua posição de disponibilidades.

b. Risco de liquidez

A parcela dos recursos da Companhia aplicada em CPR está exposta a baixa ou inexistente demanda e negociabilidade destes títulos. Nestas condições, a Companhia poderá enfrentar dificuldades em liquidar ou negociar estes títulos no preço e prazo pactuados e, conseqüentemente, estará sujeita a perdas financeiras. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia estima que não haverá perdas quando do resgate dos Certificados de Produção Rural- CPRs.

c. Risco de crédito

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

A parcela dos recursos da Companhia aplicada em CPR está sujeita ao risco de crédito da emissora destes títulos, isto é, existe a possibilidade de atraso e/ou não recebimento do valor aplicado nesses ativos. Caso ocorram esses eventos, a Companhia poderá (i) ter reduzida a sua rentabilidade, (ii) eventualmente, sofrer perdas financeiras até o limite das operações contratadas e não liquidadas e (iii) ter de provisionar a desvalorização do ativo.

d. Risco de mercado

O retorno das CPR está atrelado ao preço da saca de soja no mercado à vista, sendo que a ocorrência de flutuações de mercado, nacionais e internacionais, podem afetar o preço da soja e, conseqüentemente, causar oscilações da CPR, podendo resultar em ganhos ou perdas para a Companhia.

d.1 Risco da taxa de juros

O risco inerente da taxa de juros das aplicações financeiras surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes nas taxas de juros. A política de aplicações financeiras indexadas ao CDI mitiga parcialmente este efeito. Devido ao baixo risco associado as análises de sensibilidade não são representativas.

15 Eventos subsequentes

Status do Pedido de Revogação de Outorga junto à ANEEL

Em fevereiro de 2016 o escritório de advocacia Baggio, Costa Filho esteve no Ministério de Minas e Energia (MME) para iniciar as discussões a respeito da possibilidade de cancelamento parcial ou total do montante de energia vendido pela Companhia no Leilão A-5/2013, tendo como base o fato de que as distribuidoras encontram-se supercontratadas para o período e estão buscando uma solução coletiva junto ao Ministério. Adicionalmente, os advogados da Companhia se reuniram com a Procuradoria Geral da ANEEL, para discutir os quesitos levantados pelo Diretor da ANEEL com relação aos aspectos jurídicos que embasarão seu parecer sobre a solicitação de revogação de outorga. Na reunião foram apresentadas teses jurídicas sobre temas importantes para o processo da Companhia. A primeira se refere à impossibilidade jurídica de imposição de penalidade superior a 2% do faturamento do agente setorial. Os advogados da Companhia defenderam que, após a emissão da outorga de autorização, a penalidade do Edital (0,001% a 10% do investimento declarado) deve ser lida em conjunto com a Lei 9.427/96, que limita as penalidades a agentes setoriais a 2% do seu faturamento estimado.

Além disso, a Companhia defendeu que a execução da garantia de fiel cumprimento deve ser precedida de um processo de apuração de prejuízos, conforme o entendimento contido em alguns Pareceres da própria Procuradoria Federal da ANEEL. O Procurador-Geral ratificou esse entendimento da PGE, porém, destacou que a Diretoria da ANEEL vem decidindo de forma contrária. Nossos advogados protocolaram junto à PGE Memorial com o resumo das nossas teses no dia 19 de janeiro de 2016.

Em março de 2016 a Procuradoria Federal da ANEEL emitiu parecer, a qual opinou pelo seguinte: (i) possibilidade (em tese) da cumulação de penalidades; (ii) necessidade de abertura de dois processos distintos (execução de garantia e aplicação de penalidades); e (iii) necessidade de demonstração de prejuízos no caso de execução da garantia de fiel cumprimento. O escritório Baggio, Costa Filho entende que o parecer não trouxe novidades relevantes para o caso, mas estão avaliando o que poderia ser utilizado a favor da Companhia. O Conselho de Administração da Companhia propôs uma conversa com o referido escritório para avaliar se o pagamento do Bid Bond, no valor de R\$ 4.694 mil, para fins de cumprimento do valor da multa, atenderia à ANEEL e encerraria o processo judicial.

Composição da Administração

Eliane Aleixo Lustosa
Diretora Administrativa

Jefferson Vieira
Diretor Operacional

Responsável técnico

Erivaldo de Alencar Oliveira
Contador CRC-1SP212.295/O-7

P. P.

Agro Energia Piauí S.A

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Agro Energia Piauí S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas do
Agro Energia Piauí S.A.
Álvorada do Gurgueia - Piauí

Examinamos as demonstrações financeiras da Agro Energia Piauí S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erros.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidencia de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agro Energia Piauí S.A em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção às demonstrações financeiras, que indicam que a Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2015 uma passivo circulante que excedia o ativo circulante

em R\$ 4.570. Essa condição, juntamente com outros assuntos, indicam a incerteza significativa que pode levantar dúvidas quanto a capacidade operacional da Companhia. Permanecendo este cenário, pode ser necessário o aporte de recursos adicionais.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Agro Energia Piauí S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10	55	Fornecedores	9	76	73
Contas a receber - Partes relacionadas	11	38	38	Contas a pagar - Partes relacionadas	11	1.370	1.395
Impostos a recuperar	5	105	127	Obrigações sociais		19	62
Adiantamento a fornecedores		27	274	Empréstimos e Financiamentos	8	3.295	-
Outros		13	7	Impostos a recolher		3	6
		<u>193</u>	<u>501</u>	Outras contas a pagar	10	-	45
						<u>4.763</u>	<u>1.581</u>
Não circulante				Não circulante			
Investimentos	6	384	691	Empréstimos e Financiamentos	8	4.073	6.818
Imobilizado	7	<u>86.686</u>	<u>86.709</u>	Impostos Diferidos	10	24.491	24.491
		<u>87.070</u>	<u>87.400</u>	Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	<u>713</u>	<u>713</u>
						<u>29.277</u>	<u>32.022</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	13	14.600	14.600
				Ajuste de avaliação patrimonial		47.542	47.542
				Outros resultados abrangentes		86	86
				Prejuízos acumulados		<u>(9.005)</u>	<u>(7.930)</u>
						<u>53.223</u>	<u>54.298</u>
Total do ativo		<u><u>87.263</u></u>	<u><u>87.901</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>87.263</u></u>	<u><u>87.901</u></u>

Agro Energia Piauí S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Receita líquida de vendas		-	6
Lucro bruto		-	6
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(253)	(1.070)
Despesas com fazenda	15	(426)	-
Tributárias		-	(43)
Depreciação		(23)	(25)
Equivalência Patrimonial	6	(307)	(26)
Outras receitas (despesas), líquidas	16	457	277
		<u>(552)</u>	<u>(887)</u>
Resultado financeiro líquido	17		
Despesas Financeiras	17	(553)	(553)
Receitas Financeiras	17	30	22
		<u>(1.075)</u>	<u>(531)</u>
Prejuízo dos exercícios		<u>(1.075)</u>	<u>(1.412)</u>
Quantidade de ações		14.600	14.600
Prejuízo por ação		(0,0732)	(0,0967)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Energia Piauí S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	34.294	75.404	86	(16.054)	93.730
Transferência por Cisão	(19.694)	(27.862)	-	9.536	(38.020)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.412)	(1.412)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	14.600	47.542	86	(7.930)	54.298
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.075)	(1.075)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>14.600</u>	<u>47.542</u>	<u>86</u>	<u>(9.005)</u>	<u>53.223</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Energia Piauí S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Prejuízo do exercício	(1.075)	(1.412)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>(1.075)</u>	<u>(1.412)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Agro Energia Piauí S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Prejuízo antes dos impostos	(1.075)	(1.412)
Valor residual de venda de ativo	-	38
Depreciações e amortizações	23	25
Equivalência patrimonial	307	26
Baixa de créditos não recuperáveis	-	(111)
Recuperação INSS	-	(159)
Juros não pagos e variações cambiais não realizadas	550	543
Prejuízo ajustado	(195)	(1.050)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Adiantamentos a fornecedores	247	(92)
Impostos a recuperar	22	-
Outros ativos	(6)	6
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	3	38
Contas a pagar - partes relacionadas	(25)	(1.745)
Obrigações sociais	(43)	-
Impostos a recolher	(3)	-
Outras contas a pagar	(45)	-
Caixa usado nas atividades operacionais	(45)	(2.843)
Atividades de investimento		
Investimentos	-	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	-	-
Atividades de financiamento		
Empréstimos com partes relacionadas	-	(420)
Caixa gerado(usado) nas atividades de financiamento	-	(420)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(45)	(3.263)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	55	3.318
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10	55
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(45)	(3.263)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Agro Energia Piauí S.A (“Companhia”), é uma companhia focada no desenvolvimento de atividades de reflorestamento, com sua sede social na Fazenda Novo Horizonte, Rodovia Transcerrado, na cidade de Alvorada do Gurgueia, estado do Piauí.

A Companhia tem prazo indeterminado de duração e teve 99,99% de suas ações adquiridas pelo Fundo de Investimento em Participações Triscorp Ativos Florestais que é seu acionista controlador.

Em 4 de julho de 2012, a Companhia e outros investidores constituíram uma sociedade de propósito específico Canto do Buriti Bioeletricidade S.A (“Canto do Buriti”), que tem como objetivo a implantação e exploração de usina termoeletrica a base de biomassa de eucalipto (“UTE”). A Canto do Buriti é atualmente companhia coligada, a Companhia possui participação de 1,6% na Canto do Buriti.

Em 2013, a Companhia assinou um contrato com a Canto do Buriti no valor de R\$8.921 mil referente ao arrendamento de suas terras para viabilizar o projeto de energia, no qual a UTE plantaria nas terras da Companhia e utilizaria cavaco/ resíduo de madeira como combustível.

Como a Canto do Buriti não deu continuidade ao projeto, este contrato foi encerrado e um termo de compromisso foi assinado em janeiro de 2015 contemplando os seguintes compromissos da Canto do Buriti com a Companhia: (i) garantir o pagamento das despesas necessárias à realização das operações previstas no programa P&D; e (ii) garantir os investimentos necessários para viabilizar o programa.

Com base no referido termo de compromisso, atualmente, parte das terras da Companhia estão sendo utilizadas no programa de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal de clones de eucalipto e espécies nativas destinados à silvicultura e à produção de biomassa, com objetivo de identificar as variedades que mais se adaptam às regiões, além da definição das melhores técnicas de nutrição e manutenção de florestas a fim de obter os melhores resultados nas fazendas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 1.075 mil e naquela data, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 4.570 mil. Adicionalmente a Companhia está avaliando possibilidades para converter o cenário atual, avaliando alternativas para geração de caixa, que poderão vir através de captação de recursos para viabilizar projeto de irrigação, arrendamento das áreas para potenciais investidores que buscam viabilizar projetos de energia a base de biomassa ou venda de parte das áreas.

2 Base de preparação para as demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. Estas demonstrações financeiras e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram preparadas com práticas contábeis consistentes.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 21 de junho de 2016.

a. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

h Julgamento, estimativas e premissas contábeis

O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

3 Principais políticas contábeis

a Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa que incluem depósitos bancários, com risco insignificante de mudança de valor.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento.

c Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido do custo atribuído, deduzido da depreciação e eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*)

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, conforme descrito na Nota 6. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Avaliação do valor de recuperação do imobilizado -Impairment

A Companhia avalia periodicamente os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados - antes dos impostos - gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

d Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

e Provisão por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda ao valor recuperável.

f Provisões

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é registrada no resultado, líquida de qualquer reembolso.

A provisão para contingências é constituída para as discussões judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a Administração da Companhia não identificou processos judiciais para reconhecimento de provisões para contingências ou divulgações nas notas explicativas

g Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de maneira confiável.



A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzidas de qualquer desconto comercial, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas.

h. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - corrente

A tributação sobre o lucro real compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

i. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

j. Resultado por ação

O resultado por ação é computado pela razão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações no exercício.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 Financeira

Instrumentos: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa e bancos	4	5
Aplicações financeiras	6	50
Total	10	55

O caixa e equivalentes de caixa são utilizados, substancialmente, para o pagamento de despesas de curto prazo da Companhia.

5 Impostos a recuperar

	2015	2014
INSS a recuperar	105	127
Total	105	127

Referem-se aos créditos de INSS gerados por pagamentos realizados pela Companhia a maior em exercícios anteriores. A alíquota não era calculada em cima do percentual de uma empresa rural, gerando assim o crédito.

6 Investimentos

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia detinha 1,6% do capital social da companhia Canto do Buriti Bioeletricidade S.A. O saldo atual desta conta é de 384 em virtude dos resultados negativos e cuja contabilização se dá pelo método de equivalência patrimonial.

Investida	% de participação	Ativo total	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) líquido
Total	1,60%	59.859	34.010	29.980	(1.602)

Investida	Saldo em 31/12/2013	Outros resultados abrangentes	Resultado de Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2014
Total	717	-	(26)	691

Investida	% de participação	Ativo total	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) líquido
Total	1,60%	47.735	49.876	24.047	(21.799)

Investida	Saldo em 31/12/2014	Outros resultados abrangentes	Resultado de Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2015
Total	691	-	(307)	384

7 Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando a vida útil econômica estimada dos bens, como segue:

	Taxa de Depreciação %	2015	2014
Terrenos (1)		86.343	86.343
Florestas		7.128	7.128
Ajuste valor justo		(6.806)	(6.806)
Outros Ativos imobilizados	10 e 20	130	130
(-) Depreciação acumulada		(109)	(86)
		86.686	86.709

(1) Esses terrenos foram adquiridos de acionistas e a Companhia optou, em 2010, pela adoção do custo atribuído (demedcost), por entender que existem diferenças significativas entre os valores contábeis dos bens registrados nas demonstrações financeiras e os seus respectivos valores justos, de acordo com o ICPC10. Foi contratada a empresa Amaral D'Ávila Engenharia de Avaliações Ltda- EPP para efetuar a avaliação dos terrenos, a qual gerou valor bruto de R\$114.248 no Ativo Imobilizado. Após a cisão os ativos remanescentes da AEP S.A. foi de R\$ 72.033.

Movimentação do Imobilizado

Custo

Imobilizado	31/12/2014	Adições	Baixas	31/12/2015
Fazendas	86.343	-	-	86.343
Móveis e Utensílios	12	-	-	12
Máquinas e Equip p/plantio	64	-	-	64
Veículos	38	-	-	38
Outras Imobilizações	16	-	-	16
Floresta	7.128	-	-	7.128
Ajuste a valor justo	(6.806)	-	-	(6.806)
Total	86.795	-	-	86.795

Depreciação acumulada

Imobilizado	31/12/2014	Adições	Baixas	31/12/2015
Móveis e Utensílios	(5)	(1)	-	(6)
Máquinas e Equip p/plantio	(48)	(12)	-	(60)
Veículos	(26)	(7)	-	(33)
Outras Imobilizações	(7)	(3)	-	(10)
Total depreciação	(86)	(23)	-	(109)
Total	86.709	(23)	-	86.686

Nota: Outras Imobilizações engloba: instalações, alojamento, almoxarifado e oficina.

Custo

Imobilizado	31/12/2013	Adições	Baixas	Reclassificação	Cisão	31/12/2014
Fazendas	114.248	-	-	14.310	(42.215)	86.343
Benfeitorias	29.683	-	-	(12.855)	(16.828)	-
Máquinas Equip p/plantio	596	17	-	(34)	(579)	-
Máquinas	106	-	-	6	(48)	64
Preparo de Solo	1.457	-	-	(1.184)	(273)	-
Veículos	355	-	(138)	(179)	-	38
Outras Imobilizações	89	20	(13)	(68)	(12)	16
Móveis e Utensílios	-	-	-	12	-	12
Floresta	12.562	-	-	(5.434)	7.128	7.128
Ajuste a valor justo	(8.854)	-	-	-	2.048	(6.806)
Total	150.242	37	(151)	8	(63.341)	86.795

Depreciação acumulada

Imobilizado	31/12/2013	Adições	Baixas	Reclassificação	Cisão	31/12/2014
Benfeitorias	(24)	-	-	-	24	-
Máquinas Equip p/plantio	(36)	(3)	-	23	16	-
Máquinas	(42)	(10)	-	(20)	24	(48)
Preparo de Solo	(136)	-	-	-	136	-
Veículos	(60)	(9)	26	(11)	28	(26)
Outras Imobilizações	(9)	(3)	-	5	-	(7)
Móveis e Utensílios	-	-	-	(5)	-	(5)
Total depreciação	(307)	(25)	26	(8)	228	(86)
Total	149.935	12	(125)	-	(63.113)	86.709

8 Empréstimos e Financiamentos

As fontes de recursos são constituídas, basicamente, por captações efetuadas através de empréstimos bancários com banco de desenvolvimento regional e partes relacionadas.

Instituição Financeira	Taxa de juros anual - %		2015	2014
	2015	2014		
Banco Nordeste do Brasil	8,50%		7.368	6.818
Total			7.368	6.818
Circulante			3.295	-
Não circulante			4.073	6.818

Os empréstimos com o Banco do Nordeste do Brasil estão garantidos pela Companhia com a Fazenda Canto do Buriti.

Os financiamentos de longo prazo possuem o seguinte cronograma de pagamentos:

	2015	2019	2014	Amortização (-)	Juros incorridos	Varição cambial	2015
Banco Nordeste do Brasil	6.818	-	550	-	550	-	7.368
Total	6.818	-	550	-	550	-	7.368

9 Fornecedores

Referem-se, principalmente, a serviços prestados relacionadas a Agro Energia Piauí S.A, estando assim composto:

	2015	2014
Fornecedores no país	76	73
	<u>76</u>	<u>73</u>

10 Imposto diferido

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

Representam tributos diferidos calculados sobre o ajuste a valor justo dos terrenos avaliados pela adoção do Custo atribuído (*deemedcost*), de acordo com o ICPC10 e CPC 32.

	2015	2014
Custo Atribuído	114.248	114.248
Cisão	(42.215)	(42.215)
Custo Atribuído Remanescente	72.033	72.033
Aliquota de IR e CS	34%	34%
IR e CS Diferido	24.491	24.491
Ajuste de avaliação patrimonial	47.542	47.542

11 Transações entre partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 existiam as seguintes operações com sociedades ligadas e outras partes relacionadas:

	Ativo		Passivo	
	2015	2014	2015	2014
Contas a receber - Canto do Buriti Bioeletricidade	38	38	-	-
Contas a pagar - Credores por venda de imóveis	-	-	713	713
Contas a pagar - AEP - Agrícola (a)	-	-	1.370	1.395
	<u>38</u>	<u>38</u>	<u>2.083</u>	<u>2.108</u>

(a) Ao longo de 2014 e 2015 a AEP S.A. recebeu e realizou pagamentos por conta e ordem da Companhia, que após encontro de contas gerou um saldo a receber no valor de R\$1.370 mil.

a. Remuneração do pessoal - chave da administração

Conforme previsto no CPC 5.17, segue a descrição da remuneração dos administradores no exercício de 2015:

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2015	2014
Benefícios de Curto Prazo	23	52
	<u>23</u>	<u>52</u>

12 Contingências

A Companhia não possui provisão para contingências registrada em 31 de dezembro de 2015, visto não apresentar nenhum processo seja de natureza tributária, cível ou trabalhista cuja possibilidade de perda tenha sido considerada pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos, como provável. Adicionalmente não foram identificados processos, cuja expectativa de perda foi considerada como possível pela Administração da Companhia e pelos seus consultores jurídicos externos.

13 Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social subscrito e integralizado, é composto por 14.600.346 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de titularidade da Triscorp Ativos Florestais - Fundo de Investimento em Participações e 1 ação ordinária, nominativas, sem valor nominal, de titularidade de Ronaldo Giestas Tristão.

	2015	2014
Número de ações	14.600	14.510
Triscorp Ativos Florestais	-	90
Ronaldo Giestas Tristão	-	-
	<u>14.600</u>	<u>14.600</u>

A Gestora Triscorp detém direito de aquisição de até 20% de ações do capital social da Agro Energia Piauí S.A., via bônus de subscrição, o valor unitário de cada nova ação será de R\$ 7,44, devidamente atualizado pelo índice IPCA + 6% apurado *pro rata die* até o momento da efetiva conversão do bônus de subscrição em ações da Agro Energia Piauí S.A. Essa opção não foi exercida até 31 de dezembro de 2015.

b. Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são realizados ao resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que eles se referem.

c. Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até no limite de 20% do capital social.

Diário Oficial

44



Teresina(PI) - Quarta-feira, 24 de agosto de 2016 • Nº 159

d. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição obrigatória de 25% do lucro líquido do exercício.

e. Cálculo prejuízo por ação

De acordo com o CPC 41, o cálculo de prejuízo por ação foi realizado pela seguinte divisão:

	2015	2014
Resultado básico por ação		
Prejuízo líquido do exercício	(1.075)	(1.412)
Média ponderada de ações	14.600	14.600
Prejuízo básico por ação - em Reais	(0,0732)	(0,0967)

14 Despesas gerais e administrativas

	2015	2014
Salários e encargos sociais	(23)	(184)
Serviços de terceiros	(179)	(542)
Legais	(23)	(33)
Viagens e estadias	(7)	(123)
Outras despesas gerais e administrativas	(21)	(188)
	<u>(253)</u>	<u>(1.070)</u>

15 Despesas com fazenda

	2015	2014
Salários e encargos sociais	(205)	-
Insumos	(100)	-
Despesas Fundiárias	(83)	-
Outras despesas	(38)	-
	<u>(426)</u>	<u>-</u>

16 Outras receitas (despesas), líquidas

	2015	2014
Recuperação das Despesas (a)	457	284
Outros	-	(7)
	<u>457</u>	<u>277</u>

(a) Nota: Estas despesas referem-se a estrutura operacional que a Agro Energia disponibilizou para o desenvolvimento dos plantios experimentais de eucalipto e que de acordo com o termo de compromisso, a Canto do Buriti garante reembolsar estas despesas. Sendo assim, algumas despesas não foram pagas diretamente pela Canto do Buriti, e acabavam sendo reembolsadas posteriormente. O saldo positivo refere-se ao reembolso de exercícios passados que não envolve o projeto de P&D.

17 Resultado financeiro, líquido

	2015	2014
Receitas financeiras		
Juros de aplicações financeiras	<u>30</u>	<u>22</u>
	<u>30</u>	<u>22</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos	(1)	(5)
Tarifas bancárias	(3)	(5)
Outras despesas financeiras (a)	(549)	(543)
	<u>(553)</u>	<u>(553)</u>
	<u>(523)</u>	<u>(531)</u>

(a) Refere-se aos juros incorridos nos empréstimos junto ao BNB.

18 Instrumentos financeiros

Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Ativos financeiros	2015		2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>55</u>	<u>55</u>
Contas a receber - Partes relacionadas	<u>38</u>	<u>38</u>	<u>38</u>	<u>38</u>
	<u>48</u>	<u>48</u>	<u>93</u>	<u>93</u>

Em 2015, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os principais passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	2015		2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Contas a pagar - Partes relacionadas (nota 10)	2.083	2.083	2.108	2.108
Financiamentos	7.368	7.368	6.818	6.818
Fornecedores	76	76	73	73
Contas a pagar	-	-	113	113
	<u>9.527</u>	<u>9.527</u>	<u>9.112</u>	<u>9.112</u>

Os empréstimos e financiamentos não têm negociação ativa e as taxas de juros são pós-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado, dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

a. Considerações gerais

A Companhia não possui contratos a termo, opções, swaps com opção de arrendamento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos". A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósito de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para a sua posição de disponibilidades.

b. Risco de crédito

A Companhia não possui exposição a risco de crédito, tendo em vista que não possui contas a receber.

c. Exposição do Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. De acordo com o cenário atual da Companhia, a mesma está avaliando possibilidades para buscar liquidez para quitação de suas obrigações, tais como (i) captação de recursos; (ii) desenvolvimento de novos projetos na área como plantio irrigado; (iii) arrendamento de suas áreas para potenciais investidores interessados em viabilizar projetos de energia a base de biomassa; e (iv) venda de parte de suas áreas.

d. Risco de Mercado

Exposição do Risco da taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de que a companhia virá incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais faturados ou aumentam valores capitados no mercado. A Companhia não está exposta a riscos cambiais.

Exposição do Risco da taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função dos empréstimos. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes nas taxas de juros. A política de aplicações financeiras indexadas do CDI mitiga parcialmente este efeito. Devido ao baixo risco associado, as análises de sensibilidade não são representativas.

19 Eventos subsequentes

Em 23 de março de 2016, a Companhia iniciou o processo de renegociação da dívida com o BNB referente a operação nº 56.2008.5348.2400/A900013301/001. O termo de assunção de dívidas enviado ao banco considera as seguintes condições: (i) amortização de 25% do saldo em atraso, no valor aproximado de R\$455 mil; (ii) carência de um ano para pagamento do saldo devedor; (iii) pagamento em três prestações anuais e sucessivas; e (iv) mesmas garantias, admitindo-se a possibilidade de reforço caso se verifique insuficiência de garantias.

Composição da Administração

Ronaldo Giestas Tristão
Diretor Presidente

Gabriela de Andrade Laba
Diretora Financeira

Responsável Técnico
Erivaldo de Alencar Oliveira
Contador CRC-1SP212.295/O-7

P. P. 21017

AEP Agrícola S.A

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015

*AEP Agrícola S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015*

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas do
AEP Agrícola S.A.
Alvorada do Gurgueia - Piauí

Examinamos as demonstrações financeiras da AEP Agrícola S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erros.

AEP Agrícola S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014		Nota	2015	2014
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	165	143	Fornecedores		2	-
Contas a receber		202	-	Obrigações sociais		2	1
Adiantamento a fornecedores		-	1.779	Impostos a Recolher		2	-
Estoques	7	1.594	-	Outras contas a pagar		-	28
Impostos a recuperar		106	-	Empréstimos - partes relacionadas	5	11.826	10.968
Ativo biológico	8	-	2.602	CPRs - Partes relacionadas	5	13.415	9.542
Outros ativos		32	-			25.247	20.539
		2.099	4.524	Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	14.353	14.353
Contas a receber - partes relacionadas	5	1.371	1.395	Provisão para perdas em investimentos	6	2.271	925
Imobilizado	9	60.898	60.857			16.624	15.278
		62.269	62.252	Patrimônio líquido	12		
Total do ativo		64.368	66.776	Capital social		21.485	15.985
				Ajuste de Avaliação Patrimonial		27.862	27.862
				Prejuízo acumulados		(26.850)	(12.888)
						22.497	30.959
				Total do passivo e patrimônio líquido		64.368	66.776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AEP Agrícola S.A em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu em prejuízo líquido de R\$ 13.962 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e que, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 23.148 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa 1, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6



AEP Agrícola S.A.

Demonstração do resultado do exercício

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Receita		541	30
Custos dos produtos vendidos	8	(1.008)	-
Lucro (prejuízo) bruto		(467)	30
Despesas (receitas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas e Despesas com Fazenda	14	(4.251)	(1.566)
Tributárias		-	(24)
Depreciação	9	(427)	(440)
Equivalência Patrimonial	6	(1.346)	(703)
Outras receitas (despesas) líquidas	15	(2.944)	54
Ajuste ao valor ativo biológico	8	-	(2.832)
		<u>(9.435)</u>	<u>(5.481)</u>
Resultado financeiro líquido	16		
Despesas Financeiras		(4.896)	(2.146)
Receitas Financeiras		<u>369</u>	<u>564</u>
		<u>(4.527)</u>	<u>(1.582)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(13.962)</u>	<u>(7.063)</u>
Quantidade de ações		16.707	15.985
Prejuízo por ação		(0,8357)	(0,4419)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AEP Agrícola S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Prejuízo do exercício	(13.962)	(7.063)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>(13.962)</u>	<u>(7.063)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AEP Agrícola S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Capital a Integralizar	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>15.985</u>	<u>(15.985)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Incorporação por Cisão em 01/01/2014	-	15.985	27.862	(5.826)	38.021
Prejuízo do exercício				(7.062)	(7.062)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>15.985</u>	<u>-</u>	<u>27.862</u>	<u>(12.888)</u>	<u>30.959</u>
Aumento de capital social em 28/04/2015	5.500	-	-		5.500
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-		-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(13.962)	(13.962)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>21.485</u>	<u>-</u>	<u>27.862</u>	<u>(26.850)</u>	<u>22.497</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AEP Agrícola S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos	(13.962)	(7.063)
Ajuste a valor justo do ativo biológico	-	2.832
Depreciações e amortizações	427	440
Resultado de equivalência patrimonial	1.346	703
Perda na atualização do CPR	3.079	-
Perda pela não realização de ativo	1.774	-
Juros Provisionados e não pagos e variação cambial não realizada	4.525	1.579
Prejuízo ajustado	<u>(2.811)</u>	<u>(1.509)</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	(202)	-
Adiantamento de fornecedores	5	(111)
Transações com partes relacionadas	24	1.744
Estoques	(1.594)	-
Ativos biológicos	2.602	-
Impostos a recuperar	(106)	-
Outros ativos	(32)	-
Aumento (redução) nos ativos operacionais		
Fornecedores	2	(453)
Obrigações sociais	1	(38)
Impostos a Recolher	2	-
Outras contas a pagar	(28)	-
Caixa usado nas atividades operacionais	<u>(2.137)</u>	<u>(367)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Gasto de ativo biológico	-	(2.049)
Aquisição de imobilizado / intangível	(468)	(1.570)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(468)</u>	<u>(3.619)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos com partes relacionadas	2.627	5.440
Pagamento de empréstimos partes relacionadas	(5.500)	-
Aumento de capital social	5.500	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(1.311)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>2.627</u>	<u>4.129</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>22</u>	<u>143</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	143	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	165	143
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	22	143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A AEP Agrícola S/A (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de janeiro de 2014, focada no desenvolvimento de atividades agrícolas, com sua sede social na Fazenda Novo Horizonte, Rodovia Transcerrado, na cidade de Alvorada do Gurgueia, estado do Piauí.

A Companhia tem prazo indeterminado de duração e teve 99,99% de suas ações adquiridas pelo Fundo de Investimento em Participações Triscorp Ativos Florestais que é seu acionista controlador.

A Companhia detém terras no estado do Piauí desenvolvendo projetos agrícolas para o plantio de soja, milho e sorgo. Atualmente a Companhia encontra-se em fase de investimentos para abertura e preparo do solo, com objetivo de valorização da terra e viabilização dos projetos de plantio.

Os investimentos da Companhia realizados nos últimos anos resultaram em 5.168 hectares de área aberta, sendo 2.048 hectares com restrições fundiárias e 1.741 hectares de área arável, sendo 681 hectares com restrições fundiárias.

A Companhia detém 100% de uma companhia no exterior denominada AEP Overseas, sendo uma sociedade limitada e localizada na Palm Chamber, 197 Mais street, P.O. Box 3174, Road Town, Tortola, British Virgin Islands, constituída em 03 de maio de 2013 pela AEP S.A que foi incorporada em janeiro de 2014.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 13.962 mil e naquela data, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 23.148 mil. Adicionalmente a Companhia está avaliando possibilidades para converter o cenário atual, avaliando alternativas para geração de caixa buscando a manutenção das atividades da Companhia, que poderão vir através de captação de recursos, arrendamento das áreas investidas para produtor rural, ou venda de parte das áreas.

2 Base de preparação para as demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e dos ativos biológicos mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 21 de junho de 2016.

a. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa, recuperabilidade dos ativos e valor justo dos instrumentos financeiros. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas



demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

3 Resumo das principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor apresentado em 31 de dezembro de 2015 é oriundo da transferência do ativo biológico ao seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data de corte.

c. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa que incluem depósitos bancários, com risco insignificante de mudança de valor e contas a receber.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento.

d. Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem basicamente ao cultivo e plantio de soja e milho, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento em que atingem o ponto de colheita. Os ganhos ou perdas na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condição de venda, taxa de desconto, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos.

e. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido do custo atribuído, deduzido da depreciação e eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*)

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, conforme descrito na Nota 9. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Avaliação do valor de recuperação do imobilizado - Impairment

A Companhia avalia periodicamente os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados - antes dos impostos - gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

f. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g. Provisão por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda ao valor recuperável.

h. Provisões

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é registrada no resultado, líquida de qualquer reembolso.

A provisão para contingências é constituída para as discussões judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a Administração da Companhia

não identificou processos judiciais para reconhecimento de provisões para contingências ou divulgações nas notas explicativas.

i. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de maneira confiável.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzidas de qualquer desconto comercial, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas.

j. Imposto de renda e contribuição social

Atribuição sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

k. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

l. Resultado por ação

O resultado por ação é computado pela razão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações no exercício.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 Financial

Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e

Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de

instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

Agricultura: Plantas Produtivas (alterações a CPC 27 / IAS 16 e CPC 29 / IAS 41)

Estas alterações exigem que plantas produtivas, definidas como uma planta viva, deve ser contabilizada como imobilizado e incluída no escopo do CPC 27 / IAS 16 Imobilizado, e não mais no escopo do CPC 29 / IAS 41 Agricultura. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa		(4)
Aplicações financeiras	165	139
Total	165	143

O caixa e equivalentes de caixa são utilizados, substancialmente, para o pagamento de despesas de curto prazo da Companhia.

A Companhia possui aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários- CDB com rendimento de 98% do CDI com liquidez diária e efetuadas com bancos de primeira linha.

As aplicações financeiras são resgatáveis a qualquer momento, sem perda do rendimento auferido, de acordo com a necessidade de caixa da Companhia.

5 Transações e Empréstimos entre partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 existiam as seguintes operações com sociedades ligadas e outras partes relacionadas:

	Ativo		Passivo			
	Contas a receber		Empréstimos		CPR	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Partes Relacionadas (a)	1.371	1.395	-	-	-	-
CPR - Ronaldo Giestas Tristão (b)	-	-	-	-	2.650	2.102
CPR - Eliane Aleixo (b)	-	-	-	-	2.698	2.000
AEP Overseas (c)	-	-	11.826	10.968	-	-
CPR - Canto Burity Bioeletricidade (d)	-	-	-	-	8.067	5.440
	1.371	1.395	11.826	10.968	13.415	9.542

	Receitas		Despesas	
	2015	2014	2015	2014
Partes Relacionadas (nota 15)	-	-	-	-
CPR - Ronaldo Giestas Tristão (nota 15)	-	-	(1.615)	-
CPR - Eliane Aleixo (nota 15)	-	-	(1.464)	-
AEP Overseas (c)	-	-	(4.525)	-
CPR - Canto Burity Bioeletricidade	-	-	-	-
	-	-	(7.604)	-

- (a) Ao longo de 2014 e 2015 a AEP S.A. recebeu e realizou pagamentos por conta e ordem da Companhia, que após encontro de contas gerou um saldo a receber no valor de R\$1.371 mil.
- (b) Em maio de 2015 ocorreu a recompra de crédito de produto rural no montante de R\$5.348 mil. Tais valores foram contratados em dólar no total de USD1.750, sendo o valor de USD 883 mil da Eliane Aleixo e USD 867 mil do Ronaldo Tristão. Com a recompra das CPR a Companhia teve uma perda de R\$3.079.
- (c) Contrato de empréstimo celebrado com a AEP Overseas INC, sendo a dívida inicial de USD 3.975 mil, com incidência de juros de 3% ao ano. O objetivo do financiamento é levantar recursos para viabilização do projeto agrícola da Companhia. Em maio de 2015 teve quitação parcial de USD 1.200 mil equivalente a R\$3.667 mil. Mesmo com a quitação parcial, o saldo em aberto em reais(USD3.029 mil equivalente a R\$11.826 mil) ficou a maior em 2015 devido a valorização cambial ao longo do ano.

O contrato junto à AEP Overseas em 31 de dezembro de 2015 já estava vencido. A Companhia já entrou em contato com o credor e ambos estão renegociando a dívida para postergação do contrato para maio de 2017 sem multa ou qualquer alteração das variáveis descritas no contrato antigo.

Passivo circulante	Moeda	Taxa de Juros	Ano de vencimento	2015	2014
AEP Overseas	USD	3% a.a.	2015	11.826	10.968
				11.826	10.968

	2014	Amortização (-)	Juros incorridos	Varição cambial	2015
AEP Overseas	10.968	(3.667)	337	4.188	11.826
	10.968	(3.667)	337	4.188	11.826

- (a) O passivo no montante de R\$8.067 mil com a CBB decorre da emissão de crédito de produto rural no total de R\$9 milhões que também tinham por objetivo levantar recursos para a produção de soja e milho, a qual seriam entregues em mercadoria quando tivesse a colheita. Essa operação venceu em maio de 2015 e a Companhia está em fase de renovação da operação já que a entrega do produto não foi realizada.



a. Remuneração do pessoal - chave da administração

Conforme previsto no CPC 5.17, segue a descrição da remuneração dos administradores no exercício de 2015:

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2015	2014
Honorários e encargos da diretoria	20	17
	<u>20</u>	<u>17</u>

6 Provisão para perdas em investimentos

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia detinha 100% do capital social da AEP Overseas(entidade controlada), sendo seu ativo formado pelo crédito detalhado na nota 5, decorrente de empréstimo realizado pela Companhia, o qual na data base de 31 de dezembro de 2015 está avaliado em USD 3.029 mil, e seu passivo composto pelo empréstimo celebrado com Charles I.M. Graham, Lars Jonas Andreasson, Christmas Common Iom Ltda, e Dymic Internation Inc. no montante de USD 3.614 mil na data base de 31 de dezembro de 2015 com taxa de juros de 9% ao ano.

O saldo atual desta conta é apresentado como uma provisão para perda em investimentos no valor de R\$2.271 em virtude dos resultados negativos na controlada e cuja contabilização se dá pelo método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2015:

Investida	% de participação	Ativo total	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) líquido
Total	100%	12.060	4	(2.267)	(1.346)

Investida	Saldo em 31/12/2014	Distribuição de Lucros	Resultado de Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2015
Total	(925)	-	(1.346)	(2.271)

Em 31 de dezembro de 2014:

Investida	% de participação	Ativo total	Capital Social	Patrimônio Líquido	Total das receitas	Lucro (Prejuízo) líquido
Total	100%	11.004	3	(925)	81	(703)

Investida	Saldo em 31/12/2013	Distribuição de Lucros	Resultado de Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2014
Total	-	-	(703)	(703)

7 Estoques

A Companhia possui um saldo de R\$ 1.594 decorrente das atividades de plantação do milho safra 2014/2015.

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2015	2014
Estoques	1.594	-
	<u>1.594</u>	<u>-</u>

8 Ativo biológico

A Companhia desenvolveu atividades de produção de milho para fornecimento a vários clientes. O total de sacas colhidas em 2015 referente a safra 2014/2015 foi de 28,5 mil sacas de milho o qual em 31 de dezembro de 2015 foram vendidas em torno de 11 mil sacas. O custo do plantio para a venda de 11 mil sacas foi de R\$1.008 mil, reduzindo assim o saldo das sacas em estoque.

	2015	2014
	Ativo biológico no início do exercício	2.602
Gastos com Plantio	(1.008)	2.048
Ajuste ao valor justo	-	(2.832)
Saldo alocado em estoques	1.594	-
Saldo Ativo Biológico	<u>-</u>	<u>2.602</u>

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2015	2014
Ativo biológico	-	2.602
	<u>-</u>	<u>2.602</u>

9 Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando a vida útil econômica estimada dos bens, como segue:

Taxas de depreciação:

Imobilizado	Taxa
Benfeitorias	5 a 10%
Preparo de solo	5%
Máquinas Equipamentos	20%
Móveis e utensílios	10%
Outros	10 a 20%

A movimentação do imobilizado durante o exercício foi:

Custo Imobilizado	Incorporação	Adições	Baixa	31/12/2015
Fazendas (1)	58.130	-	-	58.130
Benfeitorias/Preparo de solo (2)	2.154	447	-	2.601
Máquinas Equipamentos	861	22	-	883
Móveis e Utensílios	78	-	-	78
Veículos	215	-	-	215
Outros	87	-	-	87
Total	<u>61.525</u>	<u>469</u>	<u>-</u>	<u>61.994</u>

Depreciação acumulada

Custo Imobilizado	Incorporação	Adições	Baixa	31/12/2015
Benfeitorias/Preparo de solo	(404)	(195)	-	(599)
Máquinas Equipamentos	(180)	(173)	-	(353)
Móveis e Utensílios	(6)	(9)	-	(15)
Veículos	(70)	(39)	-	(109)
Outros	(8)	(11)	-	(20)
Total	<u>(668)</u>	<u>(427)</u>	<u>-</u>	<u>(1.096)</u>
	<u>60.857</u>	<u>42</u>	<u>-</u>	<u>60.898</u>

Nota: Outras Imobilizações engloba: Almoarifado, alojamento, móveis e utensílios e Oficina.

Custo

Imobilizado	Incorporação	Adições	Baixa	Reclassificação	31/12/2014
Fazendas	42.215	-	-	15.915	58.130
Benfeitorias/Preparo de solo	16.828	1.242	-	(15.915)	2.154
Máquinas Equipamentos	579	59	-	223	861
Móveis e utensílios	48	27	-	(3)	78
Veículos	-	-	-	215	215
Equip. campo e plantio	273	165	-	(438)	-
Outros	12	77	-	(3)	87
Total	<u>59.955</u>	<u>1.570</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>61.525</u>

Depreciação

Imobilizado	Incorporação	Adições	Baixa	Reclassificação	31/12/2014
Benfeitorias/Preparo de solo	(157)	(251)	-	4	(404)
Máquinas Equipamentos	(16)	(17)	-	(147)	(180)
Móveis e utensílios	(27)	(120)	-	141	(6)
Veículos	-	-	-	(70)	(70)
Equip. campo e plantio	-	(5)	-	5	-
Outros	(28)	(47)	-	67	(8)
	<u>(228)</u>	<u>(440)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(668)</u>
Total	<u>59.727</u>	<u>1.130</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>60.857</u>

- (1) Esses terrenos foram adquiridos de acionistas e a Companhia optou em 2010(antes da cisão), pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*), por entender que existiam diferenças significativas entre os valores contábeis dos bens registrados nas demonstrações financeiras e os seus respectivos valores justos, de acordo com o ICPC10. Foi contratada a empresa Amaral D'Ávila Engenharia de Avaliações LTDA-EPP para efetuar a avaliação dos terrenos.
- (2) Ao longo de 2015 a Companhia realizou investimentos em abertura de 2.060 hectares de terras para desenvolvimento de atividades agrícolas e valorização das áreas

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo

Representam tributos diferidos calculados sobre o ajuste a valor justo dos terrenos avaliados pela adoção do Custo atribuído (*deemed cost*), de acordo com o ICPC10 e CPC 32.

Custo Atribuído Incorporação	42.215
Aliquota de IR e CS	34%
IR e CS Diferido	<u>14.353</u>
Ajuste de avaliação patrimonial	<u>27.862</u>

11 Contingências

A Companhia não possui provisão para contingências registrada em 31 de dezembro de 2015, visto não apresentar nenhum processo seja de natureza tributária, cível ou trabalhista cuja possibilidade de perda tenha sido considerada pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos, como provável. Adicionalmente não foram identificados processos, cuja expectativa de perda foi considerada como possível pela Administração da Companhia e pelos seus consultores jurídicos externos.

12 Patrimônio líquido

a. Capital

Em 28 de abril de 2015 houve aumento de capital na Companhia conforme Assembleia Geral Extraordinária no valor de R\$ 5.500 mil pela controladora Triscorp Ativos Florestais FIP. O capital social subscrito e integralizado, é composto por 16.707.433ações ordinárias. Sendo 16.707.432subscritas pela Triscorp Ativos Florestais - Fundo de Investimento em Participações e 1subscritas por Ronaldo Giestas Tristão, semvalor nominal.

	2015
	Número de ações
Triscorp Ativos Florestais	16.707
Ronaldo Giestas Tristão	-
	<u>16.707</u>

A Gestora Triscorp detém direito de aquisição de até 20% de ações do capital social da AEP Agrícola S.A., via bônus de subscrição, o valor unitário de cada nova ação será de R\$ 5,74(cinco reais e setenta e quatro centavos), devidamente atualizado pelo índice IPCA+ 6% apurado *pro rata die* até o momento da efetiva conversão do bônus de subscrição em ações da AEP Agrícola S.A. Essa opção não foi exercida até 31 de dezembro de 2015.

b. Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que eles se referem.

c. Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até no limite de 20% do capital social.

d. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição obrigatória de 25% do lucro líquido do exercício.

e. Cálculo prejuízo por ação

De acordo com o CPC 41, o cálculo de prejuízo por ação foi realizado pela seguinte divisão:

	2015
Resultado básico por ação	
Prejuízo líquido do exercício	(13.962)
Média ponderada de ações	16.707
Prejuízo básico por ação - em reais	(0,8357)

13 Receitas Operacionais

	2015
Receita Operacional Bruta	613
Venda do Milho	395
Prestação de Serviços	218
Deduções	(72)
Venda do Milho (a)	(34)
Prestação de Serviços (b)	(38)
Receita Operacional Líquida	541

(a) Incidência de ICMS.

(b) Incidência de ISS, PIS e COFINS sobre a prestação de serviços.



14 Despesas Gerais e Administrativas e Despesas com Fazenda

	2015	2014
Despesas Gerais e Administrativas		
Salários e encargos sociais	(23)	(20)
Serviços de terceiros	(276)	(1.020)
Aluguéis e condomínios	-	(13)
Viagens e estadias	(67)	(22)
Outras despesas gerais e administrativas	(58)	(491)
Despesas com Fazenda		
Perda pela não realização de ativos (a)	(1.774)	-
Serviços Prestados e Contratados (b)	(867)	-
Manutenção de Veículos e Maquinários (c)	(704)	-
Despesas Fundiárias	(398)	-
Despesas Gerais	(84)	-
	<u>(4.251)</u>	<u>(1.566)</u>

Despesas Gerais e Administrativa

Nota: "Outras despesas" engloba principalmente: Despesas legais e judiciais, energia e telefone, material de uso e consumo, dentre outros

Despesas com Fazenda

- (a) Perda reconhecida decorrente de adiantamento a fornecedor.
- (b) Grande parte desta despesa é referente a equipe da fazenda o qual deu suporte para as atividades de abertura de 2060 hectares, colheita e armazenamento do milho da safra 14/15 e manutenção das fazendas.
- (c) Atividades envolvidas: abertura de 2060 hectares, colheita e armazenamento do milho da safra 2014/2015 e manutenção das fazendas

Ao longo de 2014, as despesas com fazenda foram alocadas para a conta de ativo biológico pelo fato da empresa estar em fase de plantio e desenvolvimento das áreas.

15 Outras receitas (despesas) operacionais

	2015	2014
Perda na Atualização das CPRs (a)	(3.079)	-
Outras receitas operacionais	135	54
	<u>(2.944)</u>	<u>54</u>

- (a) Perda referente as atualizações das CPRs do Ronaldo Giestas Tristão e Eliane Lustosa no momento em que teve a recompra.

16 Resultado financeiro líquido

	2015	2014
Receitas financeiras		
Aplicações Financeiras	1	-
Variação cambial ativa (a)	368	564
	<u>369</u>	<u>564</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos	(335)	(293)
Variação cambial passiva (a)	(4.557)	(1.852)
Despesas bancárias	(4)	(1)
	<u>(4.896)</u>	<u>(2.146)</u>
	<u>(4.527)</u>	<u>(1.582)</u>

- (a) Esta despesa/receita refere-se avariação cambial do empréstimo efetuado em moeda estrangeira (dólar) junto a AEP Overseas.

17 Instrumentos financeiros

Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

	2015	
	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	165	165
Contas a receber - curto prazo	202	202
Contas a receber- partes relacionadas	1.371	1.371
	<u>1.738</u>	<u>1.738</u>

	2014	
	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	143	143
Contas a receber - partes relacionadas	1.395	1.395
Adiantamentos a fornecedores	1.779	1.779
	<u>3.317</u>	<u>3.317</u>

Em 2015, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os principais passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	2015	2014
Empréstimo - Partes relacionadas - Overseas	11.826	10.968
Empréstimo - Partes relacionadas - CPRs	13.415	9.542
Contas a pagar	6	29
	<u>25.247</u>	<u>20.539</u>

Os empréstimos e financiamentos não têm negociação ativa e as taxas de juros são pós-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado. Dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

a. Considerações gerais

A Companhia não possui contratos a termo, opções, swaps com opção de arrendamento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósito de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para a sua posição de disponibilidades.

b. Risco de Mercado

Exposição do Risco da taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Conforme descrito na Nota 5, a Companhia possui empréstimos com partes relacionadas indexados em dólar.

A Companhia para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado, divulga como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente.

Os demais cenários foram construídos considerando a depreciação e apreciação do Real em relação às demais moedas em 25% e 50%.

A tabela a seguir apresenta os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

Em R\$ Mil	31/12/2015				
	Provável	Alta(25%)	Alta(50%)	Baixa(25%)	Baixa(50%)
BRL X USD	3,90	4,88	5,86	2,93	1,95
Empréstimos Overseas	<u>11.826</u>	<u>14.782</u>	<u>17.739</u>	<u>8.869</u>	<u>5.913</u>
Total	<u>11.826</u>	<u>14.782</u>	<u>17.739</u>	<u>8.869</u>	<u>5.913</u>

Exposição do Risco da taxa de juros

O risco inerente da taxa de juros das aplicações financeiras surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes nas taxas de juros. A política de aplicações financeiras indexadas ao CDI mitiga parcialmente este efeito. Devido ao baixo risco associado as análises de sensibilidade não são representativas.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A Companhia está avaliando possibilidades para buscar liquidez, gerar caixa para manutenção das atividades e para quitação de suas obrigações, que poderão vir através de captação de recursos, arrendamento das áreas investidas para produtor rural ou venda de parte de suas áreas.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe ao cumprir com suas obrigações contratuais. A estratégia da Companhia para não incorrer com riscos de crédito é a renegociação e postergação das dívidas existentes.

18 Eventos subsequentes

Nos meses de janeiro a abril de 2016, a Companhia vendeu em torno de 17,5 mil sacas de milho que estavam no estoque referente a safra 2014/2015, totalizando aproximadamente R\$688 mil de receita.

Composição da Administração

Ronaldo Giestas Tristão
Diretor Presidente

Gabriela de Andrade Laba
Diretora Financeira

Responsável Técnico
Erivaldo de Alencar Oliveira
Contador CRC-ISP212.295/O-7

P. P. 21018

O senhor Wiefried Matthias Leh, CPF: 433.323.079-91, torna público que requereu junto à SEMAR- PI, Autorização de Desmate, Licença Prévia e Licença de Instalação, para fazenda Ponta! da Serra I, localizada em Santa Filomena- Piauí.

A senhora Rosicleia do Rocio Fliziscoski Cerrato, CPF: 839.371.459-15, torna público que requereu junto à SEMAR- PI, Autorização de Desmate, Licença Prévia e Licença de Instalação, para fazenda Conquista, localizada em Baixa Grande do Ribeiro- Piauí.

P. P. 21013



FICHA TÉCNICA

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
José Wellington Barroso de Araújo Dias

VICE-GOVERNADOR
Margarete de Castro Coelho

SECRETARIA DE GOVERNO
Merlong Solano Nogueira

SECRETARIA DA FAZENDA
Rafael Tajra Fonteles

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Rejane Ribeiro Sousa Dias

SECRETARIA DA SAÚDE
Francisco de Assis de Oliveira Costa

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Fábio Abreu Costa

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
Francisco José Alves da Silva

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Francisco das Chagas Limma

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
Antonio Rodrigues de Sousa Neto

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
Luiz Henrique Sousa de Carvalho

SECRETARIA DAS CIDADES
Fábio Henrique Mendonça Xavier de Oliveira

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO
José Icemar Lavôr Néri

SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO
Gessivaldo Isaías de Carvalho Silva

SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
João Henrique Ferreira de Alencar Pires Rebelo

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS
Daniel Carvalho Oliveira Valente

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
Janaína Pinto Marques

SECRETARIA DOS TRANSPORTES
Guilhermano Pires Ferreira Correa

SECRETARIA DO TURISMO
Flávio Rodrigues Nogueira Júnior

SECRETARIA DE DEFESA CIVIL
Hélio Isaías da Silva

SECRETARIA PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Mauro Eduardo Cardoso e Silva

SECRETARIA DE MINERAÇÃO, PETRÓLEO E ENERGIAS RENOVÁVEIS
Luis Coelho da Luz Filho

SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA
Fábio Núñez Novo

PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
Plínio Clerton Filho

CONTROLADOR GERAL DO ESTADO
Nuno Kauê dos Santos Bernardes Bezerra

DIRETOR DO DIÁRIO OFICIAL
Luzinaldo dos Santos Soares

www.diariooficial.pi.gov.br

TABELA DE PREÇOS

Preço da Linha - R\$ 3,50: para linhas de 10 cm de largura, fonte 10
63 (sessenta e três) caracteres

ASSINATURA SEMESTRAL DO DIÁRIO OFICIAL

Sem remessa postal - R\$ 178,00
Com remessa postal - R\$ 261,00

ASSINATURA ANUAL DO DIÁRIO OFICIAL

Sem remessa postal - R\$ 306,00
Com remessa postal - R\$ 499,00

PREÇO DO DIÁRIO OFICIAL

Número Avulso até 30 dias - R\$ 2,50
Exemplar Superior a 30 dias (busca) - R\$ 3,50
Exemplar Superior a 30 dias (busca) e xerox autenticada - R\$ 7,00

PAGAMENTO NA ENTREGA DA MATÉRIA

IMPORTANTE: Os originais não serão aceitos com rasuras ou palavras ilegíveis e devem ser entregues digitados em papel formato ofício e em meio magnético (CD ou Pen Drive), sem espaço, de um só lado.

HORÁRIO DE RECEBIMENTO DE EXPEDIENTE PARA PUBLICAÇÃO:
de 2ª a 6ª feiras de 7:30 às 13:30h

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUÍ - ESCRITÓRIOS E OFICINAS
Praça Marechal Deodoro, 774 - Telefones: (86) 3221-3531 / 3223-5557

DIÁRIO OFICIAL ON-LINE

Compromisso com a Ética e a Transparência

UM MOSQUITO
NÃO É MAIS
FORTE QUE UM
PAÍS INTEIRO.



UM GUIA PARA ELIMINAR OS CRIADOUROS EM SUA CASA.

